



**REFLEXÕES PARA O DISTRITO CULTURAL  
DO CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO  
DE SALVADOR**

**PENSAR  
A CIDADE**  
CICLO DE DEBATES

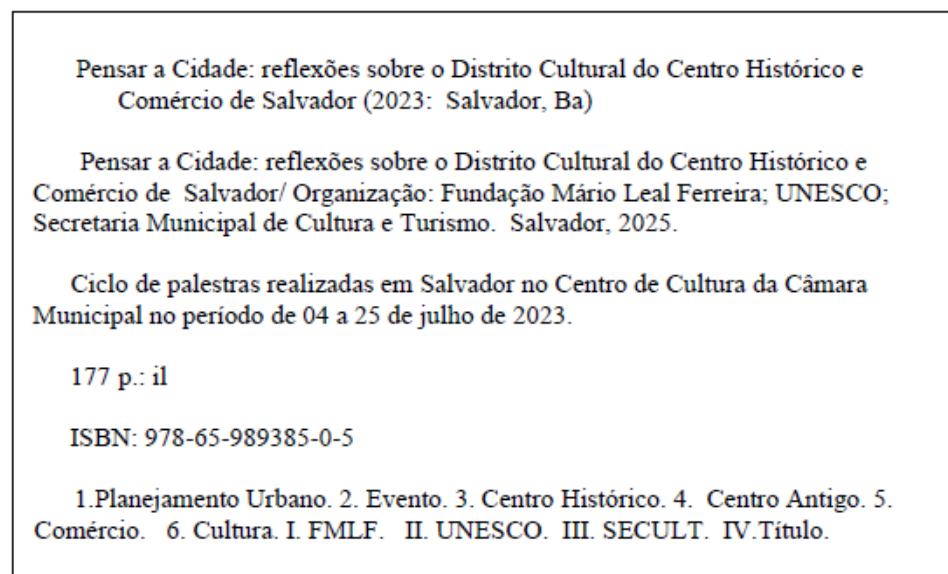




# PENSAR A CIDADE

REFLEXÕES SOBRE O DISTRITO  
CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO  
E COMÉRCIO DE SALVADOR





Ficha catalográfica elaborada por  
Luciana Dórea Martinez Carreiro  
CRB-5/1225

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**  
Bruno Soares Reis  
**Prefeito**

Ana Paula Andrade Matos Moreira  
**Vice-prefeita**

**SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO  
(SECULT)**  
Pedro Tourinho  
**Secretário**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
João Xavier Nunes Filho  
**Secretário**

**FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA  
(FMLF)**  
Tania Scofield Almeida  
**Presidente**

**Coordenação do Projeto de Cooperação  
914BRZ4021**

Beatriz Loureiro Cerqueira Lima  
**Diretora de Planejamento**

Fernando Sergio Barbosa Teixeira  
**Gerente de Planejamento e Informações**

**TÉCNICOS E COLABORADORES**  
Ângela Cristina Mattos de Magalhães – arquiteta e urbanista  
Adriana Cardoso de Freitas – assistente social  
Ana Gabriela Lima Guimarães – arquiteta e urbanista  
Ana Macedo Pimenta – arquiteta urbanista  
Antonio Álvaro Faria Sant’anna – arquiteto e urbanista  
Maria Auxiliadora Lobão – socióloga  
Sheila Maria Moreira de Souza – arquiteta e urbanista

**APOIO BIBLIOGRÁFICO**  
**Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira**

**UNESCO – REPRESENTAÇÃO NO BRASIL**  
Marlova J. Noletto  
**Diretora e Representante**

Isabel de Paula  
**Coordenadora do Setor de Cultura**

Maria Virgínia Casado  
**Oficial de Projeto do Setor de Cultura**

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto 914BRZ4021, o qual tem como objetivo o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

**Comissão organizadora do Ciclo de Debates Pensar a Cidade – Reflexões sobre o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador**

Tania Scofield Almeida (FMLF)  
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima (FMLF)  
Fernando Sergio Barbosa Teixeira (FMLF)  
Pedro Tourinho (SECULT)  
Walter Oliveira Pinto Júnior (SECULT)  
Isabel de Paula (UNESCO)  
Maria Virgínia Casado (UNESCO)  
Jurema Machado (consultora)  
Patricia Reis de Matos Braz (consultora)  
Leo Orellana (consultor)

**Organização e comunicação do evento**

Marcia Britto Cunha (FMLF)  
Caetano Portugal (SECULT)  
Jaime Otávio (SECULT)  
Lua Escobar (SECULT)  
Rodrigo Bertoldo (SECULT)

**Organização da publicação e texto**  
Patricia Reis de Matos Braz

**Projeto gráfico e diagramação**  
Núcleo Zero

# SUMÁRIO

|                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>I – Apresentações</b>                                                                                 | 08 |
| A UNESCO e a nova agenda para o Centro Histórico de Salvador                                             | 09 |
| De volta ao Centro da Cidade                                                                             | 11 |
| Não existe cidade resolvida sem seu Centro Histórico resolvido                                           | 13 |
| Cidade de proximidade, a habitação em primeiro lugar                                                     | 15 |
| <b>II – Pensar a Cidade, o ciclo de debates</b>                                                          | 18 |
| <b>Primeiro debate – “Reabilitação urbana”</b>                                                           | 24 |
| 1.1 A reinvenção da Cidade do Porto: cultura, reabilitação urbana e habitação                            | 26 |
| 1.2 Outros paradigmas, ações e proposições para a dinamização do Centro Histórico e Comércio de Salvador | 34 |
| <b>Segundo debate – “Habitação em áreas centrais”</b>                                                    | 42 |
| 2.1 A experiência do incentivo à habitação no Centro do Rio de Janeiro                                   | 44 |
| 2.2 Realidades e perspectivas para habitação no bairro do Comércio de Salvador                           | 55 |
| 2.3 Projeto Pilar e o Instituto Carlinhos Brown                                                          | 66 |
| <b>Terceiro debate – “Dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais”</b>                          | 74 |
| 3.1 A atuação do Projeto Axé com a população vulnerável de Salvador                                      | 76 |
| 3.2 Um olhar sobre o feminino e o Centro Histórico de Salvador                                           | 80 |
| 3.3 Dimensão social e vulnerabilidades nas cidades brasileiras                                           | 84 |
| 3.4 Aspectos sociais do Distrito Cultural                                                                | 93 |

|                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quarto debate – “Cidade e cultura”</b>                                                                                                     | 100 |
| 4.1 A cultura e o Olodum no desenvolvimento estratégico do Centro Histórico de Salvador                                                       | 102 |
| 4.2 A cultura da cidade e o desejo da arte                                                                                                    | 110 |
| 4.3 Estratégias de cultura de longo prazo a partir da experiência das candidaturas das cidades portuguesas a Capital Europeia da Cultura 2027 | 114 |
| 4.4 Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio                                                                                          | 126 |
| <b>III – A Oficina Participativa</b>                                                                                                          | 132 |
| <b>IV – Considerações finais</b>                                                                                                              | 145 |
| <b>Palestrantes e mediadores</b>                                                                                                              | 151 |
| <b>Anexos</b>                                                                                                                                 | 162 |
| Anexo 1 – Decreto n. 36.869, de 26 de abril de 2023                                                                                           |     |
| Anexo 2 – Perguntas e respostas sobre o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio                                                      |     |
| Anexo 3 – Documento do movimento Articulação do Centro Antigo de Salvador                                                                     |     |



# I.

## APRESENTAÇÕES

### A UNESCO e a nova agenda para o Centro Histórico de Salvador

Reconhecido como um dos principais sítios do Patrimônio Mundial no Brasil, o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico contido na poligonal do Centro Histórico de Salvador se beneficiou de ações realizadas por meio de um acordo de cooperação técnica internacional firmado entre a Representação da UNESCO no Brasil e a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Iniciado em 2017 e encerrado em 2022, o projeto Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador contribuiu para articulações junto a instâncias e atores para a implementação de instrumentos indutores de requalificação do patrimônio cultural e do desenvolvimento sustentável daquela área.

Além de seu Centro Histórico fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial, Salvador integra a Rede de Cidades Criativas da UNESCO no campo da música, um programa que tem como objetivo potencializar as cadeias da economia criativa em centros urbanos, promovendo a diversidade cultural por meio de seus ativos simbólicos e materiais, e colaborando para a inclusão e a cidadania.

Nesse contexto, a realização do ciclo de palestras “Pensar a cidade: reflexões sobre o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador” se deu na fase de encerramento do referido projeto, cuja sistematização é o objeto desta publicação. O tema abordado ajuda a aproximar as agendas identificadas com a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972)<sup>1</sup> e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)<sup>2</sup>, ambas assinadas na UNESCO, em Paris, e são dois dos instrumentos normativos mais reconhecidos e efetivos.

Podemos também acrescentar outro referencial importante para essa abordagem, a Declaração Final da Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – Mondiacult 2022<sup>3</sup>, que trata a cultura como um bem público global e que tem valor intrínseco para viabilizar o desenvolvimento sustentável, o que converge diretamente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto n. 80.978, de 12 de dezembro de 1977, promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Diário Oficial da União, Brasília, 14 dez. 1977. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80978-12-dezembro-1977-430277-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto n. 6.277, de 1º de agosto de 2007, promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 2 ago. 2007. <https://planalto.gov.br/CCiViL/03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6177.htm>

<sup>3</sup> UNESCO. Declaração final Mondiacult, 2022. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887\\_por?posInSet=1&queryId=04b2f514-b7f6-43fc-9258-bef2f344054e](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por?posInSet=1&queryId=04b2f514-b7f6-43fc-9258-bef2f344054e)

Entendemos que as palestras e os debates contribuíram para a implementação de uma nova etapa na parceria entre a UNESCO e o município de Salvador, na qual sejam mantidos temas como a preservação e a promoção do patrimônio cultural que envolvem habitação, mobilidade e desenvolvimento econômico social e ambiental, acrescidos de frentes relacionadas à criação do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador. As ações também colaboraram e aprofundaram a compreensão sobre o papel de intervenções urbanísticas dessa natureza e, mais do que isso, indicaram estratégias capazes de compor novos pactos e parcerias por meio de diálogos e alinhamentos com diversos atores e instâncias públicas, privadas e da sociedade civil.

**Marlova Jovchelovitch Noleto**

*Diretora e representante da UNESCO no Brasil*

## De volta ao Centro da Cidade

Reconhecendo toda a diversidade e a riqueza cultural de Salvador, há alguns anos, a nossa atenção tem se voltado para o centro da cidade, consciente de que investir em cultura é apostar em desenvolvimento, produção de riqueza e, sobretudo, inclusão social.

Incentivar a ocupação do Centro Antigo de Salvador com investimentos planejados e continuados, aperfeiçoando e melhorando a gestão pública, tem sido o nosso lema. Nesse sentido, com foco em uma visão de longo prazo, acreditamos em um processo de transformação estruturada que envolve todos os setores da administração pública, em articulação com o setor privado, e sempre com a participação e escuta atenta dos soteropolitanos.

Os resultados de uma gestão comprometida com a cidade, que se traduz em uma série de planos e projetos concluídos, em execução ou em elaboração, já começam a ser observados no que diz respeito ao fortalecimento da economia local, ao crescimento do turismo e, conseqüentemente, às oportunidades de trabalho e melhoria de vida para os cidadãos.

Nos últimos anos, trouxemos para o Centro a maioria das secretarias e órgãos municipais, implementando um Centro Administrativo, acessível a todos e responsável por impulsionar novas dinâmicas da área. Temos investido em novos equipamentos culturais, que promovem e celebram a nossa cultura e o nosso patrimônio, tais como a Casa do Carnaval da Bahia, a Cidade da Música da Bahia, o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, a Galeria Mercado, a Casa das Histórias de Salvador e o Arquivo Público Municipal, o mais antigo da América Latina. Ainda no campo da cultura, apoiamos a recuperação do Teatro Vila Velha, palco da dramaturgia baiana há 60 anos.

No âmbito das atividades econômicas, encontram-se em pleno funcionamento no Comércio, o Doca 1 – Polo de Economia Criativa e o SAC Náutico – Serviço de Atendimento ao Capitão. O Doca 1 busca dar suporte e reunir negócios ligados à inovação, à cultura e à criatividade, e o SAC Náutico oferece apoio à regularização de documentação de embarcações e atividades náuticas, considerando o grande potencial de crescimento do setor náutico em Salvador, com a sua Baía de Todos os Santos, a maior do Brasil e a segunda maior do mundo.

Reunindo mobilidade e recuperação do patrimônio arquitetônico, já recuperamos o Elevador do Taboão, e a restauração do Elevador Lacerda encontra-se em curso. Temos um novo Terminal da Barroquinha e, no Comércio, o Terminal Urbano da Praça Marechal Deodoro. Diversos espaços públicos foram devolvidos à cidade, como as praças Cairu, Inglaterra, Terreiro, Castro Alves, Marechal Floriano e o espaço de esportes no Aquidabã. A Rua da Conceição, a Avenida Portugal e a Avenida Sete de Setembro também foram recuperadas. E, em breve, cinco antigas fontes de abastecimento de água da cidade estarão restauradas, com suas funções reabilitadas.

No que tange à habitação, desenvolvemos estudos arquitetônicos e de viabilidade para a recuperação de diversos casarões no Comércio e imediações. Estimamos, nos próximos anos, proporcionar moradias para mais de mil famílias. Especial atenção tem sido dada para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) da Gamboa e Solar do Unhão e do Pilar, com a elaboração de planos urbanísticos, buscando melhorar as condições de vida de seus moradores já instalados. Criamos programas de incentivos fiscais para apoiar empresários e proprietários com interesse em investir no centro e disponibilizamos financiamentos aos pequenos empresários. Vários outros projetos estruturantes para a região estão em desenvolvimento, como a Escola de Restauro, o Museu do Brincar e a Escola Municipal da Ladeira da Praça.

Contudo, há ainda muito o que fazer. Nesse sentido, em abril de 2023, instituímos o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, buscando reforçar a governança municipal na manutenção do território, ampliar os investimentos em cultura e promover a habitação de forma acessível a todos.

A fim de favorecer o diálogo com a sociedade e divulgar o Distrito Cultural, bem como os estudos desenvolvidos no âmbito da cooperação internacional com a Representação da UNESCO no Brasil, promovemos, ao longo do mês de julho, o seminário “Pensar a cidade: reflexões para o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio” como uma oportunidade para trocar experiências com outras cidades do Brasil e de Portugal, reunindo contribuições e sugestões para uma nova etapa de planejamento de ações para o Distrito Cultural.

Contamos com cidadãos que moram, trabalham e frequentam o Centro de Salvador, em uma rica troca de reflexões, tendo culminado com uma oficina participativa com representantes dos grupos ali presentes, cujas contribuições encontram-se reunidas nesta publicação, juntamente com a relatoria de todas as palestras proferidas, as quais oferecem importantes diretrizes para os nossos próximos passos. Esperamos que este registro siga reverberando, inspirando outros momentos de trocas e futuras realizações.

**Bruno Reis**

*Prefeito de Salvador*

## Não existe cidade resolvida sem seu Centro Histórico resolvido

Não existe cidade resolvida sem seu centro histórico resolvido.

Levando essa premissa em conta, aceitamos o desafio de traçar um caminho de prosperidade e vivacidade para o Centro Histórico de Salvador (CHS): um patrimônio cultural do Brasil tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e um patrimônio cultural mundial reconhecido pela UNESCO.

Para avançar nessa trilha, precisamos responder questões fundamentais. Qual é o ponto de equilíbrio entre preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento socioeconômico? Como estabelecer uma perspectiva crítica ao colonialismo cultural eurocêntrico, justamente em uma área marcada por seu conjunto arquitetônico colonial? De que forma conciliar a competência técnica do poder público (historiadores, planejadores, arquitetos, urbanistas, restauradores) com o conhecimento prático da comunidade que habita, bem como das organizações que atuam no Centro Histórico e que vivenciam seus problemas sociais no cotidiano? O que as experiências bem-sucedidas de reabilitação de áreas históricas podem nos ensinar sobre como cuidar do nosso CHS?

Não queremos que o CHS se limite a um cenário turístico. Sua vocação é a de um celeiro de oportunidades econômicas, sobretudo nos campos de cultura, criatividade e turismo, que devem servir primeiramente às pessoas que vivem nos bairros dessa área, cuja maioria é negra. Um sinal do poder de atração extraordinário do CHS é o fato de os hotéis mais luxuosos de Salvador terem se instalado nele, não em outros bairros.

Para aprofundar esses pontos, a Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), em parceria com a UNESCO, promoveu o ciclo de debates “Pensar a cidade: reflexões para o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador”, que aconteceu no Centro de Cultura Vereador Manuel Querino, da Câmara Municipal de Salvador, em julho de 2023. Nosso objetivo era que a troca de ideias e experiências, inclusive aquelas que adquirimos com a escuta sensível da participação do público, contribuíssem para o desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados ao Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, instituído em abril de 2023.

Estou convicto de que cumprimos essa missão. A publicação que você tem em mãos apresenta a síntese do que foi produzido pelo encontro de inteligências no Pensar a Cidade. Organizar e aprimorar permanentemente a governança do Centro Histórico e do Comércio para que potencializemos esses locais como lugares para se viver, conviver, trabalhar e fazer negócios é o que move a criação do Distrito Cultural.



Não transformamos a realidade apenas com ideias, mas também não a transformamos sem elas. Por isso a importância do Pensar a Cidade. De pensá-la juntos para planejar e realizar melhor. Tanto mais quando cuidamos do Centro Histórico de Salvador, o coração que faz pulsar a capital cultural do Brasil. Boa leitura!

### **Pedro Tourinho**

*Secretário de Cultura e Turismo de Salvador*

*Pedro Tourinho*  
*Foto: Secult Salvador*



### **Cidade de proximidade, a habitação em primeiro lugar**

Desde 2017, a Fundação Mário Leal Ferreira vem desenvolvendo estudos técnicos com propósito de viabilizar a habitação no Centro Antigo de Salvador, em imóveis abandonados ociosos, em ruínas, ou em terrenos vazios, priorizando aqueles existentes no bairro do Comércio.

Para tal, a FMLF contou com a cooperação internacional com a Representação da UNESCO no Brasil, tendo desenvolvido o projeto Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador, cujo objetivo visava conceber estratégias e projetos indutores da requalificação do patrimônio cultural e do desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador. A cooperação concentrou-se, fundamentalmente, em três temas: a) regulamentação urbana e arquitetônica, em especial acerca da intervenção sobre o patrimônio edificado; b) mobilidade urbana; e c) habitação, para distintos estratos sociais.

Com o propósito de promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural urbano, entre as instâncias municipal, estadual e federal de preservação, a FMLF conseguiu reunir, em 2010, o Iphan, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), por meio de um acordo de cooperação técnica (ACT), estabelecendo-se o compromisso com a definição de critérios e normas de intervenção no patrimônio edificado, de suporte à análise de projetos e aperfeiçoamento os procedimentos de gestão e licenciamentos. A regulamentação é condição fundamental para promover a segurança financeira e jurídica aos interessados em investir em imóveis situados na poligonal de tombamento. Sem o esforço conjunto com o setor privado, o poder público por si só não consegue reverter o quadro de esvaziamento e degradação da área. A expectativa é finalizar os estudos, e colocá-los em discussão pública assim que possível.

No que se refere à mobilidade, em articulação com as estratégias da cidade como um todo, desenvolveram-se estudos para a área central, contemplando duas diretrizes: a) a conexão e a integração com o sistema de transporte municipal local e de grande porte; e b) a mobilidade local com foco na mobilidade ativa. A mobilidade ativa teve avanços com a recuperação do Elevador do Taboão, o Elevador Lacerda e de algumas vias, tais como a Rua Miguel Calmon, a Rua da Conceição, a Avenida Sete e a Rua Chile.

No que se refere à habitação, buscou-se desenvolver estudos para imóveis que não cumprem a função social de propriedade urbana, caracterizando seus potenciais construtivos e viabilidades de concretização. Partindo do mapeamento de imóveis vazios, ociosos e em ruínas elaborado pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, observou-se que a maior concentração dessas propriedades estava no bairro do Comércio, e mais



de 300 casarões e edifícios foram identificados nessas condições. Desses, 150 imóveis na área tombada foram selecionados para realização de estudos os quais identificaram um potencial de produção de mais de mil novas moradias. Os estudos foram desenvolvidos em seis poligonais: Pilar/ZEIS (em acordo de cooperação com o Instituto Brown), Gonçalves (onde se localiza o Plano Inclinado Gonçalves), Corpo Santo/Montanha (onde se localiza a Igreja do Corpo Santo), Conceição (trecho entre o Elevador Lacerda e a igreja de mesmo nome), Dois Irmãos e Preguiça. Alguns desses estudos estão em fase de detalhamento de projetos e captação de recursos financeiros para a sua viabilização.

Outros estudos também contemplaram áreas comerciais, estacionamentos, creche e equipamento de educação e cultura (parceria com o Instituto Brown). Para as comunidades da Gamboa e do Unhão/ZEIS, seus planos urbanísticos foram elaborados e aprovados, estando em processo de regularização fundiária e urbanização da orla.

Os três temas – habitação, regulamentação urbanística e mobilidade – associados a outras dinâmicas urbanas que estão sendo estimuladas na área, como a presença do Centro Administrativo e a promoção da economia, da cultura e do turismo, contribuem para o propósito da cidade de proximidade, estruturada em diversos núcleos, princípio que tem norteado o nosso trabalho na FMLF.

**Tânia Scofield**

*Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira*

*Tânia Scofield*

*Foto: Secult Salvador*



## II.

PENSAR A CIDADE,  
O CICLO DE DEBATES

## A proposta

A PMS estabeleceu, em 27 de abril de 2023, uma área de atuação da Administração Municipal para centralização, organização e governança dos serviços públicos, sob a denominação de **Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio**, instituindo também o **Comitê Executivo do Centro** para regulamentação, implantação e gestão dos procedimentos estratégicos operacionais e administrativos do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio; o **Gabinete Operacional do Centro Histórico e Comércio**, para gerir as ações estratégicas de desenvolvimento do DCCHC e o **Fórum Permanente do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio**, instância de participação da sociedade civil com caráter consultivo e propositivo, para articulação e diálogo com os diversos atores sociais e institucionais locais.<sup>1</sup>

A recente iniciativa, porém, não inaugurou esforços da PMS para reversão do longo processo de esvaziamento da área, em especial, a do Comércio, intensificada com o surgimento de novas centralidades da cidade, como a região do Iguatemi a partir da década de 1970. Nos últimos dez anos, a PMS levou para aquela região parte da sua estrutura administrativa, recuperou espaços públicos, reabilitou edificações históricas e instalou importantes equipamentos culturais como a Casa da Música e a Casa do Carnaval. Ela segue desenvolvendo estudos e buscando alternativas para estimular um novo adensamento daquele território estratificado e de uso misto, reunindo comércio, serviços e habitação.

A confluência do lançamento do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio com o encerramento da cooperação técnica internacional entre a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e a Representação da UNESCO no Brasil, no âmbito do projeto Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador, fez surgir a proposição do ciclo de debates “**Pensar a cidade: reflexões sobre o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador**”. A organização do evento envolveu diretamente a FMLF e a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Salvador (Secult), responsável pela coordenação do Distrito Cultural.

Além de divulgar a existência do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador<sup>2</sup>, sua área de abrangência e seus propósitos, bem como as proposições resultantes da cooperação com a UNESCO, o evento teve como objetivos:

- oferecer amplo conhecimento das novas estruturas de gestão à comunidade e aos parceiros institucionais das esferas municipal, estadual e federal;
- fortalecer o diálogo com os movimentos comunitários e de moradores da região;

<sup>1</sup> O Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio (DCCHC) foi instituído pelo Decreto n. 36.870, de 27 de abril de 2023, apresentado na íntegra no Anexo I desta publicação.

<sup>2</sup> Um conjunto de perguntas e respostas foi distribuído ao longo dos debates e encontra-se reproduzido no Anexo II.



- apresentar os estudos concluídos e em desenvolvimento pela FMLF para a área nos mais diversos temas, em especial, normatização, mobilidade e habitação;
- estreitar as relações entre o Comitê Executivo do Centro, o Gabinete Operacional do Centro Histórico e Comércio e o Fórum Permanente do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio;
- promover o debate sobre o Distrito Cultural instituições de ensino e pesquisa interessadas no tema; e
- conhecer experiências nacionais e internacionais que auxiliem a pensar o desenvolvimento das ações do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio.

A proposta inicial era oferecer debates semanais, envolvendo um palestrante convidado e outro palestrante anfitrião, no sentido de contrapor experiências nacionais e internacionais com a realidade soteropolitana e as proposições que têm sido desenvolvidas para o Comércio e Centro Histórico. Contudo, fez-se necessário realizar adaptações a cada sessão. Diante da riqueza dos temas e debates, bem como da repercussão gradual na imprensa, na comunidade e entre parceiros habituais da Prefeitura Municipal de Salvador, cada uma das quatro sessões teve uma configuração particular, abordando, nesta ordem, os temas da reabilitação urbana, da habitação, da dimensão social e vulnerabilidade em áreas centrais e da cultura.

O ciclo de debates “Pensar a cidade” contou com uma presença regular de cerca de 150 participantes em todas as sessões, que foram transmitidas pelo canal Secult Salvador no Youtube e suas gravações podem ser revistas a qualquer momento.

Ao final do último debate, no dia 27 de julho de 2023, uma oficina de trabalho foi organizada com base na demanda de representantes dos grupos sociais ali presentes, cujo documento final desse encontro integra a Parte III desta publicação.

Salvador é reconhecida internacionalmente por sua gente, sua música e seu patrimônio imaterial. O seu Centro Histórico foi reconhecido em 1985 como sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO e, desde 2015, integra a Rede de Cidades Criativas promovida pela mesma organização. Após a pandemia de Covid-19, a cidade foi o destino brasileiro mais visitado em 2022. Atributos não lhe faltam para justificar os esforços em torno da reabilitação de suas áreas centrais para torná-las lugares bons para se viver e visitar. Neste sentido, com o espírito de reunião de esforços e de escuta de todos, foi promovido o ciclo de debates “Pensar a cidade”.

O “Pensar a cidade” realizou-se semanalmente, às terças-feiras do mês de julho, das 14h às 17h, no auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador, seguindo a seguinte programação:

- 4 de julho de 2023 – “Reabilitação urbana”
- 11 de julho de 2023 – “Habitação em áreas centrais”
- 18 de julho de 2023 – “Dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais”
- 25 de julho de 2023 – “Cidades e cultura”

## A abertura

A abertura do evento contou com a participação das seguintes autoridades: Isabel de Paula, coordenadora do Setor de Cultura da UNESCO no Brasil; Tânia Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira; Hermano Queiroz, superintendente na Bahia do Iphan; o prof. dr. Paulo Miguez, magnífico reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e o secretário municipal de Cultura e Turismo, Pedro Tourinho, representando o prefeito de Salvador, Bruno Reis, que não pôde estar presente.

Após a abertura institucional feita por Tânia Scofield, Isabel de Paula contextualizou a importância de Salvador para a UNESCO, lembrando que o Centro Histórico da cidade foi declarado sítio do Patrimônio Mundial em 1985. Além desse reconhecimento, Salvador integra a Rede de Cidades Criativas da UNESCO na modalidade música, um programa que, em convergência com a Convenção de 2005, preconiza a implementação de políticas e programas para potencializar as cadeias da economia criativa nos centros urbanos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Ao destacar os principais temas trabalhados pelo projeto de cooperação internacional Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador – Habitação, Normatização e Mobilidade, Isabel de Paula assinalou a importância do desenvolvimento dos instrumentos de política urbana voltados à proteção e à promoção do patrimônio cultural de Salvador, de maneira sustentável e inclusiva, por meio de mecanismos de participação e diálogo permanente com instituições públicas, locais, regionais e federais, além da sociedade civil. Destacou, ainda, a importância da ação coordenada entre órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural, voltada à regulamentação da área de proteção cultural e paisagística do Centro Antigo de Salvador. Por fim, manifestou o anseio de que o evento “Pensar a cidade” possibilitasse “novas ponderações sobre como tornar mais efetivas e fomentadoras as ações inseridas no Centro Histórico e no bairro do Comércio de Salvador”.

Hermano Queiroz, ao traçar um breve histórico sobre a instituição que representa, falou da passagem da cidade como monumento para a cidade como documento e dos reflexos desta leitura na atuação do Iphan. Em seguida, refletiu como o patrimônio cultural passou a ser considerado como um recurso estratégico para as cidades, constituindo-se como elemento de atração, sobretudo na perspectiva do turismo. Entretanto, chamou atenção

para o fato de o potencial econômico em áreas históricas se desenvolver apenas se questões importantes como a vulnerabilidade social, a infraestrutura, a segurança pública e outras forem devidamente equacionadas.

Hermano Queiroz também defendeu que as necessidades dos habitantes sejam prioritárias em relação às demandas dos turistas, ressaltando a importância de equipamentos e serviços de suporte à habitação. Ele destacou a importância da integração dos atores públicos de âmbitos federal, estadual e municipal, dos seus projetos e políticas, assim como dos atores privados. Por fim, em sintonia com a proposta do “Pensar a cidade”, ele acrescentou mais um ponto de preocupação em seu pronunciamento, de que os habitantes sejam considerados como sujeitos fundamentais e ativos na preservação do patrimônio.

Paulo Miguez saudou a iniciativa da criação do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, colocando a UFBA à disposição para contribuir com o projeto. Afirmou que a universidade, que é a casa do conhecimento e da cidadania, é uma “instituição visceralmente ligada à proteção dos bens materiais e imateriais da sociedade soteropolitana baiana e brasileira”.

Desenvolveu, a partir daí, três argumentos para justificar a afirmação: a) a excelência da formação oferecida em preservação e restauro de bens e sítios históricos, representada pelo mestrado profissional em Conservação e Restauro de Monumentos e Núcleos Históricos, sucedendo o curso de especialização em Conservação e Restauro de Monumentos e Núcleos Históricos (Cecre), e pelo Núcleo de Tecnologia de Preservação e Restauração em funcionamento há 40 anos; b) a reflexão crítica, permanentemente realizada pela universidade acerca da própria noção de cidade histórica, de patrimônio, de bens patrimonializados, da cidade de Salvador; e c) a proteção dos bens históricos que integram o patrimônio da própria instituição, alguns já patrimonializados, outros localizados em áreas de especulação imobiliária, resistindo às pressões do mercado, como a residência universitária do Corredor da Vitória. Por fim, defendeu que “a política de proteção do patrimônio do Centro Histórico de Salvador será balizada sempre pelo conhecimento, pelo diálogo e pela cidadania, valores dos quais a UFBA há de ser sempre intransigente, guardiã e defensora de primeira hora”.

Encerrando a abertura do evento, Pedro Tourinho afirmou que não se pode considerar uma estratégia de recuperação do patrimônio histórico que não envolva uma estratégia social. Tal afirmação antecedeu a apresentação do quadro de abandono da área, com centenas de imóveis fechados, quer seja de propriedade pública ou privada. E, para reversão desse quadro, foi criado o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio. Em seguida, desenvolveu três pontos para incentivar o debate: a) o primeiro diz respeito à busca do equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento; b) o segundo, sobre como lidar com a herança do processo colonial em uma área que é a própria representação material daquele

período; e c) por fim, olhar para o Centro Histórico não como um problema, mas como uma oportunidade, defendendo que o que diferencia aquele território são seus moradores, sua cultura e sua criatividade.

## A publicação

Quando os palestrantes foram convidados a participarem do ciclo de debates “Pensar a cidade”, não lhes foi solicitado produzir um artigo para o evento. A pluralidade, a densidade e a sintonia das ideias, contudo, exigiram a elaboração de um registro além daquele gravado e já disponível no canal do YouTube da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Salvador.

Optou-se por produzir relatorias de cada comunicação, cujos textos resultantes foram submetidos aos palestrantes para a conferência do conteúdo, complementações, correções necessárias além da aprovação final do que aqui se encontra publicado. Não se trata, portanto, da publicação da transcrição das falas, mas a reconstrução dos argumentos dos palestrantes, a compreensão e a tradução de suas ideias, validadas por cada um posteriormente.

Sem perder a singularidade da mensagem de cada palestra, a força das diferentes ideias e a postura do palestrante, a relatoria estabeleceu, sempre que possível, relações entre as diferentes falas nas quatro sessões do ciclo de debates, consolidando gradualmente mensagens, diretrizes e indicativos de continuidade das ações em prol da reabilitação do Centro Histórico e do bairro do Comércio de Salvador.

Pode-se dizer, então, que os textos resultam do olhar atento do observador, enriquecidos com o detalhamento de eventuais informações expostas na brevidade exigida pela situação, oferecendo ao leitor a chance de se aprofundar em programas e políticas que mais lhe interessarem. Além disso, os textos podem ser usufruídos na sequência dos eventos ou de forma independente.

Esta publicação é, portanto, um convite para revisitar o “Pensar a Cidade”, tanto para aqueles que estiveram presentes ou acompanharam virtualmente o ciclo de debates, no todo ou em parte, como para novos interessados nos temas abordados. Neste registro, é possível observar a sintonia e as conexões das mensagens, algo que se pode fazer apenas de maneira progressiva ao longo das edições ou ao final do ciclo; e, sobretudo, perceber a riqueza das reflexões produzidas entre os palestrantes, os promotores do evento (o poder público) e a plateia fiel (essencialmente representada por moradores da área), que puderam acompanhar, debater e deixar a sua marca no ciclo de debates “Pensar a cidade”.

# PRIMEIRO DEBATE

## Reabilitação Urbana

### A REINVENÇÃO DA CIDADE DO PORTO: CULTURA, REABILITAÇÃO URBANA E HABITAÇÃO

Convidado:

**PEDRO BAGANHA**

Vereador do Urbanismo, Espaço Público e Habitação da Cidade do Porto, Portugal.

### OUTROS PARADIGMAS, AÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO DE SALVADOR

Anfitriã:

**TÂNIA SCOFIELD**

Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira

No debate inaugural do “Pensar a Cidade”, com o tema “reabilitação urbana”, a arquiteta Tânia Scofield, presidente da FMLF, recebeu o também arquiteto Pedro Baganha, responsável pelas áreas de urbanismo, espaço público e habitação da Cidade do Porto, em Portugal.

Pedro Baganha ofereceu uma visão abrangente sobre a transformação ocorrida na Cidade do Porto nos últimos dez anos, especialmente em sua área central, a partir da contextualização do histórico da cidade e da apresentação dos programas e das políticas municipais. Assim como Salvador, o Centro Histórico do Porto<sup>1</sup> também é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

Por sua vez, Tânia Scofield apresentou o conjunto de investimentos que a Prefeitura Municipal de Salvador vem realizando nas áreas do Centro Histórico e Comércio, na busca da reversão do quadro de esvaziamento e degradação daquelas áreas, pautando muito da sua apresentação nos conceitos estruturais que balizam o planejamento da cidade de Salvador, na aposta da cidade de proximidade.

O debate acalorado que se seguiu às apresentações ditou o tom desta e das demais sessões do ciclo “Pensar a cidade”, nas quais os temas habitação, visibilidade e escuta do público presente, majoritariamente formado por pessoas negras, sobretudo mulheres, tiveram lugar de destaque na plenária.

A sessão foi mediada pela arquiteta Patricia Reis, consultora do projeto de cooperação internacional firmado entre a Representação da UNESCO do Brasil e a FMLF, intitulado Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador.

<sup>1</sup> O Centro Histórico do Porto foi reconhecido como sítio do Patrimônio Cultural Mundial em 1996, pelo critério IV, que estabelece que um bem proposto deve ser “um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história da humanidade”. Em 2016, a designação do sítio foi alterada para Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar. O Centro Histórico de Salvador passou a integrar a lista do Patrimônio Mundial uma década antes, em 1985, também pelo mesmo critério IV e pelo critério VI, que estabelece que o bem proposto deve “estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional”.



### 1.1. A reinvenção da Cidade do Porto: cultura, reabilitação urbana e habitação

Relatoria da palestra proferida por Pedro Baganha, vereador do Urbanismo, Espaço Público e Habitação da Cidade do Porto, Portugal.

**“A cultura é um instrumento de integração social, de coesão social e de promoção da cidadania”.**

*Pedro Baganha*

Com o título da comunicação “A reinvenção da Cidade do Porto: cultura, reabilitação urbana e habitação”, o arquiteto Pedro Baganha descreveu o panorama da política pública municipal de reabilitação urbana do Porto, na qual a cultura foi assumida como um elemento estratégico.

Antes, porém, apresentou a cidade portuguesa no contexto do país e da região metropolitana onde está inserida, oferecendo uma visão geral de sua história, sua demografia e sua geomorfologia.

O Porto localiza-se na região norte de Portugal, às margens do Rio Douro, compreendendo também a sua foz no Oceano Atlântico. Na outra margem do rio, encontra-se a cidade de Vila Nova de Gaia, que forma um vale muito íngreme e determina uma paisagem urbana muito específica daquele trecho. A cidade dá nome à região metropolitana da qual faz parte, que reúne 17 municípios, totalizando 1,72 milhão de habitantes.

Isoladamente, contudo, a Cidade do Porto tem não mais que 232 mil habitantes e compreende uma área de apenas 42 km<sup>2</sup>. Desde 1981, ela vem perdendo população. Embora se observe certa reversão desta tendência desde 2017, a constatação do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) no Censo de 2021 aponta, ainda, para a perda populacional na última década. A população do Centro Histórico, por outro lado, cai desde a década de 1940, que na atualidade corresponde a menos de 10% do total dos habitantes da cidade.

Aproximando-se do público, Baganha estabelece uma comparação entre Porto e Salvador, a partir do relevo acidentado e da grande diferença de cotas entre a cidade alta e a cidade baixa, ribeirinha no caso portuense. Ambas as cidades são marcadas por tal constituição, tanto na imagem de cidade, quanto nas suas estruturas urbanas, condicionando um dos grandes desafios do planejamento urbano, a mobilidade.

O Porto é uma cidade totalmente consolidada e construída, encontrando-se circundada por territórios urbanos também construídos. Assim, explica o vereador, “a única forma que a cidade do Porto tem hoje de crescer, se o quiser fazer e quer, é em altura, pois já não há solo disponível para nova urbanização”.

Com a leitura do processo histórico de consolidação do território portuense, Baganha oferece de forma breve e clara as consequências de dois processos relevantes para a cidade e que ainda hoje demandam atenção do poder público:

- a) *a industrialização tardia, na virada do século XIX para o século XX, que suscitou a expansão da mancha urbana para além da área ribeirinha e da ocupação na Foz do Porto.* Ao passo que muito da infraestrutura que caracteriza a atual paisagem urbana tenha sido realizada neste período, é também deste tempo a precarização da habitação destinada às famílias que migravam do campo para a cidade, conformando uma tipologia habitacional característica da cidade, as ilhas do Porto. São habitações operárias unifamiliares, construídas lado a lado de forma precária em terrenos estreitos e profundos, muitas vezes nos fundos dos lotes, com compartilhamento entre famílias de serviços essenciais, assim como os banheiros. Na atualidade, a cidade contabiliza 957 ilhas (apenas três de propriedade do município), onde ainda vive 5% da população.
- b) *a transferência do porto de cargas da zona ribeirinha da cidade para a cidade vizinha de Matosinhos na década de 1940,* que levou à saída das principais funções comerciais e de serviços do centro da cidade e, conseqüentemente, ao esvaziamento e à degradação dos imóveis e das condições de vida daqueles que persistiram em permanecer na zona ribeirinha e imediações. Esse quadro de degradação foi sendo acentuado ao longo das décadas, junto com tentativas de contenção e reversão do problema, como será visto adiante. Quando passou a integrar a lista da UNESCO, em 1996, o Centro Histórico do Porto estava completamente esvaziado e degradado, situação que apenas muito recentemente foi alterada. Em 2013, as notícias dos jornais apontavam para que 70% dos imóveis históricos do centro da Cidade do Porto precisavam de obras.

Para o vereador<sup>1</sup> Pedro Baganha, é possível explicar a evolução da Cidade do Porto ao longo do século XX, a partir das tentativas de erradicação das condições de habitação degradadas do centro da cidade e das ilhas espalhadas por toda a cidade. Antes, porém, de apresentar o que vem sendo feito na atualidade, ele resgata duas dessas tentativas para melhor compreender as bases da atual política municipal:

- a) *a habitação social do Porto* – o problema de precariedade e escassez de habitação não era exclusividade da Cidade do Porto. Por volta dos anos 1950, o Estado Central deu início a um conjunto de iniciativas para a construção de habitação pública, também chamada de habitação de custos controlados. São as habitações sociais. Tal iniciativa reunida a outras de cunho exclusivo municipal levou o Porto

<sup>1</sup> O cargo de vereador em Portugal é eletivo, parte do Poder Executivo municipal. O correspondente a vereador na acepção usada no Brasil é o cargo de deputado municipal, também eletivo e que faz parte da Assembleia Municipal, o equivalente à Câmara de Vereadores no Brasil. Dentre os vereadores eleitos em Portugal, em geral, são escolhidos os responsáveis para as áreas de trabalho do município; no caso brasileiro, seria o correspondente aos secretários municipais, que são indicados, não eleitos.

a deter cerca de 10% de todas as habitações do município, enquanto a média do estoque habitacional público do país é de apenas 2%. Este quantitativo de habitação implica que 13% da população da Cidade do Porto sejam inquilinos no município. Baganha comenta que este movimento de construção de habitação foi intenso, e afirmou que grande parte do esforço de urbanização da cidade se deve à construção de habitação social. Hoje, este patrimônio é administrado pela empresa municipal Domus Social, EM, presidida por ele.

- b) *o paradigma da reabilitação urbana de Fernando Távora* – as soluções para as péssimas condições de vida no Centro Histórico do Porto delineadas no Plano Azuélle (1962) no início dos anos 1960, sustentavam a demolição do casario e sua substituição por prédios habitacionais com traçado modernista. Em 1969, o arquiteto Fernando Távora foi designado para executar o plano de demolição, contrapondo-se, de imediato, àquela orientação. O arquiteto, então, partiu para o desenvolvimento de outros estudos, os quais se traduziram na primeira cartilha sobre reabilitação urbana de Portugal, em uma abordagem “holística, abrangente e integradora”. Não fazia sentido, para Távora, cuidar das casas e não cuidar das pessoas. Tal preocupação era expressa, inclusive, na representação das pessoas naquelas habitações e condições de vida extremamente degradadas e precárias.

O estudo, nunca concretizado, ofereceu as bases para a atuação da instituição criada para a recuperação do Centro Histórico do Porto logo nos primeiros anos da redemocratização, após a Revolução de 25 de abril de 1974. No mesmo ano, foi criado pelo governo nacional o Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (Cruarb), que passou a promover, de forma gradual e ininterruptamente, a reabilitação da zona ribeirinha até 2003, quando foi extinto. Sua atuação, embora exemplar na abordagem, não conseguiu ganhar escala.

## O Porto no século XXI ou os ventos da mudança

O século XX no Porto se encerrou com a constatação da tendência de perda da população da cidade em suas últimas duas décadas e com a persistência, por 60 anos, da perda populacional do Centro Histórico. Contudo, o valor excepcional da paisagem urbana do Porto é reconhecido internacionalmente com a inclusão, em 1996, do Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Ao reconhecimento internacional soma-se a oportunidade da realização da Capital Europeia da Cultura na cidade em 2001, a Porto 2001. A cidade se preparou para o acontecimento com investimentos na construção de novos equipamentos culturais, como a Casa da Música, e na reabilitação do espaço público da área central ao redor do Centro Histórico, conhecida como a Baixa do Porto. Também em 2001, a cidade começou a construir a

sua rede de metrô, investindo conjuntamente na requalificação do espaço público ao longo da rede de transporte. Para Baganha, a reabilitação abrangente do espaço público resultou em uma cidade qualificada, que mais tarde veio a ser útil quando chegou o turismo.

Com esta contextualização, o vereador elencou uma série de programas e diretrizes da política municipal conduzida a partir de 2013, na gestão da qual ele se integra, presidida pelo autarca Rui Moreira, cumprindo já o seu terceiro mandato, que irá terminar em 2025.

Antes, porém, ele citou novamente a extinção do Cruarb, que foi substituído pela Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana (Porto Vivo SRU), a entidade responsável pela reabilitação e pela gestão do Centro Histórico do Porto. A constituição dessa empresa municipal, em 2004, colocou o investimento privado na equação da reabilitação do Centro Histórico. A legislação<sup>2</sup> que deu suporte à criação da Porto Vivo SRU permitia definir uma unidade de intervenção de trabalho, em geral um quarteirão, possibilitando a definição de estratégias de comum interesse aos proprietários e aos investidores privados, sob supervisão do poder público. Tal conjuntura possibilitou acelerar a reabilitação do Centro Histórico, que somado a outros fatores, mudou o aspecto de degradação da área.

A fala do arquiteto Pedro Baganha, ao apresentar os fatores promotores da transformação da cidade, dá ênfase à abordagem híbrida entre interesse público e iniciativa privada:

*Hoje, nós temos uma história de sucesso para contar. 80% dos prédios e das habitações do Centro Histórico estão em estado médio ou bom de conservação. E, portanto, parece-nos que esta aposta, numa abordagem híbrida entre interesse público e iniciativa privada foi uma aposta ganha. E foi uma aposta que permitiu transformar e dar um novo capítulo ao Centro Histórico, que começou por ser o centro da atividade econômica; passou pelo período de ser o principal porto do norte do país; teve um período ruim, de degradação, droga e miséria, ao longo do final do século XX; ressurgiu em meados desta década e hoje é um território que, se algum problema tem é excesso de turismo.*

Assim, para efeito de compreensão do conjunto de iniciativas recentes que contribuíram para a reinvenção da cidade do Porto, listam-se abaixo as iniciativas apresentadas na comunicação inaugural do ciclo de debates “Pensar a cidade”:

**Plano Diretor Municipal** – em 2021, entrou em vigor o novo Plano Diretor Municipal (PDM) do Porto, o qual foi estruturado a partir de um conjunto de domínios estratégicos: o ambiente, a habitação, a mobilidade, o patrimônio e a economia. Entre os referidos domínios, Baganha destacou a preocupação com a estrutura

<sup>2</sup> Decreto-lei n. 104/2004, revogado posteriormente pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-lei n. 309/2009.

ecológica da cidade, vinculada à construção de novos parques urbanos, na esteira de obras de infraestrutura ou como contrapartidas de obras de iniciativa privada, como os empreendimentos hoteleiros.

**Mobilidade** – uma das prioridades assinaladas no PDM é a rede de transportes coletivos, com a mobilidade baseada no metrô e na rede de BRT (*Bus Rapid Transit*). No momento, prioriza-se a expansão dos sistemas de mobilidade para o centro da cidade, por não ser densa o suficiente, a fim de facilitar sua ligação com as periferias. Na área oriental da cidade, foi inaugurado, em 2022, o Terminal Intermodal de Campanhã, que reuniu naquele equipamento a prioridade da mobilidade e a do ambiente com um parque verde atrelado àquela construção. Ao mesmo tempo, buscam investir no que se chama de “mobilidade suave”<sup>3</sup>, em particular no centro da cidade. Trata-se de uma rede de percursos para pedestres, “onde a mobilidade suave seja predominante, retirando o automóvel do espaço público e devolvendo esse espaço público aos cidadãos”.

**Reabilitação urbana** – de certa forma, depreende-se que a missão da reabilitação urbana na Cidade do Porto extrapolou as fronteiras do Centro Histórico. Como dito anteriormente, a reabilitação está sob a gestão da Porto Vivo SRU, totalmente municipalizada atualmente. A gestão do Centro Histórico passa por uma análise casa a casa, prédio a prédio, sobre o seu estado de conservação, o seu estado de ocupação e sobre a função que cada edificado representa, com especial atenção ao conflito entre a função turística e a função residencial. Para além da gestão e salvaguarda do sítio do Patrimônio Mundial, que, em larga medida, está reabilitado na atualidade, mas sofre pressões crescentes de excesso de turismo. Além disso, há a preocupação com outras áreas da cidade, como a Zona Oriental. Diversas áreas na cidade estão delimitadas como áreas de reabilitação urbana, uma figura jurídica prevista no Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, onde é possível aplicar incentivos fiscais e implementar operações de reabilitação urbana.

**Zona Oriental do Porto** – além da delimitação como área de reabilitação urbana, a Zona Oriental tem recebido especial atenção por ser a zona mais degradada em termos sociais e físicos. Para esse território, foi elaborado um Plano Estratégico de Desenvolvimento, sustentado em sistemas estratégicos mobilizadores e propulsores de mudança. Dentre estes, destacam-se o já referido Terminal Rodoviário/Intermodal de Campanhã; a estrutura ambiental do Parque Oriental e a Reabilitação do Antigo Matadouro Industrial de Campanhã, observando-se o alinhamento

<sup>3</sup> No momento da comunicação do vereador Pedro Baganha, em 4 de julho de 2023, o programa ainda não havia sido lançado oficialmente. Intitulado Rede 20, a Câmara Municipal do Porto o lançou em 18 de julho de 2023. O programa é constituído por uma rede de percursos prioritários para meios de “mobilidade suave” que abrange cerca de 30 km de arruamentos e estabelece, em alguns casos, uma velocidade máxima de circulação de automóveis de 20 km/h, com prioridade para pedestres e meios “suaves”, em um conceito de partilha do espaço público. Informações disponíveis em <https://www.porto.pt/pt/noticia/criada-rede-20-para-tornar-o-espaco-publico-disponivel-para-todos>, acessada em 6 de setembro de 2023

com o PDM e antecipando o tema da cultura como estruturante para a política municipal da cidade do Porto.

**Habitação** – conforme assinalado anteriormente, a política habitacional foi decisiva para o crescimento da cidade. Segue como um desafio, em tempos em que há uma sobrevalorização do imobiliário em todo o país nos últimos anos, comprimindo também o poder da classe média para adquirir ou alugar um imóvel. A atual política municipal de habitação estrutura-se em três eixos: a) *habitação social* para a renda mais baixa, estruturada no patrimônio público municipal e administrada pela Domus Social, EM; b) *habitações a custos controlados*, que são aquelas “construídas ou adquiridas com o apoio financeiro do Estado, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção, e destinam-se à habitação própria e permanente dos adquirentes”,<sup>4</sup> ou para aluguel. Elas podem ser promovidas pelas câmaras municipais, pelas instituições particulares de solidariedade social, pelas cooperativas de habitação e até pelas empresas privadas. É neste âmbito, onde são promovidos os programas para a recuperação das ilhas do Porto, de propriedade eminentemente privada; e c) *habitação acessível*, destinada à classe média, de rendimentos intermediários. Trata-se de uma tentativa de dar uma resposta a um problema agravado recentemente.

No âmbito da *habitação acessível*, a Câmara Municipal do Porto começou a testar novos modelos de produção e disponibilização da habitação, tendo constatado a impossibilidade de o poder municipal, de maneira isolada, dar respostas a esta carência do mercado. Para tal, foram criados um conjunto de incentivos e programas para chamar o investimento privado para esse segmento do mercado. É a tentativa de alinhar-se à iniciativa privada, sempre com normas que emanam do poder político e que atendam ao interesse público. Esse modelo encontra-se estruturado em dois eixos: a) o *Porto com Sentido* – que busca o imóvel de propriedade privada e oferece ao proprietário um conjunto de seguranças, incluindo isenções fiscais, para disponibilizar o imóvel no mercado por mais tempo em uma cesta de imóveis administrada pelo município. A medida busca também desviar as unidades habitacionais privadas do mercado do alojamento turístico, do Airbnb, para o mercado de aluguel de longa duração. Essa cesta de imóveis também é composta por imóveis de propriedade municipal, identificadas em recente inventariação e estão sendo reabilitadas e destinadas ao programa. Alguns desses imóveis de propriedade pública também estão destinados à habitação social; b) e o *build to rent* – “construir para alugar”. A tentativa estrutura-se na concessão de solo público por

<sup>4</sup> Conceito fornecido pelo Portal da Habitação. <https://www.portaldahabitacao.pt/habitacao-a-custos-controlados>



meio do direito de superfície e segue um conjunto de regras estabelecido em edital público, que estabelece o tempo e as condições da concessão, incluindo a condição de preço ao alcance da classe média. Ao final do período, o conjunto volta para a posse pública.

Por fim, assinala-se a preocupação atinente aos diversos programas em mesclar classes sociais e evitar a guetização de áreas da cidade. Acerca de uma das iniciativas, diz-se, que “os espaços públicos propostos foram dimensionados de forma a estabelecer relações de vizinhança, espaços mais acolhedores (de quarteirão) e espaços mais partilhados (de bairro)”.

**Turismo** – “O turismo foi a salvação do centro da cidade do Porto”, afirmou Baganha na introdução ao tema, quando contextualizou que o setor também foi a salvação da economia nacional portuguesa após a enorme crise financeira sofrida entre 2008 e 2013. Se o aumento da função turística trouxe um alento à economia estagnada, por outro lado trouxe efeitos nocivos às cidades, com risco de perda de identidade dos territórios, decorrente do aumento do preço da habitação, expulsão das suas populações e pressão sobre o espaço público. Instalou-se, assim, um problema novo. Se, em 2006, a Cidade do Porto não era uma cidade turística, hoje ela o é. É o segundo maior destino turístico do país; e o país, um dos maiores destinos turísticos da Europa. As medidas para conter o problema estruturam-se em dois eixos: a) a limitação das licenças atribuídas aos alojamentos turísticos – em função da quantidade de habitação em determinados territórios; b) a promoção da habitação nas áreas centrais – de maior incidência de alojamentos turísticos que busca manter a população residindo nas zonas turísticas, em particular, a população mais pobre que já vive lá, a fim de combater fenômenos de gentrificação.

**Identidade e cultura** – quando Baganha falou do risco do turismo à perda da identidade dos territórios pela expulsão das populações, ele aproveitou para tratar da cultura, um dos principais pilares da política municipal da Cidade do Porto e razão do convite para abrir o ciclo de debates “Pensar a cidade”. Desde logo, apresentou a Carta do Patrimônio Urbanístico, Arquitetônico, Natural e Arqueológico, elemento integrante do PDM, onde estão identificadas as principais zonas de interesse patrimonial da cidade e os níveis de proteção. Ele continuou apresentando projetos e programas que consubstanciam o lugar da cultura para o projeto de cidade: a) *Mercado do Bolhão* – a obra de reabilitação desse mercado ilustra os investimentos dedicados à preservação do patrimônio edificado da cidade. O Bolhão é exaltado como a “alma do Porto” e é protegido como Monumento de Interesse Público por sua arquitetura e pelo seu patrimônio imaterial; b) *equipamentos culturais na Zona Oriental da cidade* – assinalando, mais uma vez, a preocupação do

poder municipal com a Zona Oriental do Porto, o arquiteto apresentou o conjunto de equipamentos relacionados com a cultura, compondo os sistemas estratégicos mobilizadores e propulsores de mudança do plano estratégico para a área. São pelo menos quatro equipamentos<sup>5</sup> que integram a rede de museus e equipamentos culturais do município, com destaque para o Matadouro Municipal; c) *reconversão do antigo Matadouro Industrial de Campanhã* – este equipamento, por si só, merece um destaque por ser uma espécie de síntese dos princípios da política municipal. Trata-se da recuperação de um edifício histórico com recursos privados, numa modelagem de concessão de 30 anos para exploração privada de apenas 60% da área recuperada. Nos 40% remanescentes, o próprio município ficará responsável pela instalação de espaços e desenvolvimento de programas de caráter cultural, social e educacional. Adicionalmente, a proposta vencedora ofereceu uma mais-valia com o projeto arquitetônico do conceituado arquiteto japonês Kengo Kuma em parceria com o promissor e jovem escritório de arquitetura português, OODA; d) *Cultura em Expansão* – trata-se de um “programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade”.<sup>6</sup> Para o vereador, o que define este programa é a “noção de que não há um lugar para a cultura e que todo lugar é lugar de cultura”, oferecendo possibilidades de fruição de música, teatro, cinema, literatura, dança e outros fora dos centros de espetáculos habituais, ou seja, teatros, cinemas ou museus; e) *Museu do Porto* – ao final, foi apresentado outro importante projeto cultural da cidade: a estruturação do Museu da Cidade do Porto, a partir de uma rede de espaços espalhados em todo o território, alguns dos quais são componentes da estratégia de regeneração da zona oriental da cidade, organizados em temáticas próprias, constituindo-se como um museu à escala da cidade.

Pedro Baganha conclui destacando que o propósito do Porto é ser “uma cidade global de tamanho médio, com forte identidade local, confortável e interessante”, e para tal, ele defendeu que a inovação se una à cultura, referenciada ao conhecimento produzido pelas novas gerações, pela academia, pela economia do conhecimento, pela qualificação das pessoas, consolidando-se, portanto, como uma cidade criativa. Ele resgatou, por fim, as preocupações do secretário municipal Pedro Tourinho, ao reiterar que, se for feita uma boa cidade para os seus habitantes, será feita uma boa cidade para quem a visita.

<sup>5</sup> O antigo Matadouro Municipal, que abriga, dentre outros a Coleção Távora Sequeira Pinto, uma Galeria Municipal, ateliês e residências artísticas; o Centro de Arte Casa de São Roque; a Quinta da Bonjónia; e o Antigo CACE do Freixo, espaço destinado às indústrias criativas.

<sup>6</sup> Definição presente no site do Programa. <https://www.culturaemexpansao.pt/sobre/2023/>



## 1.2. Outros paradigmas, ações e proposições para a dinamização do Centro Histórico e Comércio de Salvador

Relatoria da palestra proferida por Tânia Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira.

**“O que nós queremos é uma cidade de proximidade que, em linhas gerais, é a hiperproximidade dos equipamentos, empregos, serviços institucionais, parques públicos, comércio e variedade de opções de lazer dentro de um pequeno raio, a partir da casa de cada um”.**

*Tânia Scofield*

Ao cumprir a lógica inicial estabelecida para o ciclo de debates “Pensar a cidade”, após a audição dos palestrantes convidados, abriu-se espaço para ouvir o anfitrião, a fim de se perceber o que a Prefeitura Municipal de Salvador havia desenvolvido e proposto na temática do dia. A arquiteta Tânia Scofield, presidente da FMLF, estruturou sua apresentação em dois grandes tópicos: a) os conceitos que balizam o planejamento da cidade de Salvador, na aposta da cidade de proximidade; e b) o conjunto de investimentos que a Prefeitura Municipal de Salvador realizou e em planejamento para as áreas do Centro Histórico e do Comércio.

Ela iniciou apresentando a missão da FMLF como o órgão responsável pelo planejamento urbano de Salvador e pela elaboração dos projetos dos espaços públicos da cidade. Embora o foco de sua palestra seja o Centro Histórico e Comércio, ela não deixou de apresentar uma visão geral do que tem sido planejado para toda a cidade desde 2017, e o que está sendo projetado para o futuro.

### Cidade de proximidade

Citando o Plano Salvador 500<sup>1</sup>, documento que apresenta cenários e diretrizes de longo prazo para o planejamento urbano de Salvador, Tânia Scofield introduziu os conceitos de cidade sustentável e saudável. A esses conceitos, os quais têm pautado o planejamento da cidade, ela acrescentou a ideia da “cidade de 15 minutos”, criada pelo arquiteto franco-colombiano Carlos Moreno, ressaltando, porém, que prefere adotar a expressão “cidade de proximidade e de comunidade”, por traduzir melhor a ideia da hiperproximidade entre os locais de moradia e aqueles de trabalho, estudo, lazer e fruição cultural, entre outros.

<sup>1</sup> O nome Plano 500 é uma referência aos 500 anos da cidade de Salvador, a serem completados em 2049. Foi estruturado em um horizonte de 35 anos, tendo sido iniciado em 2014.

Não é uma tarefa fácil, deixa subentendido a arquiteta. A geomorfologia de Salvador, com seu formato triangular em península e sua topografia acidentada, constituída por vales e cumeadas, dificulta a aplicação do conceito por restringir as opções de mobilidade urbana, seja pela dificuldade de adaptação do viário à morfologia do sítio, seja pelo esforço de transposição de barreiras altimétricas pelos usuários dos modos a pé e ciclovário. Somam-se a isso outros fatores.

Salvador é, na atualidade, uma cidade com duas centralidades: a) a do centro tradicional, onde se encontram o bairro do Comércio e o Centro Histórico; e b) a região do Iguatemi, junto ao Rio Camarajipe. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador estabeleceu como um dos seus objetivos estimular novas centralidades, incluindo a “indução e estruturação de nova centralidade metropolitana na confluência da Av. 29 de Março com as rodovias BR-324 e BA-528, nas proximidades do Terminal Intermodal de Passageiros em Águas Claras/Valéria”.<sup>2</sup> O estímulo à materialização dessas centralidades nem sempre resulta do processo formal de indução, também podendo acontecer por processos espontâneos, pela presença de um único equipamento ou outra ação específica na área. Porém, já se observa a tendência da consolidação da centralidade de caráter metropolitano, que se estima concretizar-se em até dez anos.

### O Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio

Voltando o foco de sua fala (o centro tradicional de Salvador), Scofield relacionou seus bairros, também delimitados como Distrito Cultural. São eles: o bairro da Saúde, o Nazaré, o Dois de Julho, o Barbalho, o Santo Antônio, o Centro Histórico propriamente dito e o bairro do Comércio. Ela, então, desenvolveu sua palestra sobre as ações que estão sendo empreendidas para tornar o Distrito Cultural uma região saudável, reunindo as condições para transformá-lo em uma cidade de proximidade, onde moradia, atividades e serviços estejam conciliados.

Na sequência, Scofield apresentou as condicionantes urbanísticas, sociais e ambientais para a área e desenvolveu um pouco sobre o estado em que se encontra cada uma delas:

- *uso misto* (habitação, comércio e serviços) – ela chamou atenção para a ausência de um programa efetivo de habitação para a área, quer seja social ou de mercado;
- *diversidade das habitações* (diferentes faixas de renda) – ela enfatizou que esta é uma condição para se ter um centro saudável e de proximidade;
- *acesso universal à infraestrutura* – ela lembrou que a área já tem infraestrutura de qualidade instalada e projetou, nesta condição, a construção de um centro saudável e de proximidade;

<sup>2</sup> Lei n. 9.069/2016, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>

- *ativação dos espaços vazios e subutilizados* – ela destacou a grande quantidade de espaços nesta condição, deixando subentendido o seu grande potencial de transformação;
- *ressignificação dos espaços para novos usos* – de certa forma, complementa-se com o anterior, diante do grande potencial de transformação e ressignificação do próprio Centro, principalmente como espaço de moradia;
- *atendimento às necessidades de diferentes grupos* – da mesma forma, complementa-se com condicionantes anteriores, considerando diferentes faixas de renda e grupos sociais;
- *conectividade de transporte* – área destacada pela qualidade já instalada da rede de transportes;
- *mobilidade ativa* – ela referiu-se ao plano concluído em 2019, contemplando o Centro Histórico e o Comércio, entre outros bairros.
- *ativação dos espaços públicos* – praticamente todos os espaços públicos foram alvo de melhoramentos e ativação nos últimos dez anos;
- *arborização de ruas* – ainda em processo; e
- *segurança pública* – área destacada como o grande problema a se resolver.

Tânia Scofield reiterou a importância dessas condicionantes para a transformação do Distrito Cultural em uma cidade de proximidade e passou a elencar as intervenções implantadas e em projeto, com esse propósito, como parte da política de dinamização do Centro Histórico de Salvador.

- *Centro Administrativo Municipal* – Scofield informou que 80% dos órgãos e secretarias municipais já estão no Centro Histórico e no Comércio.
- *Economia* – ela citou o desenvolvimento da economia local, com novas atividades comerciais, restaurantes e lojas.
- *Equipamentos públicos de serviços* – são alguns dos equipamentos relacionados: o Hub de Tecnologia, já em funcionamento no Porto de Salvador, reunindo *startups* do setor; o Polo de Economia Criativa, inaugurado no mês de julho, também na área do porto; o Mercado Modelo, na Praça Cayru, com obra de reforma e restauro estrutural em finalização depois de dois anos; o Mercado São Miguel; os Arcos da Ladeira na Montanha, recuperados em 2018, onde estão reunidas habitações e oficinas para artistas que trabalham com a pedra e com o ferro, conciliando moradia e trabalho; a Escola Digital, em implementação pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (Semdec) no antigo prédio da Coelba, na Praça da Sé.

- *Equipamentos culturais* – são eles: a *Cidade da Música na Bahia*, já aberta ao público; a *Casa de Espetáculos e a Escola de Arte e Tecnologia*, que ocupam antigas ruínas na Rua Santos Dumont, encontram-se em obras e são parte do complexo da *Cidade da Música da Bahia*. A escola destina-se àqueles que trabalham nos bastidores dos espetáculos, ou seja, iluminadores, cenotécnicos, entre outros; a *Cidade da Criança*, em projeto, a ser implantado em um casarão de propriedade do município localizado na Rua 28 de Setembro, há muitos anos sem uso; a *Casa das Histórias de Salvador* e o *Arquivo Público Municipal*, já concluídos, localizados entre a Rua Portugal e a Rua Miguel Calmon, também ocupam espaços de edificações em ruína; também encontra-se em projeto a implantação de uma Escola Municipal da Ladeira da Praça.
- *Praças* – são elas: a Praça do Terreiro de Jesus, totalmente requalificada, tomando por base um projeto de Burle Marx de 1952; a Praça Cayru, totalmente requalificada, inclusive com a rampa do mercado com suas escadas do século XVII; a Praça Marechal Deodoro, conhecida como a “praça das mãozinhas”, onde se encontra um terminal de ônibus com um carregamento muito alto, constituindo-se como uma área muito importante para a comunidade do Pilar; a Praça da Inglaterra; o Cais da Gamboa, que pode ser considerado um espaço de convivência e de trabalho que tem chamado a atenção para sua transformação como um lugar de atração, destacando-se a presença de dois ou três restaurantes na comunidade; a Praça de Aquidabã, já concluída; e os Espaços de Lazer do Pilar, com projeto concluído e obras por serem iniciadas.
- *Mobilidade* – são elas: as Ruas Miguel Calmon, Joana Angélica e Carlos Gomes requalificadas; a Avenida Contorno, em projeto; a Rua da Conceição, em obras; o Terminal da Barroquinha, já implantado; o Elevador do Tabuão, também implantado; e o Elevador Lacerda, que em 2024 comemora os seus 150 anos, com projeto de conservação e manutenção em conclusão.

Para além dos componentes físicos visíveis no território, como as obras e os projetos em espaços públicos, arruamentos, equipamentos culturais, institucionais e de serviços, Scofield comenta sobre o trabalho em desenvolvimento pela Fundação Mário Leal Ferreira, no âmbito da cooperação internacional com a Representação da UNESCO no Brasil. Trata-se da proposição de normatização de intervenção para o Centro Histórico e seu entorno, formalmente designado como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) do Centro Antigo de Salvador.

A inexistência de um regramento para orientar os proprietários acerca das intervenções possíveis em seus imóveis da área cria insegurança e retrai, de certa forma, o surgimento de iniciativas de recuperação do edificado e de investimentos na região. Na atualidade, ela afirmou que as propostas de intervenção podem estar sujeitas à subjetividade de quem as analisa. Nesse sentido, a FMLF, em cooperação com a UNESCO, lidera um esforço de construção de critérios e normas de intervenção para orientar a análise de projetos, sob o



abrigo de um acordo de cooperação técnica (2018), comprometendo os três entes da federação com competências de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Salvador, ou seja, a União, o estado da Bahia e o município de Salvador.

No instrumento de cooperação técnica ficou acordado que ao Iphan, autarquia federal, caberia propor critérios e normas para os conjuntos tombados do Centro Histórico, Santo Antônio, Comércio e áreas adjacentes da frente marítima; ao IPAC caberia organizar a base de dados de pareceres do Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização (Etel) e oferecer os insumos para o estabelecimento de perímetros e critérios de intervenção relativos aos tombamentos estaduais; e, por fim, à FMLF/Prodoc 914BRZ4021, caberia propor normativas para toda a área adjacente aos referidos conjuntos, até o limite da APCP.

Os estudos desenvolvidos, na ocasião do ciclo de debates “Pensar a cidade”, requeriam ainda debates, eventuais complementações e cotejamento com os demais estudos desenvolvidos pelo Iphan, de responsabilidade do governo federal. A estimativa do conjunto de colaboradores é que este regramento esteja concluído em 2024.

Para Scofield, a conclusão deste trabalho significa que a cidade vai dispor de uma legislação que proporcionará não somente ao proprietário daqueles imóveis do Centro Histórico, mas também aos investidores privados que querem investir na área e no seu entorno, as condições para que saibam o que pode ou não ser implantado, construído, ou alterado nos imóveis tombados.

Finalizando a exposição das diversas frentes de trabalho sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador, Scofield sinalizou que os próximos debates ofereceriam maior detalhamento das iniciativas, em especial para o programa de habitação para o Centro Histórico, que leva em conta tanto a habitação de interesse social, quanto de mercado.

Por fim, sinalizando que a transformação do Distrito Cultural de Salvador passou fundamentalmente pela habitação, Scofield lembrou da expressão da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, “casas sem gente, gente sem casa”,<sup>3</sup>, quando discorreu sobre o entendimento do problema das cidades brasileiras e procurou apresentar soluções para tal. E reiterou que a aposta para a transformação do Centro Histórico reside na construção de um programa robusto e eficiente de moradia, transformando o Comércio, hoje e originalmente comercial, em um ambiente residencial, um bairro saudável, um bairro de proximidade.

<sup>3</sup> Blog de Raquel Rolnik. <https://raquelrolnik.wordpress.com/2018/05/10/casas-sem-gente-gente-sem-casa-entendendo-o-problema-pensando-solucoes/>

Foto: Secult Salvador







**“O meu partido chama-se Centro Histórico de Salvador”.**

*Clarindo Silva – Cantina da Lua*

**“Nós somos totalmente a favor da qualificação, mas que mantenha o povo que mantém o histórico, mas tem que manter o patrimônio vivo, não só o material, mas o imaterial também, porque somos nós que mantemos o centro de Salvador”.**

*Eliane Silva – Centro Cultural Que Ladeira É Essa?*



**“[...] vocês já perceberam que a primeira experiência de tirar a população do Pelourinho não deu certo. O Centro ficou completamente abandonado. Eu tenho 55 anos e moro no centro de Salvador. A minha família vem da quarta geração ali mesmo, na Ladeira da Preguiça, onde a gente luta para manter os casarões de pé. [...] Mas você sabe quem mantém a maioria dos patrimônios históricos de Salvador? A população negra que ocupa esses espaços, as mães que tiram um doce da boca dos seus filhos para comprar um cimento, para comprar uma areia, para comprar uma telha, para manter essas casas de pé”.**

*Eliane Silva – Centro Cultural Que Ladeira É Essa?*



**“Reivindicamos políticas públicas de habitação de interesse social, saúde, mobilidade urbana, educação, oferta de emprego, renda, lazer para todas as comunidades do Centro Antigo e periferia”.**

*Ana Caminha – Articulação do Centro Antigo de Salvador*

**“Gente, nós somos gente, nós precisamos ter garantias de moradia, precisamos ter garantia para os nossos jovens, precisamos de escolas, precisamos de emprego, precisamos que essas empresas que estão chegando aqui tenham uma contrapartida social, ao menos com os nossos jovens”.**

*Sandra Regina Silva dos Santos – Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)*

**“A construção de solução para a insegurança e miserabilidade histórica do Centro Antigo só será legítima com a escuta radical do povo negro que vive e trabalha neste território, porque o patrimônio somos nós, cultura viva”.**

*Maura Cristina da Silva – Articulação do Centro Antigo de Salvador*

**“Façam escolas para essas crianças”.**

*Sandra Regina Silva dos Santos – Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)*



## SEGUNDO DEBATE

### Habitação em áreas Centrais

#### A EXPERIÊNCIA DO INCENTIVO À HABITAÇÃO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Convidado:

**THIAGO DIAS**

Advogado, subsecretário executivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro.

#### REALIDADES E PERSPECTIVAS PARA HABITAÇÃO NO BAIRRO DO COMÉRCIO DE SALVADOR

Anfitriã:

**BEATRIZ LOUREIRO CERQUEIRA LIMA**

Arquiteta urbanista, diretora de Planejamento da Fundação Mário Leal Ferreira.

#### PROJETO PILAR E O INSTITUTO CARLINHOS BROWN

Convidado:

**CARLINHOS BROWN**

Presidente do Instituto Carlinhos Brown, Músico, Compositor, Educador e Embaixador Ibero Americano da Cultura/SEGIB.

A segunda sessão do “Pensar a cidade” centrou-se sobre o tema habitação como condição indispensável de melhoria das áreas centrais, tornando-as lugares bons para se viver, conviver e trabalhar. Na ocasião, foram divulgadas estratégias que vêm sendo experimentadas para promover moradias no centro do Rio de Janeiro e o que têm sido estudadas pela Prefeitura Municipal de Salvador no âmbito do Distrito Cultural.

O primeiro convidado, Thiago Dias, subsecretário executivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro, é o responsável pela segunda etapa do Projeto Reviver Centro do Rio de Janeiro. O Projeto em curso é a principal estratégia de incentivo ao uso habitacional para a região central da cidade, somando-se à iniciativa anterior que compreendia a área portuária, o Porto Maravilha.

A anfitriã do debate foi a diretora de Planejamento da FMLF, Beatriz Loureiro Cerqueira Lima. A arquiteta tem coordenado estudos sobre ocupação dos imóveis vazios ociosos e em ruínas para o uso predominantemente habitacional no bairro do Comércio, assim como outros estudos para a área, como a mobilidade e a normatização para intervenção sobre o patrimônio protegido.

O convidado local do debate, o músico Carlinhos Brown, é um agente de transformação social, com histórico de realizações sociais e culturais no bairro do Candeal, a exemplo do grupo Timbalada e do Candyall Ghetto Square. Sua presença no Distrito Cultural, a partir do Museu do Ritmo, já tem motivado reflexões sobre como contribuir para o Projeto Pilar, onde está situado o seu equipamento cultural, tendo estabelecido um acordo de cooperação técnica com a Fundação Mário Leal Ferreira, no sentido de reunir esforços para contribuir com a transformação dessa área.

O tema da habitação já tinha pautado, fortemente, o debate do primeiro dia, sendo fortalecido nesta segunda edição que, por sua vez, estabeleceu conexão com a próxima sessão, cujo tema é a “dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais”, pela urgência da criação de oportunidades de qualificação, emprego e renda para as comunidades já instaladas nas diversas regiões que compõem o Distrito Cultural. Naquele momento, foi lido e entregue um documento do movimento social Articulação do Centro Antigo de Salvador, integrado nesta publicação no Anexo 2.

A sessão foi mediada pela arquiteta e urbanista Tânia Scofield, presidente da FMLF.



## 2.1 A experiência do incentivo à habitação no Centro do Rio de Janeiro

Relatoria da palestra proferida por Thiago Dias, advogado, subsecretário executivo de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro.

**“O esforço da moradia não é um esforço exclusivamente estatal, ele nunca será”.**

*Thiago Dias*

O advogado Thiago Dias foi convidado para o ciclo de debates “Pensar a cidade” pela possibilidade de oferecer uma visão abrangente sobre políticas recentes de incentivo à habitação em áreas centrais de cidades brasileiras, fazendo um contraponto com o palestrante português no primeiro debate. Desde os diálogos iniciais, percebia-se não haver a possibilidade de uma transposição direta do que vem sendo experimentado no Rio de Janeiro para o caso soteropolitano. Contudo, interessava a visão do todo, o aproveitamento e a criação de oportunidades, mas, sobretudo a percepção de que o conjunto de instrumentos urbanísticos oferecido pela legislação brasileira é explorado e testado ao máximo, de acordo com contextos particulares do Rio de Janeiro, levando-nos ao questionamento se já esgotamos todas as possibilidades de incentivar o uso habitacional no Centro Antigo de Salvador por esta via.

Para Thiago Dias, “falar sobre requalificação de centro histórico é falar sobre um problema que não é exclusivo de Salvador e do Rio de Janeiro, é um problema global”. Em seguida, ele lançou sua premissa de trabalho de que a produção de habitação social e habitação como um todo não é um desafio apenas do poder público, mas um desafio da sociedade, do empresariado e do terceiro setor.

O subsecretário deu início à explanação sobre a política municipal de incentivo à habitação no Rio de Janeiro, lembrando o contexto de cidade e de país por volta de 2009, que era de entusiasmo e preparação da cidade para os grandes eventos esportivos, a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

A percepção da intensificação da degradação do Centro do Rio de Janeiro, logo após a pandemia de Covid-19, leva ao desenvolvimento de estudos sobre usos, ocupações e empregos, os quais revelam mais do que uma associação direta aos efeitos da pandemia. Os indícios de esvaziamento da centralidade carioca começaram a se manifestar bem antes, em 2011, contrariando a expectativa de que a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos criaria um ambiente dinâmico para negócios e investimentos na cidade como um todo.

Os dados mostram, entre 2011 e 2021, a perda de quase 5 mil empresas no Centro do Rio de Janeiro, acompanhada de menos de 110 mil empregos, em uma centralidade

caracterizada por negócios onde se concentravam empresas e serviços diversos. A pandemia agravou o quadro, “ainda com um quociente um pouco menos relevante do que os anteriores”, contextualizou Thiago Dias. Se, por um lado, retirou a importância da mão de obra do seu local de trabalho, de outro, favoreceu ao aperfeiçoamento das tecnologias de informação, permitindo o trabalho remoto.

O advogado contrapôs o desafio da perda de relevância daquela área central à sua característica resultante do urbanismo setorizado, que faz com que aquela região funcione, predominantemente, em horário comercial. Das 9h às 16h, é uma região pujante, mas sem dinamismo à noite e aos finais de semana. Para ilustrar a prática, ele citou o segundo centro de negócios da cidade, classificada como AC2, onde, até 1994, era proibido o uso residencial.

### Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha

A primeira iniciativa recente no sentido da produção de habitação no Centro do Rio de Janeiro está atrelada à requalificação da região portuária, contígua ao Centro e separada deste pela Avenida Presidente Vargas. A requalificação apoia-se em uma Operação Urbana Consorciada, instrumento instituído no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) designado como “conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área as transformações urbanísticas estruturais, as melhorias sociais e a valorização ambiental”. Prevê-se para tal, entre diversas medidas, a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo.

A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, instituída pela Lei Complementar n. 101/2009, autorizava o poder executivo outorgar, de forma onerosa, “o potencial adicional de construção em quadras em que o coeficiente de aproveitamento do terreno máximo for distinto do coeficiente de aproveitamento de terreno básico, mediante a incorporação ao lote de direito de construir adicional”. Ou seja, foi possível vender potencial construtivo em uma determinada região para aplicar aquele valor na infraestrutura do local.

A contrapartida da outorga onerosa do potencial adicional de construção prevista na Lei Complementar n. 101/2009 realizava-se pela venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac). O primeiro leilão, segundo Thiago Dias, resultou na arrematação de R\$ 8 bilhões pela Caixa Econômica Federal (CEF). “É uma conjuntura de país muito específica, de preparação dos grandes eventos e de muito otimismo, que dificilmente voltará a se repetir”, contextualizou o palestrante convidado.

A principal intervenção na infraestrutura urbana da região portuária foi a demolição do elevado da Avenida Perimetral, substituído por um túnel subterrâneo batizado de Túnel

Prefeito Marcello Alencar, um dos maiores da América Latina, com 3.382 m. Outras tantas intervenções – como vias expressas, demolições e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – foram feitas naquela região, no sentido de reverter suas características portuárias, com grandes galpões e plantas de beneficiamento de importação e exportação.

Thiago Dias apresentou a área, recorrendo a um mapa de zoneamento, destacando o Morro da Providência, a primeira favela conhecida do Brasil formada por antigos combatentes retornados da Guerra de Canudos; a Central do Brasil; e a Área de Proteção do Ambiente Cultural conhecida como “Sagas”, composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte do Centro.<sup>1</sup>

A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, de 2009, também contava com a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, instituída pela Lei Complementar n. 102/2009, recentemente alterada para Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos<sup>2</sup>, visto a expansão de suas atribuições, trabalhando também com modelagem de concessões e parcerias público-privadas.

A premissa da Operação foi o estabelecimento do potencial construtivo equivalente ao *coeficiente de aproveitamento básico* (CAB) igual a 1 para toda a região, e o potencial máximo variável conforme as características da região. Avançando na apresentação da estratégia, Thiago Dias explicou a diferença entre o CAB e o *coeficiente de aproveitamento máximo* (CAM). O CAB é o “índice de aproveitamento de terreno diferente de um para isenção de pagamento relativo à criação de solo”, e o CAM é o “índice de aproveitamento de terreno superior ao definido em lei, dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada, para cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir”. Simplificando, o primeiro significa construir de forma gratuita; e o segundo, mediante o pagamento do direito construtivo. A diferença entre o mínimo e o máximo criou os títulos comercializados para a requalificação da área.

Decorridos sete anos, a operação resultou em cerca de 20 mil unidades residenciais contratadas para lançamento. Ou seja, terrenos comprados por incorporadores, projetos licenciados e à venda. Para o subsecretário, a celeridade do processo e os números são animadores quando comparados com outras operações de mesmo porte fora do país. Ele lembrou, ainda, que foi necessário ter muito cuidado naquela área, pela presença dos remanescentes do Cais do Valongo.

<sup>1</sup> Prefeitura do Rio de Janeiro. Guia das APACs: Sagas (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), entorno do Mosteiro de São Bento. Patrimônio Estruturado, a. 2, n. 1, 2012. [https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172403/guia01\\_compressed.pdf](https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172403/guia01_compressed.pdf)

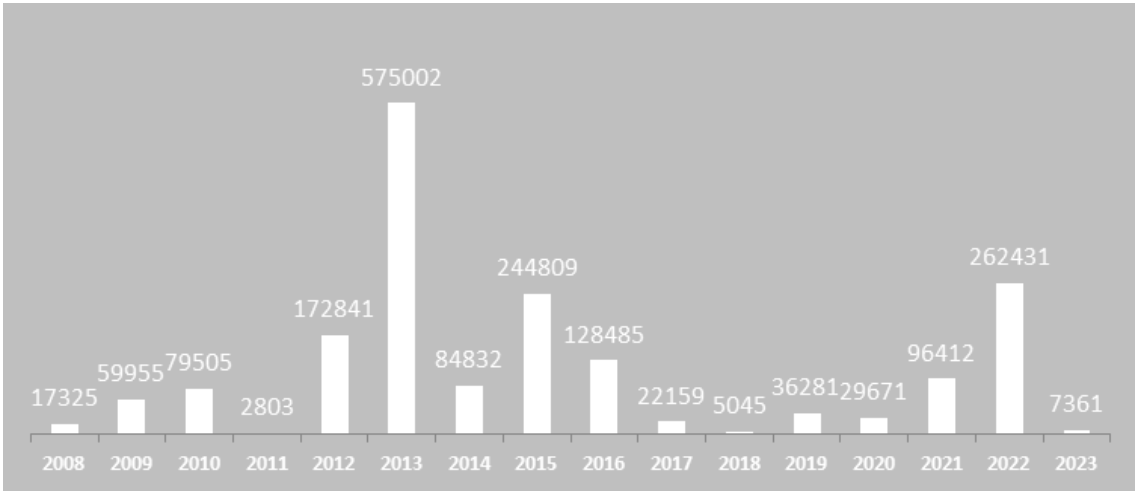
<sup>2</sup> Prefeitura do Rio de Janeiro. Lei Complementar n. 102, de 23 de novembro de 2009. Cria a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPar e dá outras providências (redação dada pela Lei Complementar n. 251/2022). Diário Oficial da União, 24 nov. 2009. <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/11/102/lei-complementar-n-102-2009-cria-a-companhia-de-desenvolvimento-urbano-da-regiao-do-porto-do-rio-de-janeiro-cdurp-e-da-outras-providencias>

O Cais do Valongo, construído em 1811, foi o local de desembarque de africanos escravizados e comercializados no continente americano. Foi declarado sítio do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017. Por isso, foi necessário ampliar os cuidados com as escavações e as demolições, mesmo com prazos exíguos para permitir a infraestrutura urbana da área a tempo para os grandes eventos.

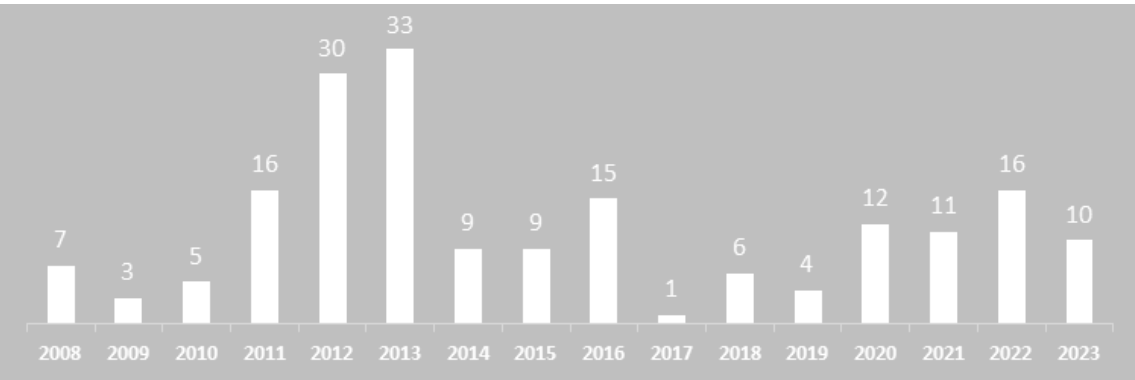
Outras melhorias foram promovidas na área, como as implantações do Museu do Amanhã, de autoria do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, e da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, também conhecida como Orla Conde ou Boulevard Olímpico, que ocupa o lugar onde era parte do elevado da Avenida Perimetral. O Boulevard passou a ser visto como uma galeria a céu aberto, com a presença dos painéis em grafite do artista Eduardo Kobra. Em sintonia com a apresentação de Carlinhos Brown, mais adiante nesta publicação, Thiago Dias comentou como a beleza e o cuidado com as intervenções estimulam o comprometimento das pessoas a partir do sentimento de pertencimento ao lugar.

O advogado Thiago Dias também apresentou a evolução dos números alcançados com a operação, ainda em curso, com tabelas que diferenciam áreas, edificações e unidades licenciadas (Tabelas 1 a 3). Sobre as áreas licenciadas, ele chamou atenção sobre as áreas comerciais e residenciais, informando que o licenciamento para área comercial caiu muito. Na pandemia, a vacância das unidades comerciais no Centro do Rio de Janeiro chegou a 70%. Estima-se que cerca de 95% da metragem licenciada destina-se à habitação. A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro espera expandir a operação para São Cristóvão, a oeste da região portuária.

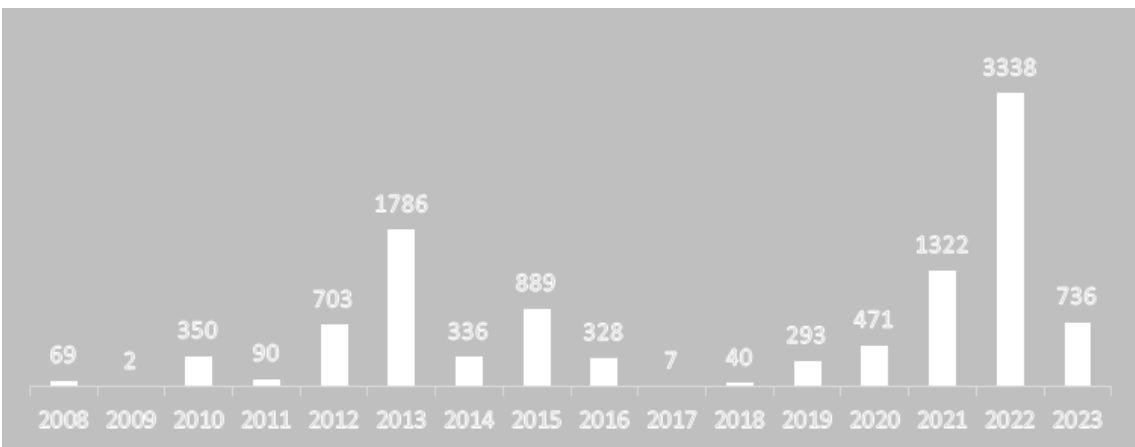
**Tabela 1<sup>1</sup>**  
Área licenciada na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha – Usos residencial, não residencial e misto



**Tabela 2:**  
Edificações licenciadas na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha – Usos residencial e não residencial



**Tabela 3:**  
Unidades licenciadas na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha – Usos residencial e não residencia



<sup>3</sup> Todas as figuras e tabelas são reproduções da apresentação preparada pelo conferencista.

## Reviver Centro

A operação Reviver Centro compreende a área central do lado oposto da região portuária, tendo como referência a Avenida Presidente Vargas e abrangendo a Lapa e o Centro, com seus sub-bairros do Saara, Tiradentes, Cinelândia, Cruz Vermelha, Central do Brasil, Praça XV e Castelo.

Antes de apresentar a estratégia do Reviver Centro, e tendo em conta a apresentação prévia da Operação Porto Maravilha, o subsecretário comentou sobre a diferença fundiária das duas áreas, estabelecendo uma rápida comparação com Salvador. A região portuária era caracterizada pela presença de grandes lotes, com galpões e grandes estruturas industriais. Na área central, por sua vez, os lotes eram pequenos, bastante edificadas, contando ainda com a presença significativa de imóveis com valor patrimonial.

Thiago Dias defendeu que o esforço de moradia não é exclusivamente estatal. E que, embora a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tenha se destacado na produção de moradia no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, entre 2009 e 2016, a equação para o suprimento de habitação, principalmente aquela de interesse social, está longe de estar resolvida. Segue perseguindo, portanto, a oferta de mecanismos por parte do Município de incentivo à produção de moradia por incorporadores diversos. A área central do Rio de Janeiro vem sendo objeto dessas tentativas, como o Porto Maravilha e, atualmente, o Reviver Centro, que busca levar para essa área diferentes estratos de população.

Refletindo sobre o insucesso da incorporação imobiliária em determinadas áreas da cidade, Thiago Dias atribuiu à falta de margem de lucro para os incorporadores como uma das razões para a falta de investimento em habitação no Centro do Rio de Janeiro. No seu ponto de vista, esse problema apenas se resolve se o preço da construção baixar ou a margem de lucro aumentar. Não há governabilidade sobre os fatores que compõem o preço da construção – tais como câmbio, mão de obra ou material –, muito menos sobre a garantia da transação do valor final do imóvel.

Diante desse contexto é que se elaborou um dos conceitos estruturadores do Plano Reviver Centro, pelo então secretário de Planejamento Urbano, Washington Fajardo: a cada 1 m<sup>2</sup> incorporado para residência nos bairros do Centro e da Lapa, é possível atrelar “um título de direito construtivo em outro lugar da cidade, que possa suportar essa construção e que, ao mesmo tempo, tenha liquidez e valor”. O título comercializado em outras áreas da cidade viabilizava a margem de lucro necessária para a incorporação no Centro.

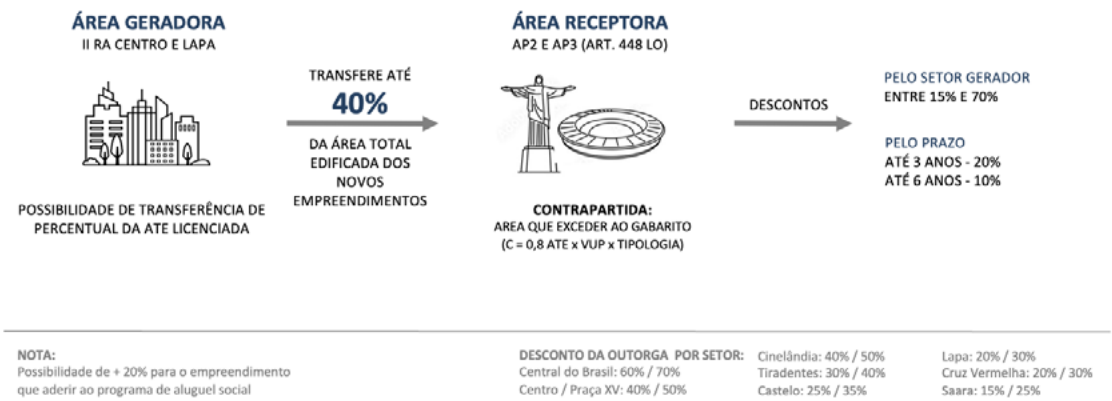
A Operação Interligada – considerada de forma simplificada como troca do potencial construtivo entre áreas geradoras e áreas receptoras – indicava viabilidade por condições



bastantes peculiares do Rio de Janeiro, em tese, não replicáveis para Salvador. Nas áreas receptoras, formalmente designadas como Áreas de Planejamento 2 e 3, a Operação Interligada traduzia-se na alteração de gabarito das edificações não afastadas das divisas em áreas muito específicas impactadas por legislações da década de 1980 e 1990.<sup>3</sup> O efeito dessas leis resultou em deformações de morfologia, vazios e diferenças de alturas nas massas edificadas dos quarteirões, explicadas na Figura 3, a seguir. O propósito do dispositivo favoreceria recompor morfologias ao mesmo tempo em que criaria habitações na área central.

Na primeira versão do Plano Reviver Centro, instituído pela Lei Complementar n. 229, de 14 de julho de 2021, para cada 1 m<sup>2</sup> incorporado no centro da cidade, transferia-se para algumas áreas receptoras até 40% da área total edificada, por meio de um título construtivo que permitiria construir acima do parâmetro aplicado na região receptora.

Figura 1 – Síntese da primeira versão do Plano Reviver Centro



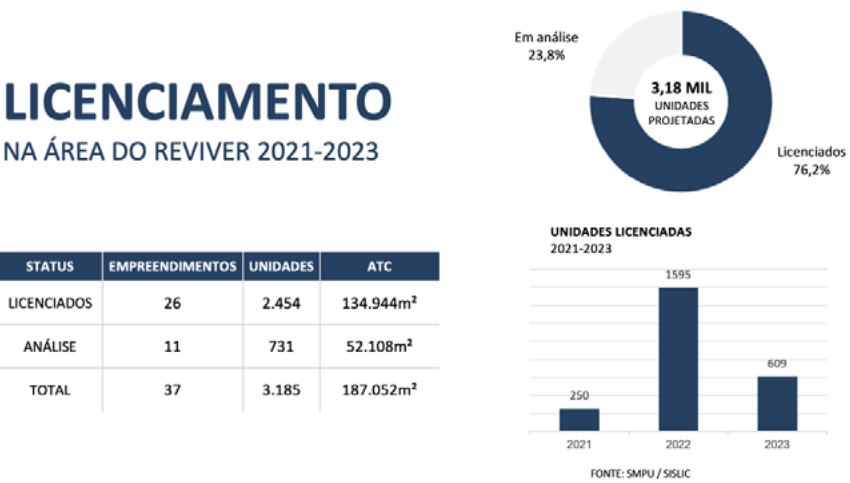
Como forma de aumentar os estímulos para as operações, o poder executivo ainda podia restituir os valores de contrapartida financeira eventualmente pagos a títulos de outorga vinculada à Operação Interligada<sup>4</sup>, diante de determinadas condições, como o setor gerador, o prazo da incorporação e o prazo da transferência do potencial para as outras regiões. Tema a ser revisto no Reviver Centro II.

Os resultados iniciais do Reviver Centro, em junho de 2023, indicavam:

<sup>4</sup> Especificamente, o artigo 448 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), a Lei n. 434, de 27 de julho de 1983; e o Decreto n. 9.396, de 13 de junho de 1990.

<sup>5</sup> Parágrafo 3º do artigo 65-A da Lei Complementar n. 229, de 14 de julho de 2021.

Figura 2 – Resultados iniciais do Plano Reviver Centro



Além de analisar sobre a evolução das unidades licenciadas até o terceiro ano do programa, Thiago Dias teceu alguns comentários sobre o que já foi possível observar. Nas áreas geradoras, há alguma distribuição equilibrada entre as regiões do Centro, com destaque para a Cruz Vermelha onde se observa a presença de estruturas de apoio à habitação já instaladas, como supermercados, padarias, farmácias. Dias aproveitou a oportunidade para chamar a atenção para o desafio que a implantação dessas estruturas exige, como os hospitais e os supermercados.

Em seguida, foi analisada a situação do ponto de vista da transferência do potencial construtivo: “Embora o potencial gerado com os benefícios que tinham sido criados fosse relevante, do ponto de vista de incorporação, o transferido era muito baixo”. A constatação recai sobre dificuldades de adequação do projeto à legislação de onde se quer incorporar, exigindo negociações dos parâmetros receptores.

Tais análises são aprofundadas com o diagnóstico da política, resultando na proposição de alterações e aperfeiçoamentos da Lei Complementar n.º 229/2021, consolidadas na Lei Complementar n. 264, de 9 de outubro de 2023, portanto, após a comunicação do subsecretário Thiago Dias, em 11 de julho.

Naquela ocasião, Thiago Dias havia antecipado a proposição, apresentando o aperfeiçoamento da política por grupos: áreas geradoras; áreas receptoras; e custos da operação.

*Áreas geradoras de potencial* – os novos incentivos passam a incidir apenas para as regiões onde não se produziu o efeito desejado – Praça XV, Cinelândia e Castelo –, mantendo-se o mesmo para as demais. Nas áreas receptoras, a principal alteração diz respeito ao potencial construtivo. Se antes, para cada 1 m<sup>2</sup> de área incorporada,

transferia-se para alguma área receptora até 40% daquela área total edificada, a alteração da lei passa este percentual para 100%. Para cada 1 m<sup>2</sup> incorporado, o mesmo quantitativo pode ser transferido para outra área. A lei oferece novos elementos: o primeiro diz que, se a incorporação se destina para a produção de interesse social, a transferência do potencial construtivo pode alcançar 150% da área empreendida; e a Operação Interligada pode levar o potencial construtivo para a própria área geradora, ou seja, podendo dobrar o potencial construtivo no centro da cidade.

Para acomodar esta última modificação, cria-se uma área livre de gabarito, ficando a edificação sujeita a controle por outros índices. Para que o empreendimento possa se adequar ao potencial acrescido, um dos três parâmetros que controlam a edificação – taxa de ocupação, potencial construtivo e gabarito – precisa ser excepcionalizado. Pelas condições de ocupação da área, opta-se pelo gabarito. Sabe-se que é um tema delicado, mas que o assunto foi discutido com técnicos da área de patrimônio e de planejamento, gerando-se expectativas positivas sobre a criação de futuros ícones arquitetônicos para a cidade. Ainda, “os projetos aprovados na área geradora de potencial poderão fazer jus aos benefícios da legislação de mais valia<sup>5</sup> em vigor, sem pagamento de contrapartida”.

Nessa área também foi flexibilizada a instalação de escolas em edificações de uso misto. Antes disso, escolas poderiam apenas ser instaladas em edifícios de uso exclusivo. A medida deveria contribuir para suprir necessidades básicas de áreas habitacionais. Os hospitais também foram permitidos, eliminando-se determinadas exigências para tal equipamento.

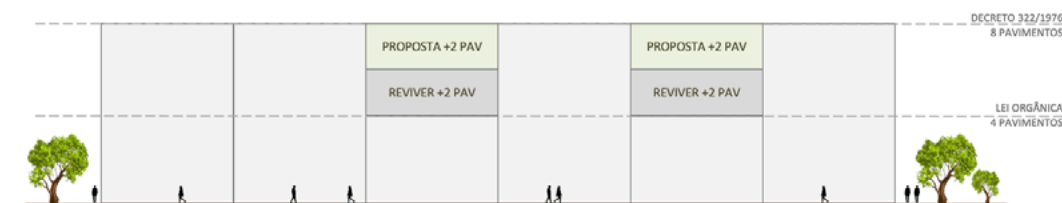
*Áreas receptoras de potencial* – ampliaram-se as áreas receptoras. As primeiras englobavam os bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, AP3 (exceto Ilha do Governador), Tijuca e Praça da Bandeira. A alteração da lei incluiu também Lagoa, Botafogo, Glória, II RA – Centro e AP4, correspondente à Barra da Tijuca.

O argumento da correção da morfologia passou a ser reforçado, observando-se que determinadas cautelas iniciais dificultaram o propósito. Nesse sentido, a partir do exemplo em Ipanema, esclareceu-se a mudança do parâmetro de permissão de dois pavimentos adicionais no Reviver I para 4 pavimentos no Reviver II. A Figura 2 oferece um exemplo ilustrado das distorções morfológicas geradas por leis anteriores e o potencial de reversão da condição com as alterações propostas pelo Reviver Centro II.

Por fim, ainda nas áreas receptoras flexibilizou-se em 10% a taxa de ocupação e permitiu-se a construção de mais uma edificação colada na divisa no mesmo lote.

<sup>6</sup> Trata-se de lei que estabelece condições especiais e temporárias para o licenciamento e a legalização de construções e acréscimos nas edificações no Município do Rio de Janeiro. A Lei Complementar n. 260, de 22 de maio de 2023, alterou a Lei Complementar n. 192, de 18 de julho de 2018.

**Figura 3 – Esquema ilustrativo de correção da morfologia em uma quadra de Ipanema**



*Redução do custo da Operação Interligada* – inverte-se a lógica com a outorga onerosa da Operação Interligada. Se a intenção era angariar valores para investimento na infraestrutura, tanto da área geradora, quanto da receptora, o resultado não foi o esperado. Se se queria agregar valor ao m<sup>2</sup> incorporado em uma região, entende-se na atualidade que não se pode cobrar pela transposição, mesmo oferecendo um desconto. Neste sentido, a alteração passa da oferta da restituição gradual sobre os valores de contrapartida financeira, para a outorga progressiva no tempo da operação de dez anos. Fundamenta a decisão no sentido de urgência que pode vigorar no empresário, que quanto mais tempo demorar para realizar a operação, mais pagará por ela. “Ele precisa entender que a condição dele no ano 1 é melhor do que a condição do ano 2 e, assim, sucessivamente”, defendeu Thiago Dias.

Adicionamento, o ITBI no Centro passa a ter isenção total.

Além da reformulação desses três grupos, buscou-se também estimular a instalação de serviços e atividades culturais com a o Programa Reviver Centro, observando-se que em muitos lugares há registros de “uma ocupação cultural anterior que precede a requalificação”. Nessa defesa, o palestrante também recorreu ao conceito da “acupuntura urbana” do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, de que pequenas intervenções em determinados pontos do território podem induzir processos regenerativos, com grandes efeitos estruturais.

Para tal, em paralelo ao incentivo à habitação na área central, a Prefeitura do Rio de Janeiro tem buscado conciliar a oferta de imóveis para ocupação e possíveis interessados em ocupá-los, em uma pequena área no Centro do Rio de Janeiro, compreendida pelas Avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, na altura da Candelária, Rua da Assembleia e imediações da Praça XV e Paço Imperial. De um lado, a Prefeitura lançou um edital de chamamento público de interessados no cadastro de imóveis comerciais ociosos com frente para a via pública, com a finalidade de torná-los elegíveis para potencial incentivo a ser concedido para reativação da região.<sup>6</sup> De outro lado, ela lançou mais um chamamento

<sup>7</sup> Edital de Chamamento Público CCPar n. 1/2023.

público para apresentação de projetos de atividades comerciais, culturais e artísticas<sup>7</sup>, que pudessem funcionar em horários estendidos ou diferenciados, mantendo-se na área por, pelo menos, 30 meses, e que apresentassem proposta de ativação do espaço público. O eventual subsídio municipal implica no apoio à reforma do imóvel e aluguel mensal, de 20 a 48 meses, limitando-se ao máximo de 192 m<sup>2</sup> (cento e noventa e dois metros quadrados).

Dada a limitação orçamentária municipal para ampliar os apoios, optou-se por concentrar o programa em uma área pequena, por entender que é “preciso fazer isso no menor espaço possível, com a maior repercussão possível”. Os números iniciais foram animadores do ponto de vista do subsecretário, dando o mérito para o trabalho de comunicação da Prefeitura. O primeiro balanço da iniciativa resultou em 30 imóveis cadastrados, 32 projetos cadastrados e cerca de 250 pedidos de esclarecimentos.

Thiago Dias também mencionou outros instrumentos que podem interessar à cidade de Salvador, tais como: a Lei da Requalificação; o Instituto da Readequação de Potencial Construtivo no Lote<sup>8</sup>, vigente desde o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Municipal do Rio de Janeiro, de 2011, e a Lei Complementar n. 232/2021, que estabelece condições especiais de incentivo para reconversão de imóveis protegidos e de edificações existentes, regularmente construídas e licenciadas.

Esta última lei permite a reconversão de imóveis tombados, seja do seu uso, ou pelo desdobramento em unidades independentes. Com isso, permite-se a incorporação nessas edificações com unidades habitacionais, buscando-se manter as características que levaram à proteção do bem. Ele citou como exemplo o antigo Hotel Glória, em Botafogo, e o Palacete Modesto Leal, em Laranjeiras. Os exemplos dados são de grandes estruturas hoteleiras, mas o potencial de reconversão também se aplica a casarões diversos, os quais podem ser transformados em três ou quatro unidades independentes. Estes últimos exemplos se concentram na mudança da ideia de que um bem protegido é um passivo, para ser um ativo, pela combinação da reconversão com a readequação do potencial construtivo no lote.

Por fim, embora não tenha havido tempo para serem explorados na comunicação do subsecretário executivo de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro, Thiago Dias, os programas e os projetos de Locação Social, Moradia Assistida e Autogestão, previstos na mesma lei, ainda merecem atenção no Programa Reviver Centro, pois estão em estreita relação com o que foi debatido ao longo do ciclo de debates “Pensar a cidade”

<sup>8</sup> Edital de Chamamento Público CCPar n. 3/2023.

<sup>9</sup> O Decreto Rio n. 44.569, de 21 de maio de 2018, regulamenta a aplicação do instrumento Readequação de Potencial Construtivo no Lote, instituído pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Municipal do Rio de Janeiro, de 2011, estabelecendo ser possível a “utilização integral da área do lote original nos casos em que este for atinado por projeto ou ação de interesse público”.

## 2.2 Realidades e perspectivas para habitação no bairro do Comércio de Salvador

Relatoria da palestra proferida por Beatriz Cerqueira Lima, arquiteta, diretora de Planejamento da Fundação Mário Leal Ferreira.

**“É um sonho que pode acontecer”.**

Beatriz Lima

A segunda comunicação dos anfitriões do “Pensar a cidade” foi da arquiteta e urbanista Beatriz Cerqueira Lima, diretora de Planejamento da FMLF. Não obstante a apresentação de seu breve currículo na parte final desta publicação, dois momentos da trajetória da arquiteta e urbanista merecem ser destacados, desde já, para melhor compreensão do tom persistente da sua fala no ciclo de debates, sobre tentar produzir moradia nas áreas centrais de Salvador.

Beatriz Lima foi gerente nacional de Desenvolvimento Urbano da CEF, entre 2003 e 2006, e diretora do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador entre 2006 e 2014. No âmbito nacional, ela buscou desenvolver uma linha de financiamento que atendesse a demanda de áreas centrais brasileiras, levando consigo o espírito de experimentação que viabilizou moradias para o Santo Antônio Além do Carmo de Salvador, estudo de caso sobre o qual ela abordou em sua apresentação. E no âmbito local, Beatriz Lima foi responsável pela coordenação do Plano de Reabilitação Sustentável Participativo do Centro Antigo de Salvador, e desenvolveu, naquele período, uma relação de muita proximidade com os moradores da região e implementou uma série de medidas de impacto localizado para a melhoria do território, sem, contudo, alavancar um programa de habitação, apesar dos estudos desenvolvidos. Estudos estes, principalmente sobre a vacância dos imóveis na região, que na atualidade corroboram uma das principais missões da Prefeitura Municipal de Salvador para o recém instituído Distrito Cultural.

Sua apresentação, portanto, centrou-se no desafio duradouro da produção de habitação nas áreas centrais de Salvador.

Para tal, ela percorreu experiências anteriores, a partir da década de 1980, tentando identificar razões para suas limitações. Inicialmente, ela informou que, desde então, não se conseguiu produzir muito mais do que 400 habitações nos âmbitos de programas governamentais estruturados. Foram, portanto, experiências emblemáticas de tentativas, erros e alguns poucos acertos. “Tudo que foi feito na área central, do ponto de vista de moradia, é nada”, e enfatizou: “e o esforço para fazer esse nada, foi [...] muito grande”.



Por fim, ela apresentou o que está sendo construído atualmente, no sentido do “pensar a cidade do ponto de vista da habitação”, e depositou uma condição: ou se enfrenta o problema de maneira coletiva, de turma, ou não vai dar certo outra vez. “A gente está conseguindo que o patrimônio, cada dia mais, vá para o chão”.

Citando o referido Plano de Reabilitação, Beatriz Lima observou que os estudos produzidos por volta de 2010, já apontavam para uma perda grande de população. Supôs, portanto, que na atualidade, principalmente depois da pandemia de Covid-19, o esvaziamento da área central seja ainda maior. Refletindo sobre o quadro, ela buscou mostrar o outro lado da moeda, traduzindo o esvaziamento em potencial construtivo, em uma área excepcional em termos de beleza, junto ao frontispício de Salvador e de frente para a Baía de Todos os Santos.

E convocou a todos – moradores, construtores, poder público – para pensarem juntos.

Com otimismo, Beatriz Lima acredita ser o momento atual particularmente bom, quando as peças do jogo estão dadas e os jogadores definidos. E argumentou o quanto a cidade recuperada pode trazer riquezas, muito mais do que aquelas já expressas no território: do patrimônio construído ao patrimônio imaterial manifesto em festas, crenças, danças e alimentação. É o “pensar a cidade do ponto de vista da ocupação, do ponto de vista da habitação e, principalmente, do ponto de vista das pessoas”, concluiu.

### Experiências prévias

Beatriz Lima apresentou o quadro das tentativas de produção de moradia em Salvador e foi quantificando de maneira enfática para o público, a cada tentativa, o pouco do que se conseguiu fazer.

**Ladeira da Misericórdia** – de iniciativa da Prefeitura Municipal de Salvador, na gestão do prefeito Mário Kertesz, com assinatura da arquiteta Lina Bo Bardi e colaboração de Marcelo Ferraz e Marcelo Suzuki, os casarões da Ladeira da Misericórdia foram intervencionados em 1987. A recuperação de três casarões e vazios adjacentes contou com a tecnologia construtiva de João Felgueiras Lima, o Lelé, de utilização de peças pré-moldadas de argamassa armada, para dar agilidade à obra e experimentar solução replicável em restaurações do tipo, no caso ruínas. O princípio do projeto, além da citada busca de agilidade na obra, era garantir a manutenção das pessoas do lugar, oferecendo-lhes, inclusive, condições de subsistência com a previsão de espaços para comércio e serviços nos térreos das edificações, dedicando-se os andares superiores para habitação. Depois de prontos, nunca foram efetivamente usados como habitação.

**Ladeira do Pilar** – a ilustração de que a solução de alguns problemas pode resultar em outros talvez seja, por exemplo, a Ladeira do Pilar. O Condomínio Nossa Senhora do Pilar, de 2012, promovido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), do governo estadual da Bahia, buscou realocar famílias em condições de moradia subnormais para as imediações de onde viviam. Três blocos paralelos de edifícios de quatro andares foram construídos no terreno do antigo frigorífico. Em pouco mais de dez anos as condições das novas habitações degradaram-se sobremaneira e configurou-se uma ocupação social bastante vulnerável. Atualmente, além dos problemas sociais, incluindo expulsão de moradores, fisicamente os edifícios estão em estado bastante precário de conservação, com telhados, instalações de água, energia e esgotamento sanitário deficitários. O condomínio abriga 106 unidades habitacionais.

**Programa Monumenta** – o programa federal de preservação de cidades históricas brasileiras, que passou a vigorar no final dos anos 1990, perdurou por cerca de uma década e teve em Salvador como área de intervenção, a chamada sétima etapa de recuperação do Centro Histórico. O processo de intervenção no Pelourinho, com início nos anos 1990 e subdividido em etapas, foi marcado pela expulsão da população local por meio da realocação para áreas distantes ou indenização aos moradores. A entrada do Monumenta naquela equação tencionava mudar o estigma da expulsão dos moradores e passar a promover a habitação para públicos variados, incluindo funcionários públicos, com estimativa inicial de 337 unidades habitacionais.<sup>1</sup> O Programa Monumenta, em conjunto com o Ministério das Cidades, passou a conduzir a negociação com o grupo de famílias que se sentiu lesado pela expulsão da área e pretendia voltar para lá, intitulado Associação dos Moradores do Centro Histórico (Amach), que acionou o Ministério Público para corrigir a distorção. O termo de ajuste de conduta (TAC), assinado com o governo do estado da Bahia, garantiu a moradia a 103 famílias. O Programa, no seu todo, não conseguiu concluir suas operações e o número total de moradias produzidas ficou aquém do planejado. Ao final de 15 anos, muitas das casas entregues já necessitam de manutenção. No momento de sua intervenção, Beatriz Lima totaliza três casarões da Misericórdia, 106 unidades do Pilar e 103 da sétima etapa do Pelourinho. Pouco mais de 200 moradias.

**Projeto Rememorar** – o Programa Habitacional do Centro Histórico de Salvador, Rememorar, foi uma iniciativa para buscar levar de volta o tema da habitação para as estratégias de revitalização do Centro Histórico de Salvador, tendo se observado a aposta concentrada no turismo cultural das últimas intervenções na área. Partiu de convênio celebrado, em 1999, entre a CEF, o governo do estado da Bahia e a

<sup>1</sup> IPHAN. Moradores do Pelourinho recebem imóveis restaurados. Notícias, 29 set. 2007. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1907/moradores-do-pelourinho-recebem-imoveis-restaurados>

Prefeitura Municipal de Salvador, com interveniência do Iphan, com o objetivo de desenvolver um projeto-piloto que considerasse a seleção de imóveis em arruamento, desapropriação, recuperação e disponibilização das moradias para funcionários públicos. A equação financeira para viabilizar o empreendimento combinou recursos provenientes do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da própria Caixa e de recursos da Lei Rouanet (Lei n. 8.313/1991). Pelo ineditismo da aplicação de recursos de incentivo à cultura por meio de mecenato, a equipe do Rememorar argumentou sobre a importância da recuperação de bens privados para o interesse do patrimônio coletivo, destinando-se, assim, aquela parcela da verba somente ao restauro das fachadas e volumetria.<sup>2</sup> A área em questão foi o bairro Santo Antônio Além do Carmo, envolvendo cinco imóveis, que resultaram em 51 moradias.

Beatriz Lima apresentou o Rememorar considerando que foi um projeto que deu certo, mas de difícil reprodução. O êxito do projeto é atribuído por ela ao público-alvo, funcionários públicos que conseguiram honrar com seus compromissos e, sozinhos, dar manutenção aos imóveis sem recorrer ao poder público para tal, chegando aos dias de hoje plenamente funcionais e bem preservados. Por outro lado, o dificultador foi a complexidade da operação, com muitos atores, e o agravante da operação subjacente à Lei Rouanet. Tal lei requer um proponente que tenha capacidade para captar recursos, como é o caso da própria Caixa, e administrar o projeto. Assim, o projeto se realizou, pois os próprios funcionários da Caixa, por meio da ONG Cidadania e Moradia criada por eles, assumiram a gestão. Não sendo esta a missão prioritária da ONG, a replicação da experiência tornou-se difícil. Contudo, ela extraiu de positivo da experiência a experimentação de mecanismos de objetivos diferentes, que permitiram a produção de moradia.

**Vila Nova Esperança ou Rocinha** – por fim, Beatriz Lima apresentou a obra inacabada do conjunto habitacional Vila Nova Esperança, no Pelourinho, local de resistência às expulsões dos moradores praticadas pelo governo estadual. Em 2007, buscou-se dar uma nova resposta do poder público àquela condição, baseando-se em um processo participativo, que contava com os moradores e os representantes do poder público federal, estadual e municipal envolvidos com as questões relacionadas ao patrimônio cultural, à habitação social e ao planejamento urbano e ambiental, a fim de estabelecer as diretrizes urbanísticas para o referido projeto. A

forma de trabalho em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) constituída como resultado desse processo participativo era para ser inovadora, mas perdeu-se nos entraves da burocracia. A obra, a qual deveria produzir 60 habitações, arrastou-se há 15 anos. Esse assunto foi retomado novamente no último debate, no dia 25 de julho de 2023, com o diretor teatral Márcio Meirelles, secretário de Estado de Cultura na ocasião.

As tentativas de produção de moradia apresentadas deveriam totalizar, portanto, cerca de 320 imóveis: três casarões da Misericórdia, 106 unidades do Pilar, 103 da sétima etapa do Pelourinho, 51 do Rememorar e as 60 inacabadas da Rocinha.

### A ação em curso da Prefeitura Municipal de Salvador

Feita a apresentação das tentativas de produção de moradias anteriores, a arquiteta passou a apresentar os princípios de atuação da Prefeitura Municipal de Salvador para alterar, de maneira prioritária, o quadro de esvaziamento e degradação do bairro do Comércio de Salvador.

Antes, porém, recorrendo a um dos mapas produzidos para o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, de autoria da arquiteta e professora Ângela Gordilho, Beatriz Lima mostrou a concentração de um grupo de imóveis vazios, ociosos e em ruínas e outro de terrenos vazios. A incidência do primeiro grupo é, sobremaneira, no Comércio. A constatação fortalece a convicção da Prefeitura Municipal de Salvador para priorizar investimentos na reabilitação da área.

Beatriz Lima estruturou a sua fala de forma a envolver a plateia com imagens e perguntas: “Como está esse patrimônio? Qual é o seu potencial construtivo?”. Ela chamou a atenção para a mudança de atitude da prefeitura sobre o tema – reabilitação do Centro Histórico – sempre mais afeito ao governo do estado da Bahia e passa a apresentar a sua atuação na área.

Alguns dos tópicos abordados já tinham sido apresentados por Tânia Scofield no primeiro dia de debates. Contudo, Beatriz Lima complementou com sua leitura destacando, principalmente, os impactos já percebidos.

**Implantação do Centro Administrativo Municipal** – 80% das unidades administrativas municipais já estão instaladas na área. A arquiteta pontuou o impacto da transferência das secretarias municipais para o Comércio a partir de sua própria experiência transitando no bairro, com a observação do crescimento gradual do restaurante onde costuma almoçar, de um lugar com quatro mesas para um empreendimento com salões em dois andares.

<sup>2</sup> Bosenbecker, Angela Cristina; Medvedevski, Nirce Saffer; Coswig, Mateus Treptow. Uso, operação e manutenção no cotidiano de sítios históricos requalificados: o caso do Programa Rememorar em Salvador. In: III Seminário Projetar: O Moderno Já Passado, o Passado no Moderno: Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura. Porto Alegre, 24 a 26 de outubro de 2007. Anais... Porto Alegre, 2007. <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/404/051.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



**Implantação de equipamentos culturais** – ela relacionou os equipamentos culturais, de lazer e de suporte às atividades econômicas: a instalação da Cidade da Música da Bahia, da Casa do Carnaval, da Casa da História, do Arquivo Público, do Hub de Ciência e Tecnologia, do Centro da Economia Criativa e a recuperação do Mercado Modelo. Com isso, percebeu-se o aumento da circulação de pessoas, de pessoas trabalhando e turistas chegando. Importante destaque foi dado ao Arquivo Público Municipal, cujo acervo estava inacessível até então. A presença do equipamento significa o aumento da procura de pesquisadores interessados em estudar a história da Bahia e do Brasil. Além da importância do trabalho científico, Beatriz Lima acrescentou a produção literária com base em fatos históricos, como aquela de autoria de Ana Maria Gonçalves em “Defeito de cor”, desejando que outras escritoras como ela passem a frequentar o bairro do Comércio pela presença do Arquivo e da Casa das Histórias.

*Requalificação dos espaços públicos* – a arquiteta relacionou os espaços públicos já recuperados, entre eles, a Praça Cayru, o Terreiro de Jesus e a Rua Chile.

*Cooperação técnica com a UNESCO* – por fim, Beatriz Lima pontuou as três principais frentes de ação resultantes da cooperação internacional com a UNESCO: a) normatização – estabelecimento de critérios de intervenção no Centro Histórico de Salvador e sua área de entorno, denominada Área de Proteção Cultural e Paisagística de Salvador (APCP). Trabalho este em desenvolvimento pelo Iphan, em colaboração com a UFBA, pelo IPAC e pela FMLF no contexto da referida cooperação internacional com a UNESCO. A medida, quando posta em prática, tem oferecido mais segurança aos investidores e aos proprietários sobre o que é possível fazer em seus imóveis; b) mobilidade – trata-se de um detalhamento de aspectos do geral Plano de Mobilidade de Salvador aplicado ao Centro Histórico; e c) habitação – o propósito da apresentação, detalhado a seguir.

Beatriz Lima pontuou a transformação da área, a partir da evidência dos pequenos negócios que têm surgido ou têm se fortalecido com a variedade dos novos empregos e das novas dinâmicas na área: dos funcionários dos equipamentos culturais que consomem na lanchonete ao turista que os frequenta. E afirmou: “A gente não está recuperando o patrimônio, a gente está recuperando a cidade”.

Ela também ilustrou a rápida transformação com duas fotos emblemáticas produzidas pelo também arquiteto da FMLF, Fernando Teixeira. O mesmo ângulo de visão para duas imagens feitas com cinco anos de diferença, 2017 e 2022, retratou a mudança. Tomadas a partir de quem sai do Elevador Lacerda, vê-se os edifícios que hoje abrigam a Cidade da Música da Bahia, a Casa das Histórias, o Arquivo Municipal e o prédio contemporâneo onde a FMLF está instalada, que passou por retrofit. De tão contrastantes, a foto mais nova parece ser uma maquete eletrônica.



**Casa das Histórias de Salvador**

Foto: Fernando Teixeira







**Cidade da Música da Bahia**  
Foto: Fernando Teixeira

*“Isso daí não é desenho. Não é maquete eletrônica. Não é projeto de arquiteto. Não é desenho falso. É fotografia feita pelo Fernando”.*

## O componente de desenvolvimento urbano do Distrito Cultural

O propósito do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio foi reapresentado<sup>3</sup>, assim como sua dimensão de governança e seus três eixos de trabalho: a cultura; a zeladoria; e o desenvolvimento urbano, econômico e habitacional. Detendo-se no componente moradia, Beatriz Lima detalhou as áreas de trabalho, os princípios do programa e o estágio das suas atividades. E lembrou da concentração dos imóveis vazios, ociosos ou em ruínas apresentado anteriormente, destacando que eles não cumprem a função social de moradia.

Sem estabelecimento de prioridades, mas considerando características comuns e especificidades como a condição de zona especial de interesse social do Pilar, foram delimitadas as áreas de trabalho para desenvolvimento de estudos: I – Corpo Santo e Montanha; II – Gonçalves; III – Pilar; IV – Conceição; V – Irmãos Pereira; e VI – Preguiça.

Ao detalhar os princípios para o programa de moradia, a arquiteta desenvolveu novas reflexões ou reiterou algumas já tratadas:

- *Construção de um lugar muito bom para se morar* – ela lembrou do potencial do lugar como bom para se morar e a beleza do patrimônio construído;
- *Produção de imóveis economicamente acessíveis* – Beatriz Lima introduziu o termo acessível em outra acepção da que vinha sendo utilizada. Acessível, economicamente, para diferentes faixas de renda. Interessa a diversidade e a mistura de classes sociais, daquelas que vivem em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), dos funcionários públicos à classe média.
- *Prioridade para as ZEIS<sup>4</sup>* – a arquiteta destacou a área do Pilar e sinalizou a parceria com o Instituto Carlinhos Brown, convidado a palestrar depois dela. A intenção era que a presença de Brown no Pilar, com o seu Museu do Ritmo, permitisse desenvolver ali algo com um componente cultural forte, à semelhança do que foi desenvolvido para o Candeal com o projeto Tá Rebocado.<sup>5</sup>
- *Seleção de imóveis que não cumprem a função social da propriedade urbana* – correspondem às seis áreas apresentadas.

<sup>3</sup> Centralizar, organizar e melhorar a governança do Centro Histórico e do Comércio.

<sup>4</sup> A sigla ZEIS designa uma área do território de uma cidade, prevista no plano diretor, com o propósito de fazer incidir ali medidas para a melhoria das condições de moradia de quem lá reside, seja por meio de urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional ou construção de novas moradias.

<sup>5</sup> Programa de desenvolvimento comunitário, desenvolvido pela Associação Pracatum de Ação Social, no Bairro Candeal, em Salvador, com o propósito de criar projetos que garantissem a autogestão e sustentabilidade da comunidade, norteadas pela visão de cultura, educação, articulação comunitária e moradia digna para erradicar a pobreza e promover a inclusão social.



- *Manutenção das atividades econômicas e sociais existentes* – condição *sine qua non* para o êxito do projeto, em paralelo ao incentivo à instalação de novos comércios e serviços, além do incentivo à manutenção de alguns negócios e setores que persistem na área, a despeito de suas fragilidades, como o polo de pesca e esporte exemplificado com a loja Campomar Náutica, na área desde 1959.
- *Adaptação dos espaços públicos para atendimento às necessidades dos usos residenciais* – o Comércio, como seu próprio nome reflete, não foi uma área originalmente destinada à habitação. Neste sentido, há uma carência de adaptação para o atendimento às necessidades de uma área residencial: lugar para caminhar, espaço para as crianças brincarem, para os idosos se socializarem etc.
- *Desenvolvimento do programa em etapas* – de acordo com as condições de viabilização de cada área e respectivos mecanismos financeiros.

Finalizando a apresentação, Beatriz Lima desenvolveu um pouco sobre o estágio das atividades do programa habitacional:

- *foram estudados 150 imóveis ociosos, vazios e em ruínas;*
- *foram desenvolvidos estudos preliminares de arquitetura para todos* – a partir do cadastro dos imóveis pelo perímetro, já que não havia autorização para entrar, e por observação, tendo sido constatado que muitos deles mantêm apenas as fachadas;
- *foi apresentada a proposta de produção de cerca de 800 habitações economicamente acessíveis* – os estudos preliminares permitiram estimar cerca de 800 habitações, considerando o uso do térreo para comércio e serviços vinculados à função habitacional: mercadinhos, lanchonetes, padarias, salões de beleza, academias de ginásticas, dentre outros. A tipologia habitacional dos estudos considerara apartamentos de dois quartos, banheiro, cozinha e sala;
- *foram identificados os proprietários e a situação fundiária dos imóveis* – levantamento realizado que incluiu a pesquisa em cartórios;
- *foram realizados estudos preliminares aprovados pelo Iphan* – ela destacou este ponto de anuência prévia por parte do Instituto, o que sinaliza o alinhamento com o tipo de intervenção proposto;
- *a disponibilidade de recursos municipais e federais* – mesmo não havendo disponibilidade ou mecanismos de repasses de outros recursos, recursos municipais já estão disponíveis para dar início; e
- *o potencial para negócios ligados a moradias e para geração de empregos* – embora não seja propriamente um estágio das atividades do programa, traz uma visão pragmática do início de um programa de moradias para a área: a capacidade para criação de empregos diretamente ligados à produção de moradia e à construção civil em si.

Beatriz concluiu com a apresentação dos estudos para as áreas do Gonçalves, Corpo Santo e Pilar, detalhando as tipologias e os quantitativos. Ela recorreu à memória da plateia das duas fotos de Fernando Teixeira e reproduziu animações de como ficariam as áreas depois de intervencionadas. Os filmes apresentados eram realidade virtual, mas a foto de 2022 era de um acontecimento real.





### 2.3 Projeto Pilar e o instituto Carlinhos Brown

Relatoria da palestra proferida por Carlinhos Brown, músico, compositor, educador e embaixador ibero-americano da Cultura/Segib.

**“Nós somos, podemos até dizer em nossas funções, ativistas sociais. E queremos resultados sociais, que condigam com o que nós estamos vendo em nossa cidade”.**

Carlinhos Brown

Concluindo o painel sobre habitação do ciclo de debates “Pensar a cidade”, o músico Carlinhos Brown iniciou a sua comunicação com saudações aos presentes, aos membros da mesa, Thiago Dias e Beatriz Lima, e à Tânia Scofield, Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira.

Carlinhos Brown considerou que o convite feito a ele pela FMLF foi de extrema responsabilidade e contextualizou para a plateia a razão de estar ali como convidado. Brown explicou a motivação do seu envolvimento com as causas sociais no bairro do Candeal, em especial com a moradia, foi como um convite pela ausência e pela carência. A ação sobre as ausências apresentadas no Candeal acabou por construir nele uma “experiência habitacional de faltas”, de busca por melhores condições de vida das pessoas do seu bairro. Experiência esta que ele espera unir ao trabalho da FMLF na missão de reabilitação do bairro do Comércio.

Brown deu mais um motivo para unir-se à missão, a qual não poderia dizer não. Um convite semelhante já havia sido feito por Clarindo Silva<sup>1</sup>, na década de 1980, para juntar-se a ele na sua longa missão de luta pela preservação do Pelourinho. A esse movimento, que produziu frutos e exigiu persistência, juntaram-se outros nomes importantes para o cenário artístico baiano, como os Filhos de Gandhi e o Olodum.

Com essa introdução, Brown começou a consolidar a ideia da importância do trabalho coletivo em prol do social; e que, de certa forma, lhe parece ser o propósito do “Pensar a cidade”. Naquele momento, refletindo sobre as razões para o futuro êxito da missão de reabilitar o Distrito Cultural, tendo ouvido de Beatriz Lima tudo o que ela estava pensando para fortalecer a função habitacional naquela área, ele chamou a atenção para a atitude positiva do Iphan, com sua anuência aos projetos preliminares de adaptação das edificações

<sup>1</sup> Clarindo Silva, jornalista e proprietário do restaurante Cantina da Lua, no Terreiro de Jesus, ponto de referência no movimento de articulação da revitalização do Pelourinho, esteve presente nas quatro edições do ciclo de debates “Pensar a cidade”.

do Comércio para moradia. Diante da possibilidade de transformação da área, e do que já se transformou, Brown percebeu a coesão no que tem sido feito.

A partir daí, ele concentrou o seu discurso na questão social, estabelecendo uma breve comparação entre os bairros do Candeal – onde nasceu – e do Pilar – parte do Distrito Cultural onde se encontra o Museu do Ritmo – como lugares cujas origens remetem ao povo negro. O seu bairro Candeal foi uma senzala de intercâmbio de pessoas escravizadas.

O Museu do Ritmo é um projeto artístico-cultural de Carlinhos Brown instalado no antigo Mercado do Ouro, adquirido em 2007. O local é palco de shows e eventos diversos, principalmente no verão. Sua missão, contudo, extrapola o entretenimento, pois o Museu também foi planejado para ser um centro de trabalhos sociais com os moradores do bairro, um local para “dar uma outra dimensão social à cultura negra e a outras etnias”.

Para Brown, o projeto é mais do que uma oportunidade de negócios econômicos. Encontrando-se instalado em uma área delimitada no Plano Diretor como ZEIS, Brown deixou subentendido a razão do seu olhar social para aquele território. Para o artista, referindo-se à região, é “muito importante olhar o patrimônio maior, que é o patrimônio das pessoas que ali estão”.

Acentuando o tom do seu pronunciamento, Brown disse não querer ser guardião ou sustentáculo de estoque de abandonos.

*“Não adianta a gente vir, mais uma vez, deixar tudo bonitinho e ser vento sem nada dentro”.*

A sua contribuição para o Pilar, por meio do Museu do Ritmo, é a de um pensador social, afirmou. Ele tentou criar “um novo olhar e um novo movimento para o Comércio como um todo”, articulando parceiros com pensamentos iguais, convergindo para um mesmo ponto. Assim, Carlinhos Brown deixou implícito o propósito explicitado pelo Pensar a Cidade, que consistia na ideia do coletivo que fluía em seu pensamento.

Voltando ao termo abandono, Brown elaborou algumas reflexões sobre o que fazer em determinados lugares, onde, talvez, o Estado não tenha chegado. Lugares estes onde se sabe que há pessoas em conflito com a lei e são, portanto, indesejadas. Ele atribuiu os conflitos aos abandonos, sem desenvolver sobre os possíveis e variados sentidos do termo, mas que estão refletidos nas fachadas das casas. Para ele, é importante interferir ali com qualidade habitacional, a ponto de as pessoas repensarem suas próprias atitudes, sem rechaço.

Ainda sobre interferir no espaço, Brown disse que estamos em busca de construir uma cidade, mas também de reconstruir uma história. E nesta história reconstruída, não deve

haver lugar para substituição do povo de muito baixo poder aquisitivo que ali está, que tem segurado o mourão até agora. Ele falou com a confiança de quem acredita que novas dinâmicas econômicas dar-se-ão naquele lugar.

Brown, então, falou do trabalho, ou, melhor, da precariedade ou da ausência dele na região. “Se nós conseguirmos edificar naquele lugar um posicionamento de trabalho, ele, rapidamente, vai corresponder a empregos”. E recorreu, mais uma vez, ao pensamento em coletivo do qual agora faz parte junto da FMLF e da UNESCO, para criar alternativas para aquela comunidade.

Voltando ao Museu do Ritmo, o artista comentou sobre o silêncio momentâneo do equipamento cultural, justificando que ele deu as notas necessárias até o momento, mas que precisa ficar em silêncio esperando, pois o Museu é um ponto de resiliência que deve encontrar uma nova conversa em relação ao racismo, ou uma conversa em relação à “convicção de quem tem menos é menor” pela falta de oportunidade. Brown desenvolveu seu pensamento sobre esse silêncio, sobre essa espera, como se dissesse estar à procura de uma nova razão para ter se transferido para o Distrito Cultural; ou melhor, à procura de um novo modo de estar ali, um modo de conseguir fazer a diferença como já o fez outrora, por ser uma atividade de responsabilidade.

Ele confirmou estar à procura de um novo modo de estar na área, porque em ato contínuo relembra a razão primeira daquele convite de Clarindo Silva, agora renovado com o convite da FMLF.

O artista, resgatando o movimento estimulado por Clarindo, falou da riqueza da música produzida na Bahia nos anos 1980, defendendo ser necessário “também fazer um retrofit em nossa memória”. Em seguida, cantarolou “Ladeira do Pelô”, sucesso da Banda Mel em 1987, para dizer em tom de manifesto que “o Pelourinho tem várias ladeiras, é necessário subir todas!”.

Carlinhos Brown, então, uniu o território do Pilar à produção cultural baiana, chamando a atenção para a importância de ressignificação e segurança daquele lugar, por onde se pode chegar ao aclamado Pelourinho com rapidez e facilidade, sem os estigmas e os riscos de segurança.

*“Se eu subo a Ladeira do Pelô, a partir da visão do Pilar, eu estou encontrando a história de Jorge Amado. Eu estou encontrando onde ele encontrou Quicas Berro d’Água, ali abraçado, descendo morto e sendo festejado. Fora o que ele fez em Ilhéus, é toda uma história de poder cultural que acontece ali”.*

A livre circulação pelo território e a presença de turistas – incluindo aqueles dos navios que ancoram na Baía de Todos os Santos, mas temem ir ali – significarão novas oportunidades econômicas.

Brown apresentou esse cenário como um desejo de mudança, que ele próprio considerou ousado, mas como artista popular, garantiu saber quando um hit está sendo preparado, apontando o trabalho em torno do que tem sido feito e pensado para o Comércio como um futuro hit popular.

*“Nós sabemos o poder que é aquilo. Tem arquitetos, advogados, moradores, comerciantes. Isso é um grande movimento, e é um movimento de ascendência e de força”.*

O músico disse ter renomeado a ZEIS do Pilar como “Baixo Pelô”, por entender ser importante apresentar um olhar diferente. Subir o Pelourinho a partir dali significa “caminhar ao lado de uma história viva” pois, “nós somos conteúdos vivos”.

Na mesma lógica do pedido para lembrar a Bahia, a partir de um retrofit da memória, Brown defendeu que não há necessidade de inventar a Bahia, pois ela já está inventada. “A Bahia precisa ser vista”. E mencionou uma possível calçada do êxito, pensada não apenas para os ilustres conhecidos, mas para aquelas pessoas que fizeram a Bahia, como a cozinheira Maria de São Pedro<sup>2</sup>, pois ao se falar dela, da sua comida com dendê, fala-se de sabedoria ancestral. Como ela, outros tantos devem ser conhecidos, ou mesmo lembrados.

*“E aí, sim, tornam-se trajetos importantes, para um turismo que desejamos que venha. E que as coisas não sejam feitas para ele, que primeiro sejam feitos para nós”.*

Brown aterrisou o assunto tratado com poesia, como lhe é natural, no pragmatismo do problema que se tem discutido no “Pensar a cidade”. Pragmatismo este que vê a potencialidade do turismo, mas não se esquece do cidadão desfavorecido do Pilar. É ele o seu foco de atenção. Em sintonia com as falas do primeiro dia dos debates, quando se defendeu que as intervenções na cidade não sejam feitas para os turistas, mas prioritariamente para seus habitantes, Brown expressou sua confiança no fortalecimento da autoestima do soteropolitano do Pilar, mas, sobretudo, na mudança do registro daquela área associado à violência. E lamentou as estatísticas da violência em Salvador da atualidade e lembrou de tempos melhores, como na década de 1990.

O pronunciamento breve sobre a década de 1990 foi, novamente, uma oportunidade para lembrar os indivíduos ilustres da vida cultural de Salvador. Mais que ilustres, eles são os ativistas de causas sociais em que a cultura afro baiana é o veículo de mudança. São os primeiros citados: João Jorge, presidente do Olodum, e Vovô do Ilê, fundador e presidente do bloco afro do carnaval de Salvador Ilê Ayê.

<sup>2</sup> Baiana que dá nome ao restaurante do Mercado Modelo, fundado por ela em 1949, mas que já vendia seus quitutes regados a dendê pelo Comércio desde 1925.



Com tais referências, Brown afirmou que “as soluções culturais estão do nosso lado. E essas questões ainda são vistas puramente como negócios, não como resultados sociais”. Ele disse ser necessário ver o resultado do trabalho desses grupos como resultados sociais.

Como não compreender o trabalho dos Filhos de Gandhi, com mais de 70 anos, como um resultado social? E o trabalho do grupo Olodum? Este último foi o objeto da apresentação de Zulu Araújo na última mesa do ciclo de debates “Pensar a cidade”, no dia 25 de julho de 2023, quando o público teve a oportunidade de conhecer em detalhes os resultados do trabalho do Olodum.

Brown comparou a produção dos grupos baianos a um espetáculo da Broadway, em Nova York, apontando que o nosso espetáculo é mais longo do que aquele. E projetou para aqui o poder de atração que o ambiente americano exerce sobre o público. Em um tom de otimismo, ele alertou para que nos preparemos para um renascimento do êxito da Bahia, pois o mundo segue ligado no conteúdo que a Bahia tem.

*“O que é que a Bahia tem?” ainda está em vigor, porque Caymmi ainda está em vigor”.*

Partindo para a conclusão, Carlinhos Brown uniu tempos da cultura baiana, exaltando a “capacidade de Russo Passapusso a Firmino de Itapuã, de Dorival Caymmi a Léo Santana” e, por não dizer, invocou a sabedoria e a força do matriarcado de Mãe Menininha do Gantois, Mãe Estela e Mãe Carmem, como exemplos de força criativa e de seres humanos, o grande patrimônio a ser zelado. É uma missão de reconstrução de uma cidade, mas também de reconstrução (ou lembrança) da sua história.

*“É a Bahia! Nós não temos para onde fugir”.*

Foto: Secult Salvador







**“Guerra urbana  
Até quando vai rolar?  
Queremos saber do poder público sobre nossa se-  
gurança, onde está?  
Polícia maldita, racista, fascista, Estado capita-  
lista, saúde doente, cadê os impostos da gente?  
Educação?  
Quantas FIFAs estão custando?  
Vamos continuar perguntando”.**

*Poesia de Jackson Batista, recitada pela criança Dan-  
dara*



**“Mas é isso, não achar que a gente não pode  
ser capaz de morar em um lugar digno e bo-  
nito, porque é o que a gente mais quer.**

*Jussara Santana – Moradora do Centro Histórico*

**“Deu até vontade de morar lá no Comércio já”.**

*Jussara Santana – Moradora do Centro Histórico*



**“Esse maluco vai revolucionar o mundo e  
você tá fazendo isso hoje, o que me enche de  
orgulho. Qualquer que seja o lugar que você  
está, eu me sinto grandiosamente represen-  
tado. E quando você tem a sensibilidade e o  
respeito de me citar como um dos pioneiros  
da revitalização do Centro Histórico”.**

*Clarindo Silva, dirigindo-se a Carlinhos Brown*



**“O mais importante na busca desse encon-  
tro aqui é que, verdadeiramente, tenha um  
posicionamento social. Nós estamos distan-  
ciados, mas as aproximações precisam ser  
feitas a partir do que queremos.  
E é isso que nós estamos fazendo aqui”.**

*Carlinhos Brown*

**“Eu continuo ativista dentro do meu con-  
forto que a música me trouxe e que a cultura  
me trouxe”.**

*Carlinhos Brown*

**“Se o nosso povo sair da miséria, as coisas  
melhoram para todo mundo. Uma cidade  
com o povo com fome, não prospera. É pos-  
sível melhorar a vida do nosso povo com a  
economia verde, a economia para todos”.**

*Conceição – Ambulante da praia*

**“E qual projeto de habitação que a gente  
quer aqui para o Comércio? Quem são essas  
pessoas que vão ocupar?”**

*Apoena Ferreira – Urbanista e assessora do Cen-  
tro de Estudo e Ação Social*

**“Porque o que tem acontecido nos centros  
históricos das cidades brasileiras é a retirada  
das pessoas pretas”.**

*Apoena Ferreira – Urbanista e assessora do Cen-  
tro de Estudo e Ação Social*

**“Então, é preciso que nós tenhamos a sen-  
sibilidade de que o Pelourinho é o coração  
dessa nação chamada Brasil. E nenhum co-  
ração funciona se as artérias não estiverem  
oxigenadas. E quando eu falo das artérias, eu  
estou falando da Ladeira do Pilar, da Ladei-  
ra do Taboão, da Ladeira Caminho Novo, da  
Ladeira da Montanha, da Ladeira da Praça,  
da Ladeira da Poeira, da Ladeira da Saúde,  
da Ladeira da Preguiça”.**

*Clarindo Silva – Cantina da Luz*





## TERCEIRO DEBATE

### Dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais

#### A ATUAÇÃO DO PROJETO AXÉ COM A POPULAÇÃO VULNERÁVEL DE SALVADOR

Convidada:

**ANGELA MARIA GONÇALVES**

Psicóloga, Assistente de Desenvolvimento de Projetos e Articulação Institucional do Projeto Axé.

#### UM OLHAR SOBRE O FEMININO E O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Anfitriã:

**FERNANDA SILVA LORDELO**

Advogada, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (PMS).

#### DIMENSÃO SOCIAL E VULNERABILIDADES NAS CIDADES BRASILEIRAS

Convidada:

**MARIANA CHIESA**

Advogada, professora de direito da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenadora da área de Parcerias de Impacto Social e Regularização Urbana da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, na cidade de São Paulo.

#### ASPECTOS SOCIAIS DO DISTRITO CULTURAL

Anfitriã:

**ANA PAULA ANDRADE MATOS MOREIRA**

Vice-prefeita e secretária de Saúde de Salvador; professora, advogada, administradora, pós-graduada em Finanças Corporativas e mestre em Administração pela UFBA.

O ciclo de debates “Pensar a cidade” foi estruturado, inicialmente, considerando-se a participação de um palestrante anfitrião que recebe um convidado externo para contrapor experiências de outros lugares com a realidade de Salvador, bem como com as proposições que têm sido desenvolvidas para áreas de interesse do Centro Histórico e do Comércio.

A riqueza dos temas e dos debates, contudo, ensejou adaptações. No terceiro debate, por exemplo, contou-se com duas anfitriãs: a vice-prefeita e titular da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Ana Paula Matos, e Fernanda Lordelo, secretária de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ).

Como convidadas, tivemos a participação da psicóloga e assistente de Desenvolvimento de Projetos e Articulação Institucional do Projeto Axé, Ângela Maria Gonçalves, que trouxe da longa atuação do projeto dedicado à população vulnerável de Salvador, e a advogada Mariana Chiesa, que versou sobre políticas públicas de habitação e políticas voltadas à população em situação de rua.

O debate, sempre intenso e participativo, deu a perceber algum estreitamento nas relações de confiança entre comunidades e agentes públicos em torno da missão de reabilitar o Distrito Cultural, em especial o Comércio, com o devido respeito pelas populações já instaladas no bairro.

A sessão foi mediada por Paulo Hermida Gonzalez, economista membro da equipe da Casa Civil da Prefeitura de Salvador e diretor do Projeto Salvador Social.

### 3.1 A atuação do Projeto Axé com a população vulnerável de Salvador

Relatoria da palestra proferida por Angela Maria Gonçalves, psicóloga e assistente de Desenvolvimento de Projetos e Articulação Institucional do Projeto Axé.

**“O Projeto Axé consegue oferecer a crianças, adolescentes e jovens a possibilidade de construir seus projetos de vida dentro da perspectiva da arte e da educação”.**

Angela Gonçalves

Na abertura do painel “Dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais” no terceiro debate do “Pensar a cidade”, a psicóloga Ângela Gonçalves estabeleceu um vínculo entre a filosofia de trabalho do Projeto Axé e os propósitos do Distrito Cultural, por meio da arte, da diversidade presente no território e da necessidade de se perseguir a intersetorialidade e a parceria como métodos de trabalho.

O Projeto Axé é uma organização não governamental (ONG) criada em 1990 pelo educador italiano, Cesare de Florio La Rocca, na cidade de Salvador, Bahia. De ação local e reconhecimento internacional, estima-se que a atuação contínua do Projeto Axé em Salvador já impactou de maneira positiva a vida de mais de 20 mil crianças, adolescentes e jovens que viviam em situação de rua na cidade.

Sua missão é, de certa forma, tornar visível o ser invisível em situação de rua, reconhecendo que as crianças, adolescentes e jovens são sujeitos de direito, de conhecimento e de desejo. Sobre estes três princípios repousa o trabalho do Projeto Axé, reunidos no que se denominou por pedagogia do desejo.

A pedagogia do desejo estruturou-se a partir da inspiração de nomes da filosofia da educação: do educador Paulo Freire, buscou-se a dimensão política e a convicção de que a criança é sujeito de direito; do pensador Jean Piaget, a ideia do “sujeito ativo e consciente que se forma a partir da ação”, a criança como sujeito de conhecimento; por fim, dos psicanalistas Freud e Lacan, o entendimento do desejo como força-motriz, que favorece a ação e, portanto, a transformação, ou a criança como sujeito de desejo.<sup>1</sup>

Metodologicamente, as atividades do Projeto Axé apoiam-se no pilar da arte-educação,

<sup>1</sup> Ao explicar a tríade dos sujeitos de direito, de conhecimento e de desejo, Angela Gonçalves referiu-se apenas a Paulo Freire como fonte inspiradora da pedagogia de trabalho do Projeto Axé. A página eletrônica do Projeto Axé, para a qual se recorreu para a presente relatoria, desenvolve mais sobre a base da pedagogia do desejo, razão pela qual considerou-se importante acrescentar tais informações a este texto. Contudo, Paulo Freire foi um atuante pensador junto com Cesare de La Rocca, nos primeiros anos do projeto, cabendo-lhe menção especial, como também criador da pedagogia do desejo. Mais informações em Projeto Axé Brasil. <http://www.projetoaxe.org/brasil/projeto-axe-brasil/>

a educação pela arte, pela beleza e pela estética. A beleza é o mecanismo de rompimento com a dura realidade da rua, em um processo que conduz as crianças, os jovens e os adolescentes à “redescoberta de si mesmos e de suas potencialidades”.<sup>2</sup>

Angela Gonçalves, além de contextualizar a missão do Projeto Axé, comentou sobre a diversidade presente no Centro Histórico, sua vulnerabilidade e suas relações diretas com o desenvolvimento econômico, social e cultural – ou sua falta. E forneceu informações mais práticas da ação do Projeto Axé, que conta com o apoio direto da Prefeitura Municipal de Salvador por meio da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre).

Elogiando a parceria, ela considerou que a relação do Axé com a Sempre significa mesmo uma extensão da política de assistência social da prefeitura, permitindo ao projeto a ação com educadores nas ruas por toda Salvador, dividida em oito grandes zonas de trabalho, de Itapuã a Paripe.

O trabalho do educador pauta-se em uma relação de aproximação, estabelecimento de confiança e integração daquela pessoa em situação de rua em uma das atividades do projeto. Em dupla, os educadores percorrem as ruas das oito macrozonas de trabalho e aplicam o método de envolvimento da criança no projeto, em três etapas denominadas “paquera”, “namoro” e “aconchego pedagógico”. Na “paquera pedagógica”, os educadores começam a se aproximar do possível educando e estabelecem os primeiros contatos, dando início à educação de rua. Na etapa de “namoro pedagógico”, a psicóloga Angela Gonçalves explicou que, superada a aproximação inicial, os educadores começam a “mergulhar na verdadeira história daquele sujeito”. Por fim, quando os educadores passam para a etapa de “aconchego pedagógico”, significa que eles conseguiram trazer o estudante para dentro das unidades de atendimento do Projeto Axé ou de seus parceiros. É quando se inicia “a construção de um projeto de vida, de uma história de vida”, subentendendo o início da transformação daquela vida de privações.

Tal prática vem sendo objeto de análises, tendo sido reportada em artigos.<sup>3</sup> Em um texto de 1995, portanto no início da consolidação da metodologia, as então pesquisadoras do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Fernanda Gonçalves Almeida e Inaiá Maria Moreira de Carvalho, ao observar que as denominações podiam parecer pitorescas, constataram que para os participantes do Projeto Axé não havia esse entendimento, por simbolizar a componente da afetividade fundamental para aquele processo de educação.

Quase três décadas depois, os termos continuam a ser aplicados com segurança, assim

<sup>2</sup> Projeto Axé Brasil. <http://www.projetoaxe.org/brasil/projeto-axe-brasil/>

<sup>3</sup> Almeida, Fernanda Gonçalves; Carvalho, Inaiá Maria Moreira de. O Projeto Axé: relato de uma experiência. Cad. CRH., Salvador, n. 23. p. 76-97, jul./dez.1995. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/download/18719/12092> e Vilanova, Edvalda Cecília Abud. A relação educador-educando no Projeto Axé. <https://www.scielo.br/j/er/a/vvwd59V4JMGmK7B7vx6LgGF/?format=pdf&lang=pt>



como observado no pronunciamento da palestrante.

O atendimento aos jovens do Projeto Axé distribui-se nas suas duas unidades e em instituições parceiras com as quais estabelece uma rede informal de apoio. Ambas as unidades se localizam dentro do perímetro do Distrito Cultural. A primeira delas, no Pelourinho, onde se desenvolvem as atividades ligadas à música e às artes visuais e, nesta última, são associadas às expressões da moda e da estamparia. A outra unidade, localizada na Baixa dos Sapateiros, há o Espaço Augusto Omulu<sup>4</sup> de Dança e Capoeira, além de outros espaços para aulas de percussão.

“São nessas unidades e na rede de parceiros onde se oferecem aos meninos e às meninas em situação de rua, que surgem as possibilidades de construir seus projetos de vida dentro da perspectiva de arte e educação”, explicou e defendeu Angela Gonçalves.

A psicóloga aprofundou sua análise, pontuando o que talvez seja o mais importante de sua comunicação, no sentido de possíveis ações futuras do Distrito Cultural, quicá em diálogo com o que também defendeu Carlinhos Brown. Ambos falaram da beleza e da arte.

Para o Projeto Axé, a arte é o elemento fundamental para que jovens, adolescentes e crianças possam se manifestar na construção dos seus projetos de vida e na reconstrução das relações com suas famílias. Ambas as perspectivas são desenvolvidas pelo projeto pedagógico estruturado na arte-educação.

Em seguida, Angela Gonçalves enfatizou o quadro de vulnerabilidades de crianças, adolescentes e jovens do Centro Histórico e Comércio, e refletiu sobre a trajetória deles no Projeto e como eles precisam estar daqui por diante. Ela reiterou, portanto, que o fortalecimento do Projeto Axé depende muito de parceiros com os quais seja possível estabelecer relações de afinidade. Mais uma vez, sua apresentação convergiu com palestras anteriores, dessa vez sobre a importância do trabalho coletivo das parcerias.

A situação da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens no Distrito Cultural é preocupante. Sem antecipar a pesquisa sobre pessoas em situação de rua, encomendada pela Prefeitura Municipal de Salvador ao Projeto Axé, cujos resultados estavam sinalizados para serem divulgados em outubro de 2023, a psicóloga recorreu aos próprios números do Axé para ilustrar a fragilidade da situação. Em 2022, o Projeto Axé, com a ação dos educadores de rua, prestou 14 mil atendimentos a pessoas nas oito macrozonas de trabalho distribuída por toda Salvador. A área do Distrito Cultural, de certa forma coincidente com uma dessas oito macrozonas, respondeu por 28% dos atendimentos realizados, aproximadamente 3,1 mil atendimentos.

É uma concentração bastante significativa em uma área, onde o quadro de vulnerabili-

<sup>4</sup> Bailarino e coreógrafo, morto em 2013.

dade contempla o consumo de drogas, a prostituição e o comércio de substâncias ilícitas, condições essas, na sua maioria, associadas à fragilidade da economia local.

Apresentado o quadro de vulnerabilidades, Angela Gonçalves sinalizou na direção da intersetorialidade como fator imprescindível para a construção das soluções, pontuando dois setores fundamentais: a) o diálogo com a saúde é prioritário – “determinante” é o termo que usou –, pois os indicadores da saúde revelam o quão crítica está a situação do consumo de todo tipo de drogas, incluindo o álcool; b) a segurança pública, na avaliação da psicóloga, deve se pautar pela construção de um diálogo com o tipo de atendimento feito pelo Projeto Axé em relação aos riscos expostos pelos meninos e pelas meninas em situação peculiar de rua, evitando-se o estímulo a investidas repressoras em detrimento de abordagens educadoras.

Em outra convergência de ideias, observou-se que a abordagem integradora dos setores vem a ser uma das diretrizes da experiência de trabalho da segunda palestrante convidada do dia, Mariana Chiesa, a respeito da Cracolândia de São Paulo.

Por fim, Angela Gonçalves considerou que o Distrito Cultural deva ser pensado como um espaço de assistência social, no qual a saúde, a segurança pública e a economia possam estar juntos na equação para combater a vulnerabilidades do Centro Histórico e Comércio, favorecendo a transformação de histórias de vida, tornando visível o invisível.



### 3.2 Um olhar sobre o feminino e o Centro Histórico de Salvador

Relatoria da palestra proferida por Fernanda Lordelo, advogada e secretária municipal de Política para as Mulheres, Infância e Juventude da Prefeitura Municipal de Salvador.

#### “O Centro Histórico é feminino!”

Fernanda Lordelo

A primeira anfitriã do terceiro debate foi a advogada Fernanda Lordelo, secretária municipal de Política para as Mulheres, Infância e Juventude da Prefeitura Municipal de Salvador. Entre os diversos temas que atravessam a vulnerabilidade social no Centro Histórico, ela entendeu ser prioritário chamar a atenção sobre a situação das meninas e das mulheres da área central de Salvador. O tom assertivo de sua fala inicial não deu margem para dúvidas da dimensão do problema sobre o qual ela tem se dedicado, contextualizado com indicadores que se somam ao olhar empático da gestora pública e à sua identificação como mulher preta, que se reconhece na cultura ancestral que habita aquele território.

*“O Centro Histórico é feminino!”*

Pensar em transformar os espaços da cidade implica lidar com vidas e pessoas dentro de seus territórios carregados de história, “uma história do nosso povo que não pode ser simplesmente alterada ou modificada, sem um diálogo permanente e constante com essas pessoas”, afirmou Fernanda Lordelo.

Estabelecidos os princípios que pontuam o seu trabalho – o respeito às pessoas que habitam aqueles territórios e a compreensão das suas culturas ancestrais –, a secretária passou a caracterizar o estado da vulnerabilidade do Centro Histórico de Salvador, já pontuado pela palestrante do Projeto Axé, Angela Gonçalves.

A área apresenta alto índice de pessoas psicoativas, alto índice de prostituição infanto-juvenil, muita incidência de abusos sexuais infanto-juvenil e outras violações. A presença de um conselho tutelar na Barroquinha é reflexo da sua delicada condição de vulnerabilidade.

Em sintonia com a defesa do trabalho coletivo, que foi pontuado no ciclo de debates “Pensar a cidade”, Fernanda Lordelo informou que, para o enfrentamento do problema, também conta com parcerias, como a da *Plan International*, uma organização humanitária que promove os direitos das crianças e a igualdade das meninas.

Os indicadores apresentados na comunicação de Fernanda Lordelo, publicados poucos dias antes de seu pronunciamento, resultaram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E revelaram para a cidade de Salvador:

- 54,7% da população é formada por mulheres;
- 61,3% da população de mulheres, no universo de pessoas acima de 60 anos;
- 84,3% da população de mulheres, no universo de pessoas acima de 80 anos; e
- 6 em cada 10 residências (55,0% de um total de 1,1 milhão de domicílios) são chefiadas por mulheres.

Estampado na projeção dos seus slides de apoio, leu-se: “Salvador é uma cidade feminina!”

Ainda sem acesso a dados mais apurados – de cruzamento de fontes diversas em elaboração pela Sempre – Fernanda Lordelo recebeu daquela unidade municipal a informação provisória de que, aproximadamente, 90% dos moradores em situação de pobreza ou extrema pobreza do território do Centro Histórico e Comércio são mulheres. A grande maioria é líder de família que vive na informalidade, chamado por ela de “empreendedorismo de subsistência”.

São mulheres que vendem quitutes, trançam cabelos, fazem a pintura corporal de inspiração na estética da Timbalada e desenvolvem outros negócios informais no Centro Histórico. A fim de minimizar a precariedade desta forma de sobrevivência, a Prefeitura Municipal de Salvador, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (Semdec), tem promovido programas de formação continuada, buscando a profissionalização dos diversos grupos que trabalham nessas condições.

Deixando os indicadores de lado, Fernanda Lordelo centrou-se no valor simbólico da cidade, em um exercício para melhor compreender o território a partir de sua identidade, também orientadora da política pública que busca oferecer para a cidade. Além disso, pontuou:

*“Salvador transita entre os mitos e os estereótipos, a tradição e a inovação, a cidade real e a cidade imaginária”.*

A afirmação foi exposta para insistir no entendimento de se obter um território com responsabilidade, sem destoar da realidade, mostrando o que ele tem de bom e de ruim com vistas à sua transformação.



Fernanda Lordelo intercalou a reflexão com exemplos de projetos postos em prática para aquele público mais vulnerável, os jovens, os meninos e as meninas, a geração nem-nem, aquela que nem trabalha, nem estuda. E citou dois projetos desenvolvidos em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia e o Ministério Público do Trabalho<sup>1</sup>: a) o projeto *Sinaleiras*, voltado para adolescentes com idades entre 14 e 24 anos, que estão correndo risco social por estarem em situação de trabalho de rua nos sinais da capital, um retrato do trabalho infantil atrelado à precariedade da subsistência da família; b) e o *Cidadão Aprendiz*, voltado para a implementação do programa de aprendizagem para adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que cumprem medida socioeducativa em meio aberto ou em semiliberdade ou que são egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac).

Ambos os projetos priorizam a área da Barroquinha, reiterando a informação prévia acerca da fragilidade daquela área da cidade, parte do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio.

*“Os diferentes olhares, experiências e vivências sobre a cultura e a história da cidade variam e, muitas vezes, interferem em sua imagem e sua representação no âmbito social, urbano e cultural”.*

Fernanda Lordelo seguiu em sua leitura sobre a identidade de Salvador, defendendo que o Pelourinho seja retirado dos estereótipos por um novo olhar, que ela considerou ser o espírito do Distrito Cultural na ocasião do debate “Pensar a cidade”. “Uma construção colaborativa de um espaço, onde todos possamos vivenciá-lo de forma plena, segura, saudável, construindo economia, desenvolvimento, emprego e renda para as pessoas. Isso de forma integrada”.

Um mundo ideal, talvez, onde as pessoas façam e sintam-se parte do processo de mudança, com voz ativa. Discutindo-se “a melhor forma de interferir em um espaço onde as pessoas já ocupam e tem toda a sua história narrada naquele território”.

Fernanda Lordelo havia dedicado um espaço para mostrar como, historicamente, as mulheres se posicionavam, sem voz, à revelia do lugar que ocupavam na sociedade. Muitas mulheres negras que fizeram das ruas o seu local de trabalho e retiraram deste o sustento das suas famílias: as quitandeiras, as quituteiras, as mucamas, as vendedoras de frutas, as lavadeiras, as amas de leite, as vendedoras de doces, as vendedoras de bebidas, as costureiras e as bordadeiras e as mulheres das religiões de matrizes africanas, as primeiras religiosas a expandir o consumo e venda de acarajé pelas ruas de Salvador. Contudo, observando

<sup>1</sup> Britto, George. Projetos Cidadão Aprendiz e Sinaleiras abrem nova etapa de cursos de aprendizagem para jovens. Ministério Público do Estado da Bahia, 2 maio 2017. <https://www.mpba.mp.br/noticia/36993>

a presença de Rita Santos na plateia, Presidente da Associação das Baianas de Acarajé, Mingaus, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (ABAM), Fernanda Lordelo presta a ela uma homenagem, em nome de todas as mulheres, por sua luta pela preservação do patrimônio imaterial.<sup>2</sup>

O propósito desse momento deve ter sido dar ênfase ao respeito e à compreensão da cultura ancestral do Centro Histórico de Salvador, um dos princípios do seu trabalho e fio condutor de sua apresentação, estabelecendo ao final, uma ligação com a contemporaneidade. Na sequência, ela destacou alguns traços dessa contemporaneidade que ela entendeu que deveria ser observada na missão do Distrito Cultural: estilo de vida; conjuntura social; noção de pertencimento; movimento; representatividade e diversidade; inovação e criatividade; ressignificações e reinvenções; novos olhares e possibilidades.

Partindo para a conclusão do seu raciocínio, Fernanda Lordelo falou da complexidade e da riqueza do Pelourinho e quão imperativo é transformá-lo – no sentido de eliminar o que lhe faz mal –, sem perder a personalidade, o patrimônio, a cultura e arte que lhes são inerentes.

E diante do exposto e dos indicadores apresentados, para ela, trabalhar com o Centro Histórico de Salvador significa intervir a partir de “diálogos e intersecções entre o passado e o presente”, pois “as memórias dão significado ao lugar”, mas, sobretudo, ter em conta a presença e a representatividade feminina.

*“Salvador é Pelourinho, e Pelourinho é feminino!”*

<sup>2</sup> O ofício das baianas do acarajé é uma prática cultural registrada como patrimônio imaterial pelo Iphan desde 21 de dezembro de 2004.



### 3.3 Dimensão social e vulnerabilidades nas cidades brasileiras

Relatoria da palestra proferida por Mariana Chiesa, advogada, professora de direito na FGV e coordenadora da área de Parcerias de Impacto Social e Regularização Urbana da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, na cidade de São Paulo.

**“A atividade econômica é central, mas ela precisa ser congregada com estratégias de habitação para manter o sistema vivo”.**

Mariana Chiesa

A palestrante do painel “Dimensão social e vulnerabilidades em áreas centrais” foi convidada principalmente por sua experiência no âmbito do Programa de Braços Abertos, da Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo objetivo foi construir uma rede de atendimento para dependentes químicos na região da Luz, conhecida como “Cracolândia”, sob a perspectiva da redução de danos e a partir da oferta de moradia, emprego, serviços de atenção integral à saúde e assistência social.

Mariana Chiesa, entretanto, não isolou o assunto. Ela ampliou a enfoque e agregou ao debate o seu conhecimento e a sua experiência como advogada nas áreas de parcerias de impacto social e de regulação urbana, oferecendo uma espécie de síntese do que foi defendido ao longo de todas as sessões do “Pensar a cidade”: habitação com preços acessíveis, locação social, soluções inovadoras para provimento de moradia, intersetorialidade no enfrentamento das vulnerabilidades, trabalho, cidade de proximidade, *retrofit*, assim como as parcerias com o setor privado (ou terceiro setor) como complemento da política pública.

A comunicação de Mariana Chiesa ilustrou com objetividade assuntos muitas vezes debatidos com algum apelo emocional. Para o quadro geral da vulnerabilidade social do país, ela trouxe indicadores e contexto histórico; para a difícil equação de prover habitação nas áreas centrais, ela elencou mecanismos diversos; e para a construção de políticas voltadas à população em situação de rua, em especial aquelas com adicção, ela mostrou resultados de projetos implantados e já avaliados.

#### Vulnerabilidades das cidades brasileiras

Antes de apresentar a configuração do quadro da vulnerabilidade das cidades brasileiras, Mariana Chiesa elencou três premissas estruturadoras de sua argumentação, que ela considera serem comuns às cidades brasileiras: a) *desigualdade de acesso* – as cidades brasileiras compartilham de um marco nas suas formações, a desigualdade de acesso, especialmente no que diz respeito ao acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos de qualidade. Ou seja, partes das cidades e seus moradores estão privados dessas condições; b) *influência*

*dessa desigualdade na estruturação física e geográfica dos espaços urbanos* – referida desigualdade tem influência direta na garantia de direitos e, conseqüentemente, configura-se como um fator de ampliação de vulnerabilidades observadas nos territórios com menor acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos; e c) *acesso irregular à propriedade* – o acesso à propriedade no Brasil é excludente na sua origem. Em 1850, antevendo-se à inevitável abolição da escravidão, os propositores da Lei de Terras estabeleceram que a propriedade seria adquirida por meio da compra e venda, criando-se, a partir de então, um grande passivo para quem se viu liberto depois de 1888, sem renda para fazer aquisições. Antes disso, a propriedade dava-se pela posse, e todos aqueles que tinham posse de terra antes da lei foram anistiados, dando origem à desigualdade de acesso e à ociosidade de imóveis.

O quadro da vulnerabilidade atual das cidades brasileiras é bastante duro. Reunindo fontes diversas, a advogada apresentou um contexto nada animador. O *Censo Demográfico da Fundação João Pinheiro*, realizado em 2022, indicou a existência de um déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios, sendo urbana 86% da demanda. Além disso, 69% desse déficit diz respeito a pessoas pretas ou pardas, ou 60% no recorte das mulheres chefes de família. E grande parte dele, 51,7%, decorre do ônus excessivo com aluguel, ou seja, com valores de aluguéis correspondentes a mais de 30% da renda familiar. O mesmo Censo Demográfico contrapõe ao déficit habitacional o número dos vazios urbanos. Em 2022, contabilizaram-se 12 milhões de domicílios vazios, valor 87% maior do que em relação aos quantitativos de 2010 e correspondente a mais do que o dobro do déficit habitacional do país.

Do *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)* foram apresentados os dados sobre a população em situação de rua. Em 2022, 282 mil pessoas encontravam-se em situação de rua no Brasil. O quantitativo é 38% maior do que o estimado em 2019 e 211% maior que o estimado em 2012. No Nordeste, são estimadas 53.525 pessoas em situação de rua.

Outros dados apresentados que corroboram com a gravidade do quadro da vulnerabilidade das cidades brasileiras foram: a) da *Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana* de 2019, do governo federal, que constatou que, em média, a população gasta 4,8 horas semanais nos deslocamentos entre casa e trabalho. O valor é acrescido para 6,4 horas se considerado o recorte apenas nas capitais brasileiras; b) do *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento*, observou-se que a média nacional é de 84,2% da população brasileira com acesso a abastecimento de água, mas no Nordeste, a média reduz-se para 74,7%. Contudo, o caso de Salvador, de maneira positiva, não acompanha essa média, e aponta que 98,83% dos soteropolitanos têm acesso ao abastecimento de água. c) por fim, os dados de 2022 do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar* constataram que 58,7% da população brasileira está sujeita a algum tipo de insegurança alimentar, enquanto o valor é acentuado no Nordeste, com 68%. Em Salvador, porém, o percentual alivia um pouco em relação à mé-



dia nacional, correspondendo a 41% de sua população que vive com insegurança alimentar.

Em geral, os indicadores mostrados não são bons, levando ao questionamento sobre possíveis estratégias voltadas ao enfrentamento da vulnerabilidade. No debate, Chiesa optou por discutir sobre o enfrentamento do déficit habitacional e das vulnerabilidades sociais, atrelados às três premissas iniciais comuns às cidades brasileiras: desigualdade de acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos; vulnerabilidade decorrente da desigualdade na estruturação física e geográfica dos espaços urbanos; e ociosidade dos imóveis decorrente do acesso irregular à propriedade.

### Enfrentamento do déficit habitacional das áreas centrais

Para o enfrentamento do déficit de habitação, a advogada Mariana Chiesa defendeu explorar de forma exaustiva algumas estratégias, muitas delas já experimentadas, outras ainda incipientes. São elas:

- a) instrumentos jurídicos de combate aos vazios urbanos;
- b) gargalos regulatórios para utilização do patrimônio já existente; e
- c) contratualizações com a iniciativa privada.

Previstos, na sua maioria, na Constituição Federal de 1988 e organizados no Estatuto da Cidade, encontram-se uma série de instrumentos jurídicos que têm poder de fazer valer o princípio da função social da propriedade<sup>1</sup>:

- *Parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC)* – o artigo 5º do Estatuto da Cidade estabelece que lei municipal pode fixar condições e prazos para “determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado”. Ou seja, uma vez estabelecido em lei municipal, o poder público pode obrigar o proprietário a parcelar, edificar ou a utilizar imóvel sem aproveitamento adequado.
- *IPTU progressivo* – em caso de descumprimento do determinado pelo instrumento jurídico anterior, o governo municipal pode passar a aplicar a progressão no tempo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- *Desapropriação sanção* – instrumento aplicado em decorrência de uma penalidade

<sup>1</sup> Senado Federal. Estatuto da Cidade. 3. ed. 2008. <https://www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>

imposta ao proprietário. A desapropriação urbana sancionatória é o último passo da sequência que tem como início a PEUC, seguida da aplicação do IPTU Progressivo no tempo, acarretando a desapropriação do imóvel que não cumprir a função social da propriedade, mediante pagamento em títulos da dívida pública. Embora a administração municipal de São Paulo já esteja apta a aplicar o mecanismo, diante da existência de regulamentação e aplicação da PEUC e do IPTU progressivo, ela ainda não o fez, uma vez que sua aplicação também depende de articulação em âmbito federal, já que o pagamento da indenização é feito em títulos da dívida pública, cuja emissão é de responsabilidade do Senado Federal.

- *Transferência do direito de construir* – mecanismo regulamentado em lei municipal baseada no Plano Diretor, que pode autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o direito de construir previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para outros fins: I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; e III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

Sobre os *gargalos regulatórios* para utilização de patrimônio já construído, Chiesa advogou em favor da busca de mecanismos para simplificar e desencadear processos de *retrofit*, termo muito utilizado na engenharia. O *retrofit* deve ser aqui entendido aqui como uma operação destinada a modernizar uma edificação, que envolve adaptações tecnológicas nas instalações elétricas, hidráulicas, elevadores, aumentando a vida útil do imóvel, incorporando novas tecnologias e materiais de construção. Os gargalos dizem respeito, essencialmente, à legislação atual das construções, muitas vezes incompatíveis com a idade e o projeto arquitetônico do imóvel a ser modernizado: espaços mínimos de circulação, condições de acessibilidade, entre outros. A incerteza sobre o que é possível admitir de concessões no processo de *retrofit* de um edifício configura-se com um gargalo regulatório que precisa ser refletido, enfrentado, a fim de favorecer a revitalização de construções antigas, adaptando-as para novos usos, a reocupação de regiões centrais e viabilizar menores custos para políticas habitacionais.

Por fim, ao que Mariana Chiesa chamou de *contratualizações*, diz-se sobre os diversos tipos de arranjos com o terceiro setor, com as organizações da sociedade civil (OSCs), ou com a iniciativa privada, por meio de “mecanismos mais complexos de gestão, que envolvem metas sociais”. São alternativas válidas para implementar a política pública, com ou sem finalidade lucrativa, as quais merecem ser conhecidas, exploradas e experimentadas em outros contextos de cidades.

- *Parcerias com o terceiro setor* – respaldadas pelo Marco Regulatório das Organiza-

ções da Sociedade Civil (MROSC), a Lei n. 13.019/2014, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado.

- *Concessões de serviços públicos* – concessões de serviços de transporte público (trens, metrô etc.).
- *Parcerias público-privadas (PPPs) habitacionais* – são arranjos relativamente recentes, aplicados a situações onde se percebe que a gestão privada consegue resolver determinadas questões de melhor maneira que o poder público, tais como gestão de manutenção predial ou zeladoria. Como exemplo, ela citou a PPP Jardins Mangueiral, no Distrito Federal, a primeira a ser realizada no país, em 2009. Além da construção das casas e instalações de equipamentos públicos, o consórcio vencedor da PPP fica responsável pela manutenção das vias públicas e áreas verdes. São oito mil unidades habitacionais, entre casas e apartamentos de dois ou três dormitórios, destinadas ao estrato médio dos servidores públicos. Em suma, uma PPP “voltada para construção de habitação, de interesse social para servidores públicos”.
- *PPP de Habitação do Centro (São Paulo, 2015)* – com o objetivo de aproximar moradia dos locais de trabalho, 80% das unidades desta PPP foram destinadas a pessoas que trabalham no centro de São Paulo, com priorização para públicos específicos das Faixas 1 e 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida: agentes de segurança pública, servidores públicos, pessoas com deficiência e idosos. Essa iniciativa também tem como objetivo aproveitar a infraestrutura urbana do centro de São Paulo e prestar um serviço de trabalho social aos beneficiários.

Ainda no tema das contratualizações para produção habitacional, Mariana Chiesa destacou para o que ela chama de novas estratégias, a fim de “trazer as populações mais vulneráveis para locais valorizados da cidade”, e lembrou da questão já apontada referente ao ônus excessivo do aluguel como um dos problemas centrais do déficit habitacional, bem como a premissa da desigualdade de acesso e da ociosidade dos imóveis.

- *Locação social* – observa-se que os governos começam a olhar para a solução da locação social como uma alternativa de ocupação de áreas já construídas. A nova versão do Programa Minha Casa, Minha Vida introduz a locação social como mecanismo para provimento de habitação, induzindo à constituição de parque público habitacional ou outras estratégias a serem exploradas. Sobre o assunto, Mariana Chiesa informou sobre duas possibilidades: a) os parques públicos, administrados por organizações sem fins lucrativos que fazem a locação social a preços não especulativos; e b) a adoção dos vouchers, mecanismo semelhante a outros programas conhecidos como o Bolsa Família ou o Auxílio-aluguel. O que se busca de inovador no mecanismo dos vouchers é criar uma estrutura de

gestão desses programas que garanta a finalidade de diminuir o ônus excessivo do aluguel e da moradia digna. A concessão de apoio financeiro nos moldes do Auxílio-aluguel não significa, necessariamente, moradia digna para quem o recebe, uma vez que a pessoa acaba usando aquele valor como complemento de renda e permanece em condições precárias de moradia.

- *PPP de Locação Social* – há projetos-pilotos em andamento em algumas cidades brasileiras, com articulação entre o governo federal e a Caixa Econômica Federal, via parceria público-privada para provimento de habitações para locação social. São soluções que consideram, por exemplo, a doação aos municípios de imóveis e terrenos da União em áreas centrais. Entre as características do arranjo da PPP, é possível contemplar novas construções ou o retrofit, além da gestão da manutenção predial, a gestão condominial, a gestão dos contratos de locação e o trabalho social, pensadas para evitar a inadimplência e manter o compromisso dos locatários com a manutenção do imóvel.

Guardadas as devidas proporções e condições jurídicas, as tentativas lembram os programas já em implantação na Cidade do Porto, Portugal, como apresentado na palestra do vereador Pedro Baganha.

## Enfrentamento das vulnerabilidades sociais

Com chamada intitulada “Estratégias inovadoras dentro da articulação do poder público”, Mariana Chiesa passou a discorrer sobre projetos diretamente associados com a mitigação das condições de vulnerabilidade nas áreas centrais das cidades, tomando como estudos de casos os projetos para pessoas em situação de rua implementados pela Prefeitura Municipal de São Paulo que trouxeram inovações. São eles:

- Programa de Braços Abertos (2013);
- Projeto Autonomia em Foco (2014); e
- Projeto de Locação Social do Município – Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II (2016).

O *Programa de Braços Abertos* constituiu importante estratégia voltada à população em situação de vulnerabilidade social na região da Luz, em especial a de dependentes de substâncias. Mais conhecido como Cracolândia, aquele território ficou estigmatizado pela concentração de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, sendo o local de comercialização e consumo, conformando um quadro de extrema degradação do ser humano.



O Programa alterou a lógica mais usual do enfrentamento de combate ao uso da droga, pela repressão ou pela internação compulsória, apelando à funcionalidade do cidadão pelo trabalho e às estratégias de redução de danos. Ao cidadão era oferecido moradia em um hotel social, três principais refeições do dia e um trabalho remunerado. Em contrapartida, o cidadão se comprometia com o trabalho oferecido – em geral de zeladoria, como varrições de rua – e com a participação em cursos.

A equação foi possível a partir do posicionamento estratégico da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, com o Programa Operação Trabalho, o qual garantia a possibilidade de pagamento de bolsa por seis horas por dia de trabalho, não configurando um vínculo trabalhista, mas oferecendo a condição da remuneração da atividade exercida. O Programa também contou com o envolvimento das áreas de assistência social, saúde e segurança pública, que desenvolveu e ofereceu treinamento específico para a guarda municipal, mudando a estratégia de abordagem das pessoas.

A não criminalização da conduta, o cuidado com o ser humano e a intersetorialidade no enfrentamento do problema levaram a resultados positivos do Programa, apesar de sua curta duração, como podem ser observados no quadro a seguir:

- 474 participantes cadastrados;
- 54 mil atendimentos de saúde;
- 21 participantes em processo de autonomia;
- 88% de redução do uso da droga;
- 80% de redução do fluxo.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo

O *Projeto Autonomia em Foco*, por sua vez, centrava sua atenção no acolhimento de famílias em situação de rua. Diante das transformações das características da população em situação de rua, observou-se, por volta de 2014, o aumento da incidência de diferentes arranjos familiares que viviam nas ruas: casais, casais com filhos ou pessoas adultas sozinhas com algum grau de autonomia. A constatação levou a Prefeitura Municipal de São Paulo a desenvolver um programa de acolhimento de famílias, evitando a separação de seus membros e a sua desestruturação definitiva.

O *Projeto Autonomia em Foco* modificou também a lógica de abordagens anteriores de acolhimento de pessoas em situação de rua, em geral, destinando-se a abrigos separados para homens e para mulheres, estas podendo estar acompanhadas por seus filhos de até 12 anos, quando meninos. A proposta da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em conjunto com as Secretarias de Saúde e de Direitos Humanos e Cidadania, ofertava acolhimento a grupos familiares, ou indivíduos adultos em processo

de autonomia, aptos a assumirem responsabilidades “com relação à sua alimentação, à sua organização do espaço individual e coletivo e à gestão de suas próprias economias”.<sup>2</sup>

Os espaços destinados a esse acolhimento muito particular possuíam quartos e banheiros individualizados e espaços coletivos para uso das famílias, como lavanderia e cozinhas. A estratégia permitiu com que se conseguisse atender mais famílias, em espaços parcialmente individualizados.

Adicionalmente, o Projeto contava com a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), e com a articulação da rede socioassistencial e serviços de outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Prone-tec), que busca a autonomia completa do grupo familiar e a saída do Projeto. Foram 186 pessoas encaminhadas e 20 deixaram o Projeto nos seus primeiros anos. O rendimento garantido dos trabalhos que conseguiram manter, aliado ao auxílio aluguel, permitiram a saída dessas pessoas da situação de rua em que se encontravam.

O *Projeto Autonomia em Foco*, pode-se dizer, foi a incubadora do projeto de Locação Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, voltado à população em situação de rua. O edifício Asdrúbal do Nascimento II foi adquirido em 2011 pela Prefeitura de São Paulo. Ele foi modernizado e adaptado para moradia depois de passar por obras de *retrofit*. Foi o primeiro empreendimento entregue do projeto de locação social do município que previa beneficiar, ao todo, cerca de 2 mil pessoas em 937 unidades habitacionais. O Asdrúbal do Nascimento II, entregue em fevereiro 2019, beneficiou até então 71 pessoas em 34 unidades habitacionais. Os primeiros indicadores de monitoramento do programa indicam que aquela população em situação de rua que mudou para o empreendimento tem conseguido, junto com o trabalho social, organizar-se e manter-se adimplente com as taxas condominiais.

Por fim, no mesmo sentido que a estratégia anterior, Mariana Chiesa procurou apontar tendências de inovação para o enfrentamento da vulnerabilidade social no setor privado, com ou sem finalidade lucrativa, com enfoque na área da habitação.

O *Fundo Fica*<sup>3</sup> é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2015, para viabilizar aluguel para famílias de baixa renda no centro de São Paulo. O Fundo funciona a partir da angariação de doações acumuladas em fundo até completar o valor necessário para aquisição e reforma de um imóvel. Tornam-se proprietários sociais de imóveis em regiões bem localizadas de São Paulo, praticando aluguéis a preços não especulativos.

<sup>2</sup> Prefeitura de São Paulo. Programa Autonomia em Foco transfere famílias para abrigos de forma pacífica. Notícia na Integra, 11 set. 2014. <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-autonomia-em-foco-transfere-familias-para>

<sup>3</sup> FICA. Fica Apartamentos. <http://fundofica.org/fica-apartamentos/>

A Associação HAJA! é uma associação sem fins lucrativos que também tem busca-do “adquirir imóveis vazios, especialmente aqueles de interesse histórico e cultural em áreas centrais, restaurá-los e disponibilizá-los para locação social”.<sup>4</sup> O primeiro projeto da HAJA!, a Vila Sal, abrigará a sede da associação e quatro moradias para locação social.

Por fim, ela apresentou o Grupo Gaia<sup>5</sup>, responsável pelo Projeto *CRI SOMA I*, primeiro imóvel destinado inteiramente à locação social e totalmente construído e administrado pela iniciativa privada. O Projeto, entregue em 2024, pretende beneficiar 110 famílias, destinando 60% dos imóveis para famílias com renda de até três salários-mínimos, e aluguéis com valores 25 a 35% mais baratos do que os da região central de São Paulo. Busca-se, dessa forma, assegurar o propósito de beneficiar famílias de baixa renda e estimular a mobilidade social. Além disso, espera-se criar em torno do projeto, uma “rede de proteção social” com um pool de empresas que poderão ofertar emprego aos moradores.

Dessas experiências, ainda em pequena escala, a advogada Mariana Chiesa quis chamar a atenção para o acúmulo de conhecimento relacionado à gestão das iniciativas, desde a relação dos perfis dos beneficiários à gestão posterior do parque habitacional que vai se formando. Além disso, de forma breve, ela destacou modelos de locação de imóveis, a exemplo do Quinto Andar ou mesmo o Airbnb, como referências de inovações tecnológicas para negócios futuros com fins sociais.

Antes de concluir, Mariana Chiesa somou a esses exemplos algumas experiências dos movimentos de moradia, os quais “acessam recursos públicos para produzir moradia social”, novamente chamando a atenção para o *know how* que tem se consolidado.

Por fim, ela estruturou as suas conclusões, atrelando-as às premissas iniciais comuns das cidades brasileiras: a importância de se pensar políticas voltadas para ocupação dos vazios urbanos, passando necessariamente pela questão da habitação; a importância da estratégia de habitação atrelada à econômica; a cidade de proximidade, ou seja, moradia nas regiões centrais como estratégia para acesso à infraestrutura urbana de qualidade.

Mariana Chiesa defendeu a reflexão sobre novas soluções para os antigos problemas, sem deixar de olhar para o que já se tentou, mas explorando os diversos instrumentais que estão disponíveis para serem experimentados. E ela reiterou, mais uma vez em sintonia com todo o painel, a importância da intersetorialidade na consecução dessas estratégias.

<sup>4</sup> Associação HAJA. HAJA reabitar. <https://www.fundohaja.org/sobre-1>

<sup>5</sup> Grupo Gaia. CRI SOMA I. <https://grupogaia.com.br/cri-soma-i/>

### 3.4 Aspectos sociais do Distrito Cultural

Relatoria da palestra proferida por Ana Paula Andrade Matos Moreira, vice-prefeita e secretária de Saúde de Salvador.

**“Gestão pública é, sobretudo, a gestão social. É escuta, é proximidade, é contato”.**

Ana Paula Matos

O encerramento do terceiro debate, marcado pela presença exclusivamente feminina, coube à segunda anfitriã do dia, a vice-prefeita e secretária de Saúde de Salvador, Ana Paula Andrade Matos Moreira. A comunicação fugiu do habitual, tendo sido marcada pela intervenção da plateia, quando se criou um momento de diálogo antes mesmo do debate final.

Sendo Ana Paula Matos a vice-prefeita, a relação que ela estabeleceu com os moradores da cidade em seus dez anos de função pública a coloca em outras posições: de certa proximidade com os cidadãos, ao conhecer muito deles por seus nomes, mas também de escrutínio por parte dos próprios cidadãos, que guardam na memória qualquer discordância em relação a determinado anseio.

A vice-prefeita não acompanhou as três palestras que a precederam e justificou seu atraso em função de reunião nacional dos secretários de Saúde do Brasil, na cidade de Goiânia, chegando diretamente do aeroporto pela importância dada ao movimento crescente em torno do “Pensar a cidade”.

E este movimento traduz-se nos diálogos criados com o público, o qual se manteve fiel e presente já na terceira semana do ciclo de debates “Pensar a cidade”. E assim ela começou a sua apresentação: “Quando a gente pensa em políticas públicas, em gestão pública, não dá para fazer isso de modo efetivo e com qualidade, sem ouvir as pessoas”.

Ana Paula contextualizou sobre a complexidade de se fazer as coisas acontecerem, devido aos prazos, procedimentos e impedimentos jurídicos da administração pública. Não foi uma palestra de justificativa para não se fazer algo, mas para dizer como isso é difícil, antecipando-se ao que se comprometerá. Como um recurso didático, ela recorreu às melhorias da área de educação de Salvador, sob sua responsabilidade em 2013, quando então



figurava entre as piores do país, segundo o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)<sup>1</sup>, para ilustrar a dificuldade da missão. Ela também explicou que:

*“De lá para cá, se você pegar o filme, muito se avançou. Mas se você olha a foto, ainda temos muitos problemas. Mas as pessoas não vivem no filme, nem na foto. Elas vivem na vida real”.*

As dificuldades são acrescidas pela complexidade da área que merece atenção. Em harmonia com as palestras anteriores, em especial com a da secretária Fernanda Lordelo, a vice-prefeita defendeu o respeito pela cultura e pela história de quem já habita o Centro Histórico como um primeiro desafio. Ela comentou que o enfrentamento dos problemas pelo poder público pode ser, simplificada, dividido entre as questões emergenciais e as estruturais.

Referenciando-se ao trabalho da Fundação Mário Leal Ferreira, voltado aos temas estruturais da urbanização da cidade, Ana Paula Matos ofereceu como exemplo a requalificação urbana da Bacia do Mané Dendê, do Subúrbio Ferroviário de Salvador. A operação envolveu intervenções em saneamento, habitação, urbanização e mobilidade, abrangendo cinco bairros e beneficiando 34 mil famílias.

Segundo ela, o trabalho estrutural, centrado na habitação, também será feito pela Fundação na localidade do Pilar, integrante do bairro do Comércio, reforçando para o público a informação já passada nos debates anteriores e lembrando que é um trabalho gradual, de médio e longo prazo, e de superação de dificuldades.

A vice-prefeita foi mais adiante e tocou em dois pontos importantes já abordados: a cidade de proximidade, defendida por Tânia Scofield no primeiro debate, que favoreça a conciliação de habitação e oportunidade de trabalho na mesma região; e a capacitação de mão de obra para a prestação de serviço em empreendimentos na área.

A combinação de moradia, infraestrutura, mobilidade, capacitação e um ambiente de negócios próspero pode fazer com que “as pessoas que são do Centro Histórico, que são da região, tenham condições de ocupar o seu espaço com dignidade”, concluiu Ana Paula Moura com assertividade em suas palavras.

<sup>1</sup> O IDEB observado para os anos finais do ensino fundamental regular passou de 3,0, em 2013, para 4,7, em 2021. Fontes: INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais: IDEB; resultados. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>; e Globo. Veja as notas do IDEB 2013 no ensino médio em todos os estados. G1, 5 set. 2014. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/veja-notas-do-ideb-2013-no-ensino-medio-em-todos-os-estados.html>

Ao percorrer a memória de sua experiência, a vice-prefeita resgatou respostas a problemas apresentados pela população, especialmente no desenvolvimento de projetos de capacitação, citando os projetos *Marias na Construção* e *Ressignificar*.

O projeto *Marias na Construção* dialoga com o retrato oferecido pela secretária Fernanda Lordelo, sobre a presença feminina predominante em Salvador e com o propósito de empoderamento das mulheres, “entendendo que o lugar de mulher é onde ela quiser”, slogan amplamente conhecido e repetido por Ana Paula Matos. O projeto, voltado para mulheres carentes de Salvador, promove aperfeiçoamento, qualificação e colocação profissional, por meio de cursos livres na área da construção civil, como o de pedreira, carpinteira, eletricista predial, encanadora, marceneira e outros. Já o *Projeto Resignificar* foi uma resposta ao Movimento da População em Situação de Rua de Salvador (MPSRS) às suas necessidades mais básicas para o funcionamento da organização. Ao exemplificar com projetos, Ana Paula Matos recorreu a histórias de vidas, assim como Angela Gonçalves defendeu a missão do Projeto Axé em sua apresentação no mesmo painel.

A vice-prefeita tinha um modo muito particular de se comunicar com o público. Ela conversava a partir de indagações, deixando a plateia em estado de atenção; eventualmente, ela se aproximava do público ao descer do palco para interlocução. Esse seu movimento conferiu à plateia a legitimidade para intervir, e ela a conduziu bem, com delicadeza e firmeza.

Dona Lurdinha interveio e Ana Paula Matos justificou aquela ação, recorrendo novamente a um slogan: “‘nada sobre nós, sem nós’. Ela é do Movimento da População em Situação de Rua de Salvador, aquele que fez lembrar o *Projeto Resignificar*. A sua luta é por moradia digna, agora para seus filhos e netos. Ana Paula interpretou os gestos e as reivindicações de Dona Lurdinha como um pedido coletivo. “Então, o que vocês estão me dizendo é: eu moro aqui, a minha família tá aqui e eu quero nova perspectiva”.

Ana Paula Matos complementou:

*“Então, pessoal, eu já entendi, que o que vocês estão dizendo é (que) querem para a vida de cada um, para os filhos, para os netos, para as noras, para os genros, uma vida melhor. Essa vida melhor passa por educação, acesso à saúde, qualidade de vida, curso, emprego e moradia”.*

Na sua abordagem, a vice-prefeita buscou se certificar que compreendeu as demandas das pessoas e que foi bem compreendida por elas. Mais do que isto, ela buscou dar clareza para o que estava e que não estava ao seu alcance, em curto e em longo prazos, ou nas questões emergenciais e estruturais, recorrendo às palavras anteriores.



Ana Paula Matos ofereceu algumas respostas, antes defendendo uma relação de transparência com eles. Sobre a disponibilização de casarões fechados no Pelourinho, uma demanda levantada nesta escuta, ela lembrou que os imóveis são de propriedade do governo estadual, não podendo atuar sobre eles. Sobre a habitação, ela reiterou o projeto no Pilar, lembrando que o processo é longo, requer a conclusão de processos administrativos, como licitação, financiamento, aprovações e outros; e a vice-prefeita apoiou-se no projeto do *Guerreira Zeferina* para exemplificar sobre um processo demorado, porém concluído. Ela afirmou acreditar na capacidade da FMLF de gerenciar esses processos com base na escuta, o que estava defendendo e colocando em prática naquele momento.

Com essa abordagem, a vice-prefeita buscou tecer redes, criar confiança e defender que as ações municipais devam se pautar pela escuta. E deixou claro que ela sabe que as demandas serão apontadas pela comunidade e é dali, também, de onde deve vir a indicação do caminho para atendê-las.

Foto: Secult Salvador







**“Cada território tem a sua cultura, a sua especificidade. Então eu queria dizer o seguinte, temos que investir muito nessa construção de uma articulação entre os segmentos sociais, entre os empresários que vão para lá, criar os seus pequenos ou grandes empreendimentos entre todas as secretarias e órgãos de governo, juntar tudo isso no mesmo espaço e trabalharmos juntos”.**

*Tânia Fischer – Escola de Administração da UFBA*



**“Eu estou com 66 anos, sou moradora do Pelourinho há 20 anos. Depois que estudei, me formei, morei na Europa, tenho duas faculdades, falo quatro idiomas, conheço 18 países no mundo, criei os filhos, todos os meus filhos têm mestrado e doutorado nas formações deles, mas por muita luta e muito trabalho. Minha mãe era lavadeira, meu pai era pescador, todos trabalharam muito. Então, quando eu falo isso não é para me enaltecer, é para mostrar que é possível. Basta ter educação, esta é a base: educação”.**

*Creuza Carqueja – Filha/neta adotiva de Cosme de Farias*

**“A vulnerabilização no Centro Antigo de Salvador só será superada com a garantia de direito à habitação, à saúde, à educação, ao emprego, para todo povo preto do Centro de Salvador”.**

*Ana Caminha – Articulação do Centro Antigo de Salvador*



**“Eu sou Jussara Santana, eu quero parabenizar por eu estar vivendo esse momento. Eu já vivi muitos momentos difíceis aqui no Pelourinho, onde a gente não era escutado, onde a gente não tinha um seminário para falar. E ver as manifestações diversas aqui. Hoje, em pleno ano de 2023, a gente está podendo se expressar. Então, toda expressão que vem aqui é válida e é importante”.**

*Jussara Santana – Moradora do Centro Histórico*



**“Sou militante do Movimento sem Teto da Bahia, e da Articulação do Centro Antigo de Salvador. Eu fiquei fazendo a observação e a escuta das falas, das inquietações, e estou me sentindo muito feliz e representada porque, hoje, no terceiro encontro, é que, de fato, a gente vê a voz da comunidade e vê a voz dos movimentos, principalmente de população em situação de rua. Não adianta construir e discutir sem nós. E eu me sinto muito representada por esse povo que está aqui”.**

*Fernanda Moscoso – Assistente social e militante do Movimento Sem Teto da Bahia*

**“Vulnerabilidade não existe, o que existe é vulnerabilização, porque se tem pessoas nessa situação, é porque direitos foram negados. Habitação, saúde, emprego, educação são direitos humanos e constitucionais”.**

*Tássio Silva – Serviço de apoio jurídico da UFBA*



## QUARTO DEBATE

### Cidade e Cultura

#### A CULTURA E O OLODUM NO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Convidado:

**ZULU ARAÚJO**

Arquiteto, gestor cultural, conselheiro do Grupo Cultural Olodum, mestre em Cultura e Sociedade e doutorando em Relações Internacionais pela UFBA

#### A CULTURA DA CIDADE E O DESEJO DA ARTE

Convidado:

**MÁRCIO MEIRELLES**

Diretor teatral, cenógrafo e figurinista, atuante em teatro desde 1972 com encenação de mais de 100 peças; criador do Bando de Teatro Olodum e seu diretor até 2023; e secretário de Cultura da Bahia entre 2007 e 2010.

#### ESTRATÉGIAS DE CULTURA DE LONGO PRAZO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS CANDIDATURAS DAS CIDADES PORTUGUESAS A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027

Convidado:

**CARLOS MARTINS**

Economista, CEO da Opium, LDA. e Coordenador da candidatura da cidade de Aveiro a Capital Europeia da Cultura.

#### DISTRITO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO

Anfitrião:

**PEDRO TOURINHO**

Comunicólogo, Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Salvador.

O encerramento do ciclo de debates “Pensar a cidade”, em 25 de julho de 2023, aconteceu no Dia Internacional das Mulheres e Meninas Afrodescendentes, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e também no Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A plateia ressentiu-se de uma mesa composta apenas por homens, mesmo que parte do debate tenha se centrado sobre a cultura afrobrasileira, tendo o Grupo Cultural Olodum como principal referencial das falas.

Com o tema “Cidades e cultura”, o secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Pedro Tourinho, foi o anfitrião da quarta e última sessão de debates, recebeu três convidados e falou sobre os pilares de sustentação do próprio Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio.

O primeiro convidado foi o arquiteto Zulu Araújo, conselheiro do Grupo Cultural Olodum, que contribuiu com a reflexão sobre o papel do Olodum no desenvolvimento estratégico do Centro Histórico de Salvador. Em seguida, o também baiano Márcio Meirelles, diretor teatral, refletiu sobre a cultura e o desejo da arte. Por fim, o economista português Carlos Martins abordou o papel da cultura em estratégias de desenvolvimento para as cidades, com base em experiências portuguesas no âmbito do programa Capital Europeia de Cultura.

O ciclo de debates “Pensar a cidade” deixou a impressão de que a iniciativa inaugurava um processo coletivo de compreensão das questões que a área enfrenta e, sobretudo, das potencialidades a serem exploradas para a dinamização do Comércio e do Centro Histórico de Salvador. O debate foi mediado por Pedro Tourinho em conjunto com Tânia Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira.



#### 4.1 A Cultura e o Olodum no desenvolvimento estratégico do Centro Histórico de Salvador

Reprodução do texto do palestrante Zulu Araújo, arquiteto, gestor cultural, conselheiro do Grupo Cultural Olodum, mestre em Cultura e Sociedade e doutorando em Relações Internacionais pela UFBA.

**“Usando o tambor de forma criativa, fazendo do samba-reggae o seu veículo de comunicação e das letras musicais o seu processo de conscientização, o Olodum alterou até mesmo o sentido da palavra Pelourinho, que, de local de tortura e humilhação pública, passou a ser conhecido e reconhecido como espaço de cultura e resistência”.**

Zulu Araújo

O arquiteto Zulu Araújo trouxe pronto o texto para a sua comunicação sobre o papel do Olodum no desenvolvimento estratégico do Centro Histórico de Salvador, com um segundo título chamado “Cidades: um fenômeno cultural”. Contudo, foram inevitáveis as intervenções sobre as notas escritas feitas pelo primeiro convidado do debate de encerramento do “Pensar a cidade”.

Tais intervenções foram decorrentes de suas memórias e íntima relação com o Pelourinho, cultivadas desde a infância e posterior vivência no próprio Grupo Cultural Olodum. Zulu Araújo lembrou-se que, aos 5 anos, ele acompanhava a mãe ao Taboão para o seu trabalho como colchoeira, confeccionadora de colchões com fibras naturais. Lembrou-se também de sua primeira experiência no trabalho como aprendiz de alfaiate, aos 10 anos; da breve passagem pelo Colégio Estadual Azevedo Fernandes; de, já como estudante de arquitetura, pesquisar as tipologias construtivas daquele conjunto reconhecido pela UNESCO como um sítio do Patrimônio Cultural Mundial desde 1985; do trabalho no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) como diretor interino e coordenador da Praça do Reggae; e, claro, da experiência intensa como diretor do Olodum, quando ele pôde vivenciar “os momentos mais efusivos, assim como os momentos mais dramáticos, que uma instituição negra da cidade de Salvador poderia viver em um espaço tão estigmatizado quanto foi e tem sido o Centro Histórico da nossa cidade”.

Na introdução da sua palestra, Zulu Araújo abriu espaço para homenagear as mulheres negras brasileiras, pela dupla celebração do dia 25 de julho, Dia Internacional das Mulheres e Meninas Afrodescendentes, proclamado pela ONU, e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, instituído pelo governo brasileiro em homenagem a uma líder quilombola afro-brasileira, símbolo de resistência e liderança na luta contra a escravidão. O texto da apresentação de Zulu Araújo, com as necessárias adequações após a sua comunicação, se encontra a seguir.

#### Cidades: um fenômeno cultural

Zulu Araújo

Hoje, no campo da arquitetura e nos estudos sobre sociologia urbana, já está pacificado entre aqueles que estudam o desenvolvimento urbano que as cidades são efetivamente um fenômeno cultural. Alguns autores afirmam que o espaço público urbano é, na verdade, o lugar onde as diferenças, as heterogeneidades e os encontros de estranhos se articulam de tal modo que possibilitam o livre acesso de todos a quase tudo.

Ou seja, em última instância, as cidades terminam sendo o resultado da construção de significados, de identidades, e esses são fenômenos estritamente culturais. Essa é a razão de termos determinados espaços, considerados “prenhes” de significados culturais, chamados de Patrimônio Cultural da Humanidade, a exemplo do Centro Histórico da cidade de Salvador.

Salvador, há muito é considerada a capital da cultura do país. Aqui, a diversidade, a pluralidade e a riqueza das manifestações culturais são marcas intrínsecas da nossa cidade. Ao redor das manifestações culturais de matriz africana, que protagoniza o fazer cultural da cidade, seja no canto, na dança afro, na gastronomia, nas suas vestes e nos seus falares, Salvador tem materializado essa sua vocação por meio de inúmeras formas e gestos, seja na música de Dorival Caymmi, de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Carlinhos Brown, Gal Costa, Maria Bethânia, Daniela Mercury, Ivete Sangalo etc., seja na literatura de Jorge Amado ou em movimentos como o tropicalismo e o samba-reggae liderado pelo Olodum, ou na capoeira dos mestres Pastinha e Bimba e seus milhares de discípulos. Portanto, não é algo estranho à sua gente o trato da cultura como algo importante no seu cotidiano. Pelo contrário, o que nos tem faltado é a compreensão das nossas instituições públicas de que a cultura pode e deve ser também um elemento estratégico para o desenvolvimento da cidade no seu sentido mais amplo possível.

Compreender essa dimensão, seja pelo reconhecimento simbólico da sua importância, seja pelo direito que todo e qualquer cidadão deve ter no acesso à cultura ou por sua dimensão econômica, notadamente no campo da economia criativa, é a meu ver o que tem faltado para que espaços como o Centro Histórico de nossa cidade seja tratado com a dignidade e a importância que merece. É ser reconhecido, é ter a cultura reconhecida como um elemento estratégico.

Nesse sentido, a realização de práticas artísticas e culturais no espaço público de Salvador, assim como o Olodum vem fazendo ao longo dos seus 45 anos de existência, deve ser saudado como algo positivo e um elemento fundamental, tanto para que ocorra essa compreensão, quanto para que o exercício do fazer cultural em si possa nos propiciar a

defesa e o exercício de dois dos direitos mais elementares que compõem o espaço urbano: os direitos culturais e o direito à cidade. Ou seja, o exercício pleno da cidadania.

É essa disputa permanente nos espaços urbanos, que possibilita, por exemplo, que manifestações culturais tradicionais, como o toque do tambor, possam ser ressignificadas, reinventadas e reintegradas ao espaço público urbano de forma absolutamente contemporânea, ao mesmo tempo em que assegura a continuidade cultural de uma manifestação de origem africana das mais importantes, que é a cultura do tambor. É exatamente isso que o Olodum vem fazendo. O Grupo aliou a música, o canto, os tambores, a dança e a consciência negra para dizer à cidade, ao país e ao mundo que, a gente que habita esse espaço urbano é feita de carne e osso, tem talento, criatividade, mas sobretudo direitos; e, por isso mesmo, essa gente deveria ser tratada com dignidade e igualdade, e não com violência e discriminação. É essa premissa que está no trabalho do Olodum.

Portanto, não podemos pensar em centros históricos, como o de Salvador, como elementos estáticos e congelados no tempo para apreciação dos turistas e seus acompanhantes locais, como se fossem paisagens inanimadas, isentas de dramas e tragédias que a cidade vive por conta das suas desigualdades históricas. As inovações, os processos dinâmicos que essas manifestações culturais trazem, a meu ver, podem e devem ser perfeitamente integradas em um mesmo movimento, como o que nós estamos fazendo da revitalização do Centro Histórico.

Portanto, entender a cidade como um fenômeno cultural, é também entender que ela é constituída por diversos segmentos e classes sociais, às vezes harmônicos mas, outras tantas, antagônicos. Além disso, entender que essas idiosincrasias devem ser resolvidas com participação e democracia. Essa compreensão é fundamental para percebermos as tramas e os dramas que estão postos em espaços como o do Centro Histórico da Cidade de Salvador. Ali não é um espaço homogêneo como muitos podem pensar. Ali, nós encontramos inúmeras ideias de cultura, encontros e desencontros, lutas por espaços, enfim, a luta cotidiana. No Centro Histórico de Salvador, populares, intelectuais, artistas, marginais, autoridades etc. convivem e cruzam com toda sorte de transgressões, porque não podemos nos esquecer de que a cultura é também um espaço das transgressões que não ocorrem apenas no Centro Histórico, mas talvez até com mais intensidade em outros espaços privados da nossa cidade.

Enfim, a cidade de Salvador, e em particular o seu Centro Histórico, é para o Olodum muito mais do que um fenômeno cultural. É um território atravessado e permeado por dores e sofrimentos de séculos de desigualdade, onde a origem social, a pobreza, a riqueza, a origem religiosa e a origem étnica são marcadores importantes para que a política pública seja implementada, principalmente, porque o racismo endêmico que teima em existir e resistir nessa cidade não pode ser ignorado um minuto sequer.

Como diz Ângelo Serpa, em seu ensaio, “A cidade como fenômeno cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica”, “a cidade como fenômeno cultural é, sobretudo, uma cidade que centraliza as criações humanas”. E eu digo que as criações humanas não são perfeitas.

É nesse contexto que o Grupo Cultural Olodum tem se movimentado ao longo dos últimos 45 anos. Apesar de todos os estigmas, de todas as discriminações e da violência da qual vários dos seus membros foram vítimas, o Olodum fez da cultura o seu principal instrumento para a transformação do espaço de onde surgiu (o Maciel/Pelourinho), como também da sua gente, o seu principal objetivo. Gente que era vista como entulho social, como marginais, como escória da sociedade, transformaram-se em artistas reconhecidos, mas sobretudo em cidadãos e cidadãs. Usando o tambor de forma criativa, fazendo do samba-reggae o seu veículo de comunicação e das letras musicais o seu processo de conscientização, o Olodum alterou até mesmo o sentido da palavra Pelourinho, que de local de tortura e humilhação pública, passou a ser conhecido como espaço de cultura e resistência. O Olodum cantou, dançou, lutou e combateu o racismo e a discriminação com unhas e dentes, mas tendo sempre como o seu principal instrumento a cultura. Essa é a nossa tradução da sua dimensão estratégica que ela deve ter para o nosso desenvolvimento, para a elevação da nossa autoestima e para a promoção da paz e da igualdade.

### A contribuição do Olodum para o Centro Histórico

Para que haja uma compreensão mais clara do que estou falando, apresentarei aqui alguns números que revelam de forma concreta essa contribuição que o Olodum tem dado para que o Centro Histórico de nossa cidade continue sendo amado mundo afora como Patrimônio Cultural da Humanidade e que podem servir para o balizamento do Distrito Cultural:

- a) *Escola Criativa Olodum* – ao longo dos últimos 40 anos, o Olodum acolheu e educou aproximadamente 33 mil crianças e jovens, tornando-os cidadãos e cidadãs para o mundo. A Escola Criativa Olodum tem origens em um projeto pioneiro chamado Rufar dos Tambores, atualmente, uma referência no país e no mundo, tendo representado o Brasil em muitos eventos internacionais, a exemplo da ECO 92.
- b) *Banda Olodum* – a famosa Banda Show do Olodum, criada pelo saudoso Neginho do Samba, também conhecida como o exército do samba-reggae e que desfila no carnaval de Salvador. Por lá, já passaram aproximadamente 5.040 músicos. Na atualidade, muitos deles são integrantes profissionais de outros grupos musicais importantes como a banda de Daniela Mercury, o Ilê Aiyê, a banda de Carlinhos Brown, É o Tchan e até mesmo participam de espetáculos da Broadway, como “O Rei Leão”.



- c) *Dança Afro* – na ala de dança, falando apenas dos seus principais bailarinos que coreografaram shows do Olodum no Brasil e no mundo, são 20, mas se falarmos dos que estão espalhados pelo Brasil e pelo mundo, dançando ou dando aulas de dança, esse número chega perto de 120 profissionais.
- d) *Ala de Canto do Olodum* – esta tem sido a nossa grande referência, porque a ala canta os nossos amores, as nossas dores, os nossos prazeres e as nossas alegrias. Quem já não ouviu o canto de Heron de Angola e Guiguio, que trocaram o Olodum pelo Ilê Aiyê, de Barabadá do Muzenza, de Germano Meneguel (Avisa Lá), Reni Veneno, Beto do Carmo, Marquinhos Marques, Pierre Onásis, Jau Peri, Lazinho, Lucas di Fiori e Mateus Vidal (formados pela Escola Olodum), Narcizinho, Tânia Santana, Nadjane, Sátira, Tonho Matéria e muitos outros?

Com esses números, a contribuição do Olodum representa, na verdade, a produção de emprego e renda. De forma honrada, criativa e cidadã, a maioria dessas pessoas encontraram no Olodum a possibilidade de exercerem as profissões de músico, contrarregista, percussionista e cantor; e, evidentemente, melhorarem suas condições de vida.

Portanto, é possível, sim, fazer a roda girar na economia da cultura em benefício daqueles que a produzem. E é isso que o Olodum tem feito, mas a contribuição do Olodum não se deu no Centro Histórico apenas no campo do patrimônio imaterial. De forma consciente e planejada, ele também tem contribuído para a preservação do patrimônio arquitetônico. Vejam os imóveis sob sua responsabilidade que estão absolutamente preservados:

- *Casa do Olodum* (sede) – projetada por Lina Bo Bardi e custeada pela Prefeitura de Salvador na gestão do prefeito Mário Kertész.
- *Casa do Olodum* – primeira sede da instituição, localizada no Largo do Pelourinho, n. 7.
- *Escola Olodum* – Rua Alaíde do Feijão.
- *Centro de Documentação e Memória Digital do Olodum (CDMO)* e *Inova* (em fase de reforma e adequação) – também na Rua Alaíde do Feijão, iniciativa importante por garantir a memória dessa instituição para aqueles que virão.
- *Ed. Antônio Ferreira* – cinco salas no Ed. Antônio Ferreira, esquina com a Rua do Pau da Bandeira.
- *Ed. Citibank* – uma sala no 8º andar do Edifício *Citibank*, no Comércio.

Todos estes equipamentos encontram-se em perfeito estado de conservação. Ou seja, nós também estamos dando a nossa contribuição do ponto de vista da preservação do patrimônio material do Pelourinho. Tudo isso foi feito às expensas do Grupo Cultural Olodum.

Contudo, há que se considerar também:

- *Bloco Mirim do Olodum* – muitas crianças das periferias da cidade brincam no carnaval da Bahia de forma segura, com parcerias firmadas com as Secretarias da Justiça e dos Direitos Humanos. Essa é uma iniciativa que começou com as crianças da Escola Criativa Olodum.
- *Olodum pelo Mundo* – o Olodum já esteve em 33 países, promovendo intercâmbios, realizando palestras, oferecendo oficinas e divulgando a cultura afro-brasileira e o Centro Histórico de Salvador. Em todos os lugares em que nós passamos, nós não apenas tocamos e encantamos, mas também deixamos uma mensagem sobre a necessidade de se promover a igualdade e valorizar o patrimônio.
- *Festival de Música e Artes Olodum* (Femadum) – é uma contribuição importantíssima do Olodum ao Pelourinho com a presença, em média, de 10 mil pessoas por dia, todos os anos. Importante frisar que o Femadum não se resume à música. Ele é um festival multilinguagem com diferentes manifestações artísticas. O festival deste ano contou com oficinas, saraus e roda de conversa sobre o movimento *hip hop*. Segundo Clarindo Silva, dono do Restaurante Cantina da Lua, “o Femadum representa uma espécie de 13º salário para comerciantes estabelecidos e ambulantes do Centro Histórico”. É um meio de produção de renda, mesmo que temporária, para muitas pessoas, fazendo com que a cadeia produtiva da cultura seja um fator importante para a melhoria das condições de vida de milhares de pessoas.

### Propostas do Olodum para o Distrito Cultural

1. *Habitar o Pelourinho* – a população do Pelourinho é o elemento principal do fazer cultural do Centro Histórico de Salvador. Por isso, o Pelourinho não pode ser considerado apenas como um local de visitação turística e bairro boêmio, no qual à meia-noite fecham-se as cortinas, apagam-se as luzes e o espetáculo se encerra. Habitar o Pelourinho é fundamental. É, talvez, a ação mais importante que possamos realizar para fazer do Pelourinho um distrito cultural.
2. *Segurança e inclusão social no Pelourinho* – a habitação é a melhor maneira de se desenvolver um projeto de dignidade no Pelourinho, mas também de segurança pública para o Centro Histórico. No momento, no Pelourinho e em suas redondezas (Rua 28 de Setembro, Taboão, antiga Rocinha etc.) existem inúmeros imóveis que estão abandonados e, conseqüentemente, invadidos, mas não é por pessoas do Movimento dos Sem Teto. Importante dizer isso, pois a grande maioria é composta por pessoas vulneráveis, como se tratou aqui no encontro passado. É preciso que nós tenhamos, portanto, um projeto em que o drama social que essa população vive possa ser atenuado; e, conseqüentemente, termos condições de fazer com que essas pessoas se tornem cidadãs.

3. *Centralidade da cultura no Pelourinho* – esse é o nosso fazer. Foi a cultura produzida pelo Olodum, pela Cantina da Lua, pelo Bar Cravo Rastafári, pelo Bar do Reggae, pelos Filhos de Ghandy, pelo Restaurante Alaíde do Feijão e por outros atores e atrizes locais que mantiveram o Pelourinho vivo e como local de resistência cultural da cidade de Salvador. Se não fossem eles, o Pelourinho não teria sido restaurado no início dos anos 90. Sabemos também que foi essa cultura que propiciou as presenças de Paul Simon, Michael Jackson e Jimmy Cliff no Pelourinho, que projetaram para o mundo uma imagem positiva desse patrimônio histórico e da sua gente. Portanto, está na hora de devolvermos a essas instituições o reconhecimento dessas contribuições que eles têm dado ao longo de sua história.
4. Por fim, existe uma expressão que tem sido muito utilizada na atualidade, da qual eu estou me apropriando aqui em nome do Olodum para também deixar este recado: *“Nada para nós sem nós”*. Portanto, qualquer projeto a ser implementado no Pelourinho deve ouvir o seu tecido social e suas instituições, e deve contar com as suas representações nas instâncias que estão sendo propostas para esse projeto. Ou seja, nós estamos, secretário Pedro Tourinho, nos candidatando, assim como dizendo, que outras instituições no Pelourinho também podem e devem se candidatar para contribuir na gestão do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio da Cidade de Salvador, para que, assim, seja plural, diverso e democrático.

E, agora, encerro a minha fala com um poema-canção de um amigo meu e que representa muito tudo isso que estamos tratando aqui, “Alegria da cidade”.

### “Alegria da cidade”

*Lazzo Matumbi e Jorge Portugal*

A minha pele de ébano é  
A minha alma nua  
Espalhando a luz do sol  
Espelhando a luz da lua  
A minha pele de ébano é  
A minha alma nua

Tem a plumagem da noite  
E a liberdade da rua  
Minha pele é linguagem  
E a leitura é toda sua  
Será que você não viu?  
Nem entendeu o meu toque?  
No coração da América eu sou o jazz, sou o rock,

Eu sou parte de você  
Mesmo que você me negue  
Na beleza do afoxé  
Ou no balanço no reggae,  
Eu sou o sol da Jamaica  
Sou a cor da Bahia  
Sou você, sou você, sou você  
E você não sabia

Liberdade, Curuzu (Harlem, Palmares, Soweto) [Centro Histórico]

Nosso céu é todo blue  
E o mundo é um grande gueto  
Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade  
Somos nós a alegria da cidade

Apesar de tanto não, tanta marginalidade  
Somos nós a alegria da cidade

Toca a zabumba que a terra é nossa!





## 4.2 A cultura da cidade e o desejo da arte

Relatoria da palestra proferida por Márcio Meirelles, diretor teatral, cenógrafo e figurinista. Criou o Bando de Teatro Olodum e o dirigiu até 2013.

**“O que um artista faz é transformar um discurso em realidade para ajudar a desenvolver a sociedade. E um gestor também deveria fazer isso”.**

Márcio Meirelles

A fala breve e emocionada do diretor teatral Márcio Meirelles, secretário de Cultura da Bahia de 2007 a 2011, contou com a empatia dos espectadores do último debate do “Pensar a cidade”, seja porque se reconheceram na árdua tarefa de fazer as coisas acontecerem no mundo da gestão pública, seja porque se reconheceram nas próprias adversidades que demandam solução, com a falta de moradia digna no centro da cidade de Salvador.

Traçando paralelos entre a arte que ocupa a maior parte de seu tempo – o teatro – e a vida real, Márcio Meirelles propôs refletir sobre a cultura da cidade e o desejo da arte. Para tal, ele distinguiu cultura e arte com base em uma frase do cineasta Jean-Luc Godard, escrita e narrada por ele mesmo no curta-metragem de 1993, “Je vous salue, Sarajevo”:

*“A cultura é a regra. E a arte, a exceção”.*

O que ele pretendia era desfazer-se do que pode ser percebido como apenas uma coisa, “de cultura como arte e de arte como cultura”. Para Meirelles, “a arte é filha rebelde da cultura”. É aquela que “arreganha os dentes, é a que é malcriada, a que revoluciona, que propõe outras coisas, que avança na frente, que vai aonde não deve ir”.

Enquanto isto, a cultura alimenta e controla, sem deixar que a arte se expanda demais e que mude o mundo. Para ele, a cultura é o que está posto. É o fazer cotidiano, talhando a vida e o ambiente por várias gerações e em vários territórios, de onde brotam erupções, as chamadas manifestações artísticas.

Assim, ele estabeleceu uma relação direta com o objeto da palestra anterior de Zulu Araújo, o Olodum e o samba-reggae, exemplos de manifestações artísticas capazes de provocar “outros estados alterados de consciência e de emoção”. Emoção alterada, que leva a soluções impensadas.

Desenvolvendo um pouco mais sobre a tensão entre o controle da cultura e a transgressão da arte, sobre a tendência de a cultura tentar domesticar a arte, para que “o seu efeito não seja tão avassalador”, Márcio Meirelles resgatou outra frase do mesmo filme:

*“A regra quer matar a exceção”.*

E, então, ele indagou:

*“Como é que se domestica tudo isso?”*

*Como é que se molda essas esferas revolucionárias que brotam do ser humano, para construir novos mundos que não existem?*

*E que pensam situações que também não existem, onde todos podem ser irmãos, todos podem ser, se olhar, colaborar uns com os outros, assim como é na arte?*

*Se isso der certo, como é que vai ser?*

*Que mundo é esse?*

*É onde, enfim, onde não existem hierarquias. E civilização é hierarquia”.*

A sequência de perguntas ficou no ar até para o próprio palestrante, que afirmou produzir arte e pensar sobre o tema todos os dias.

A reflexão, entretanto, levou-o à memória da experiência disruptiva de ter criado o Bando do Teatro Olodum, alterando o padrão do teatro baiano formado por atores brancos em uma cidade de população negra. O Bando reuniu 30 pessoas, as mais diversas possíveis, que tinham outras formas de expressar o mundo, os sentimentos, as relações e as situações. Pessoas vindas da periferia, majoritariamente negras, de movimentos sociais, de movimentos de militância, de igreja, de fábrica e de empresas. Pessoas com sangue nos olhos para propor mudanças. Pessoas que fizeram da indignação e da inconformidade suas ferramentas de transformação.

Reinventou-se, de certa forma, o teatro baiano a partir daquela célula criada em 1990, com uma nova linguagem, com textos e personagens que refletiam a cultura e a história daquele lugar, o Pelourinho.

Falar do Bando do Teatro Olodum permitiu a ele traçar o paralelo entre a arte e a vida real, como referido anteriormente. A filmagem de “Ó Paí, Ó”, dirigido por Monique Gardenberg, com roteiro desenvolvido a partir da peça do próprio Márcio Meirelles e elenco estrelado por muitos dos atores do Bando de Teatro Olodum, criou nele alguns contrangimentos determinantes de suas escolhas como gestor público, no cargo de secretário estadual de Cultura.

A cena em que um policial mata duas crianças tinha sido roteirizada para ser filmada na entrada da Rocinha, uma ocupação localizada na encosta de Salvador, na altura da Rua Alfredo de Brito e atrás da antiga Escola de Medicina, formalmente designada Vila Nova Esperança, mas a comunidade não permitiu, porque não queria ser representada como marginais, sujeitos a intervenções policiais, com invasões e morte em seu território.

O diretor teatral e a equipe do filme concordaram em não filmar ali, e ele prometeu fazer algo com aquela comunidade. Teatro, talvez, por ser o seu ofício.

Posteriormente, ao ser convidado para assumir a Secretaria Estadual de Cultura, ele se lembrou daquela cena e daquelas pessoas e escolheu aquele lugar para a sua tomada de posse. A comunidade aceitou com reticência, com a descrença nas pessoas do poder público.

E, em um contexto mais amplo pensado para o Pelourinho e imediações, Márcio Meirelles instituiu o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, também sob a liderança de Beatriz Lima, atual diretora de Planejamento da Fundação Mário Leal Ferreira, propondo outra abordagem e enfrentamento dos problemas da área, em uma relação de presença e mais proximidade dos moradores, com processos participativos para definição dos projetos estruturantes da área.

Para a Rocinha, ele convidou o arquiteto Marcelo Ferraz, discípulo de Lina Bo Bardi, arquiteta italiana com uma passagem marcante por Salvador nos anos de 1980, que estabeleceu novos paradigmas para a intervenção no tecido histórico. Lina foi responsável pela inovação técnico-conceitual das casas da Ladeira da Misericórdia, pela intervenção no Solar do Unhão, na Casa do Benim e pela Casa do Olodum. O que Meirelles queria daquela escola era o princípio de revitalização do Centro Antigo, assegurando a permanência dos moradores no mesmo lugar, aliando moradia a seus ofícios. Mais do que isto, ele também queria um projeto de habitação popular que contemplasse a arte com qualidade estética.

A preocupação de intervir com qualidade técnica, zelo estético e beleza é convergente com os princípios de Carlinhos Brown, explanados no segundo debate do “Pensar a cidade”, pois ambos acreditam que o ambiente transformado pode fazer com que as pessoas repensem suas próprias atitudes e seu compromisso com o lugar.

O projeto da Rocinha iniciou, mas não foi concluído, o que causou uma enorme frustração tanto em Márcio Meirelles quanto em outros envolvidos na empreitada, sem falar nas famílias que tinham, mais uma vez, depositado votos de confiança na proposição.

A frustração e o sentimento de ter falhado o acompanham até hoje. Ele recordou de um diálogo com o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre como era ser artista e gestor.

Para Gil, não havia diferença entre uma coisa e outra. E que nem tudo o que se queria, poderia ser feito.

Para Márcio Meirelles, “ouve-se o que Gil fala; depois, pensa-se sobre o que ele diz; e depois, entende-se o que ele quis dizer”. E ele depreendeu daquela simplicidade da comparação entre ser artista e ser gestor, que “o que um artista faz é transformar um discurso em realidade para ajudar a desenvolver a sociedade. E um gestor também deveria fazer isso”.

Após o testemunho, quase confessional, ele se desculpou.

Embora trouxesse para si a responsabilidade, o diretor teatral trazia algum contexto externo para avançar na discussão dos problemas e suas soluções na atualidade em debate no “Pensar a cidade”. Ele lembrou que, naquele momento, a Prefeitura Municipal de Salvador estava ausente da equação do Centro Antigo. E que, agora, o tema seria retomado pela Prefeitura, com mais chance de dar certo por ser o poder da cidade. Meirelles defendeu, assim, a união das três esferas do poder, independentemente de cada visão de mundo.

*“A nossa visão de mundo, a gente instala e luta por ela. E é digno, é real, é verdadeiro e é importante, mas é preciso que a gente abra mão disso um pouco em relação ao outro. O outro não merece a nossa disputa. O outro, principalmente quem nos elege, precisa do retorno. E o retorno é que a gente esteja junto. Todo mundo junto, a sociedade civil e as três esferas de poder, além das outras esferas de poder: a imprensa, a ‘grana’ e as empresas”.*

Em síntese, “em vez de disputa, convergência”. União para resolver problemas, muitas vezes amplificados pela arte.

Em seguida, Meirelles retomou a cena não filmada na Rocinha de “Ó Paí, Ó”, a do policial que mata duas crianças, e disse: “Quando cenas que acontecem todos os dias vão para um filme, para uma peça teatral, ganham outras dimensões”.

Especificamente sobre essa cena da vida real, ele afirmou: “o policial é tão vítima quanto as crianças, de um sistema insano onde vivemos e alimentamos. Este sistema é a cultura também”, reiterando, mais uma vez, a diferença entre cultura e arte.

Ele encerrou sua apresentação com a provocação de que cada um de nós possamos ser mais artistas, “arreganhar mais os dentes e gritar a nossa indignação de formas inesperadas, para que o susto do acomodado possa fazer alguma coisa”.





### 4.3 Estratégias de cultura de longo prazo a partir da experiência das candidaturas das cidades portuguesas a Capital Europeia da Cultura 2027

Relatoria da palestra proferida por Carlos Martins, CEO da Opium, LDA e coordenador da candidatura da cidade de Aveiro a Capital Europeia da Cultura.

**“O processo é o resultado”.**

Carlos Martins

Carlos Martins, convidado externo do último debate do “Pensar a cidade”, veio com uma bagagem de vivências como promotor da cultura em projetos estratégicos de cidades e territórios diversos, tanto em Portugal, quanto no exterior. Mais do que relatos ou caminhos metodológicos para buscar responder aquilo que lhe foi pedido – como o programa Capital Europeia da Cultura pode contribuir para a relação entre cultura e cidade, em uma perspectiva de longo prazo – Carlos Martins trouxe compreensão de nossa realidade e muitas indagações, as quais devem pautar o seu cotidiano e trabalho e podem seguir ressoando entre todos aqueles comprometidos com o Distrito Cultural de Salvador.

Seu conhecimento sobre o Brasil – pela sua presença regular, pela fruição da nossa cultura e pelas relações com outros profissionais brasileiros da área de cultura – favoreceria sua presença em Salvador em uma postura de atenção às particularidades da cidade, de trocas e aprendizados. Ser homem, branco e europeu no encerramento de um evento na cidade mais negra fora de África, na efervescência dos debates sobre decolonialismo, exigiu-lhe, ao mesmo tempo, firmeza e humildade.

Como a cultura atravessa fronteiras e é um campo que favorece as trocas e as emoções, nesse dia, sucedeu a feliz coincidência de Carlos Martins ouvir sobre a história do Grupo Cultural Olodum, pela voz de Zulu Araújo e Márcio Meirelles que os antecederam, e lembrar-se de um momento emocionante e marcante de sua vida. Em 15 de agosto de 1991, na viagem de comemoração de sua formatura em economia, ele estava no Central Park, em Nova York, quando o Olodum foi catapultado para o mundo no show de Paul Simon.

Diante do testemunho, ele afirmou:

*“E, por isso, o Patrimônio da Humanidade de Salvador não é a sua arquitetura, é a sua cultura. Toda a cultura de Salvador é Patrimônio da Humanidade. Toda a cultura baiana é Patrimônio da Humanidade”.*

Em seguida, ele completou e agradeceu o convite:

*“Eu, como cidadão de um país que tem uma relação histórica e complexa com o Brasil, quero aqui agradecer também pela vossa cultura, porque sinto na minha cultura a vossa cultura. Uma cultura universal, na qual também me revejo e com a qual também queremos criar diálogo, hoje, no século XXI. Um diálogo novo, diferente daquilo que foi no passado”.*

Antes de tratar, especificamente, sobre o programa Capital Europeia da Cultura, Carlos Martins lançou a pergunta: “Do que estamos falando quando falamos de cidade?”. Em seguida, ele discorreu sobre as suas contradições. A cidade como o lugar onde se reúne o que se tem de melhor e pior da experiência humana, onde se gera riqueza, conhecimento, encontros, mas também onde há mais desigualdade, pobreza e violência. Concluindo, portanto: “E, por isso, se queremos viver a nossa vida em plenitude, devemos repensar, devemos pensar, permanentemente, o lugar da cidade e a nossa relação com esse lugar”.

Martins refletiu um pouco sobre o que viu em Salvador, nas visitas de prospecção no Distrito Cultural nos dias que antecederam a sua comunicação, podendo perceber o tamanho do desafio presente, a partir da visão dos “lugares onde a pobreza e a desumanidade estão à superfície”. Subentende-se que, para ele, pensar em intervir nas cidades é garantir o direito de cidadania a todos, sem deixar ninguém para trás.

Logo depois, ele fez uma referência textual a Márcio Meirelles, por compartilhar com ele algumas frustrações como gestor público, ressentindo-se por projetos não concretizados e que poderiam ter alterado para melhor a vida de inúmeras pessoas, propagando, em seguida, uma mensagem de persistência:

*“E a nossa obrigação é ir atrás, tentar resolver e ter a consciência que não é por decreto que se resolvem os problemas da cidade. Não é num dia que se resolvem os problemas da cidade. Talvez não seja numa geração que se resolvem os problemas da cidade. Mas todos os dias temos a obrigação de dar um passo em frente, tentar acertar nas políticas”.*

Para tal, ele expressou seu entendimento de que a melhor forma de buscar acertar nas políticas públicas, é fazer com que as pessoas sejam protagonistas do processo, trazendo seus problemas e sugestões de soluções. Um discurso que, de alguma forma, traduziu o espírito do ciclo de debates “Pensar a cidade”, como uma oportunidade de diálogo, mas, sobretudo, como uma reivindicação manifestada pelos moradores e pelos representantes de movimentos sociais em todas as suas quatro sessões.

*“E quanto mais complexo é um problema, mais inteligência precisamos, mais pessoas têm que fazer parte da solução. E quem está no poder tem que ter essa humildade, também, de dar lugar e dar voz a quem é o cidadão, a quem tem o direito à cidade e à cultura da cidade”.*

A partir daí, ele estabeleceu a ligação com o tema do dia, cidade e cultura:

*“Eu acredito, como as pessoas aqui na mesa já o disseram, que a cultura é a solução, que a cultura é o maior ativo que uma cidade tem. E é a cultura, a arte, a criatividade, e são essas diferentes camadas, muitas vezes contraditórias e tensas, que podem tentar contribuir para resolver os problemas da cidade”.*

Como foi possível observar durante toda a sua comunicação, para diferentes contextos de cidade e de enfrentamentos, Carlos Martins encontrava diferentes maneiras de nos perguntar: “O que a cultura tem a ver com isso?” Para ele, a cultura não é um tema lateral à violência, à desigualdade e à pobreza. “Muitas dessas questões resultam de processos culturais, e os processos culturais podem enfrentá-las de forma diferente”.

Então, ele passou a elaborar sobre a cultura como um direito humano, assim como o direito à cidade. Além disso, tratou da perda do direito de o cidadão poder expressar sua cultura e a sua identidade, que significa perder uma dimensão fundamental dos seus direitos humanos.

*“E, por isso, a cidade tem que ser um lugar, onde esse direito à cultura é exercido, onde o direito à humanidade é exercido. E se algum cidadão, por emergência de outra natureza, por outro tipo de adiões, por dificuldade de acesso, não pode sequer exercer a sua cultura, então não estamos a exercer a cidadania, não estamos a dar o direito humano fundamental àquele cidadão. Isso é uma obrigação de quem está no poder público, mas também de toda a sociedade contribuir para o lugar, o direito humano à expressão cultural e à vivência cultural”.*

Carlos Martins tratou da cultura na sua dimensão fundamental do direito humano, mas também da cultura como inovação social, expressão patrimonial e contribuição para o desenvolvimento econômico dos lugares, recorrendo, novamente, ao exemplo do Grupo Cultural Olodum. Por isso, ele disse acreditar na relação entre cultura e economia de uma cidade, e que esta relação pode ser muito bem incentivada.

Do seu mundo de vivências, Carlos Martins ilustrou a relação intrínseca entre a cultura e a economia, a partir do encontro com importante empresário japonês, criador e administrador de uma fundação cultural e antigo diretor da Toyota, a fábrica de automóveis. O estranhamento diante daquele percurso profissional, de alguém ligado aos negócios em uma das maiores empresas do mundo e com tempo para dedicar-se à cultura, direcionou o

diálogo para outro ponto, sobre o qual Carlos Martins estruturou parte do seu argumento sobre cultura e cidades: *a comunidade*.

Para o japonês, no alto da sabedoria dos seus 93 anos, identifica-se uma comunidade quando existe nela identidade, significados, símbolos e projetos comuns que unem as pessoas. Quando há língua, histórias, músicas que as ligam como comunidade, chamando por cultura a dimensão da expressão daquele grupo de pessoas. Contudo, ele percebia que muitas comunidades, embora com uma dimensão cultural rica, não conseguiam sobreviver. E que uma comunidade era mais rica, quando havia mais trocas com outras.

Neste sentido, Carlos Martins defendeu que a cidade é o lugar de troca, e que a troca se chama economia.

*“Ora, uma comunidade só pode ter futuro, se tiver o pilar da cultura, o pilar da expressão muito forte, e o pilar da economia, o pilar da troca, também forte”.*

Assim, ele desfez o estranhamento inicial sobre o senhor japonês, que trabalhava na economia, gerando riqueza, e trabalhava na cultura, fortalecendo as expressões culturais, porque era isso que fazia uma comunidade.

Ao concluir a introdução onde assentou os referenciais de sua argumentação – cidade, cultura, comunidade e economia –, Martins defendeu não se poder falar de cultura sem se falar de progresso, produção e distribuição de riqueza; defendeu juntar os campos da economia e da cultura, na tarefa de construir comunidades e agregar valor às cidades.

## Capital Europeia da Cultura

O programa Capital Europeia da Cultura é um programa político atrelado ao ideário de uma Europa comunitária, que começou a ser buscado desde o fim da II Guerra Mundial, com a instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e da Comunidade Econômica Europeia (CEE, 1958). Tendo os países experimentado as trocas em volta do mercado comum, antes mesmo da constituição definitiva da União Europeia (UE, 1993) e até mesmo da entrada em circulação do euro (2002), era uma questão pendente saber lidar com as diferenças culturais do conjunto de países daquele continente.

Lutar por uma política cultural comum europeia não estava em questão. Para a Comissão Europeia (CE), o que fazia sentido era promover a diversidade cultural e aproximar os cidadãos europeus, entendendo que a melhor forma para se chegar a isto, seria por meio das cidades.



Em janeiro de 1985, a partir do encontro e da reflexão dos ministros da Cultura Melina Mercouri, da Grécia, e Jack Lang, da França, surgiu a ideia de uma série de eventos anuais, colocando-se os holofotes sobre cidades europeias e seus papéis no desenvolvimento das culturas europeias. Em junho do mesmo ano, foi aprovado o programa Capital Europeia da Cultura. Desde então, em 2024, 70 cidades já ostentaram, individual ou conjuntamente a outras, a condição daquele que é considerado o maior evento cultural da Europa.

Neste sentido, a Capital Europeia da Cultura passa a se consolidar com o principal mecanismo para promover a diversidade e a riqueza cultural dos países, para comemorar o que é comum; para mostrar o que é diferente; para aumentar o sentimento de pertencimento dos cidadãos em relação a essa condição cultural; e, como, consequência, para melhorar as cidades, desenvolvê-las, regenerá-las, além de promover a economia e o turismo, enumerou Carlos Martins. Um exemplo de junção da promoção da cultura e do desenvolvimento.

A cada ano, duas cidades são designadas Capital Europeia da Cultura. Com antecipação de cinco anos, os países ficam sabendo qual cidade de um determinado país, alçou àquela condição. Contudo, o processo de preparação se inicia muito antes, cerca de oito ou dez anos antes, quando os primeiros debates em torno da candidatura são realizados, e é preciso que a cidade demonstre atender aos seis importantes critérios a seguir:

- a) *estratégia de longo prazo* – a estratégia que a cidade quer ser, no médio e no longo prazo;
- b) *dimensão europeia* – fazer da cidade um lugar de troca, não ficar fechada em si própria, trazer as culturas de outros lugares para a cidade e levar a sua cultura para fora;
- c) *conteúdo cultural* – a qualidade do conteúdo cultural e artístico;
- d) *capacidade de execução* – a capacidade que a cidade tem de conseguir organizar o evento;
- e) *alcance de públicos* – chegar aos diversos públicos, trazer as pessoas para as práticas culturais; e
- f) *gestão* – ser capaz de gerir bem o programa com os recursos técnicos e financeiros disponibilizados para o evento.

O economista, após sua apresentação dos critérios, chamou a atenção para dois pontos: a) a importância da dimensão estratégica, que se traduz em saber o que se quer ser como cidade a partir do envolvimento dos seus cidadãos; e b) a concretude do prazo limite para que tudo esteja pronto.

Esses dois pontos valorizam o processo. Não há espaço para erros de gestão, nem para atrasar a estratégia. Mais do que isto, é um projeto que atravessa ciclos políticos, gerando dinâmicas que podem ultrapassar as assinaturas partidárias ou personalistas. O próprio processo é transformador. E isto pode ser percebido mesmo naquelas cidades não selecionadas para acolher o programa, mas por também terem passado pelo processo duradouro da candidatura, colocaram-se na posição de pensar que cidades eram, que cidades queriam, colocando a cultura no centro dessas questões.

Portugal já participou do programa em três edições e prepara-se para promovê-lo, novamente, em 2027. A primeira delas foi a própria capital do país, Lisboa, em 1994. Em 2001, o Porto aproveitou a ocasião para promover uma série de intervenções em espaços públicos, transformando-se depois do evento. Em 2012, em um contexto de crise local e nacional, Guimarães foi Capital Europeia da Cultura. O convidado Carlos Martins conduziu esse processo.

Para a próxima edição, doze cidades participaram do processo de candidatura. Quatro dessas cidades foram pré-selecionadas na última fase de análise das propostas – Aveiro, Braga, Évora e Ponta Delgada – logrando-se vencedora a cidade de Évora.

### Guimarães, um processo experimentado

A cidade de Guimarães, no norte de Portugal, é uma cidade relativamente pequena. Embora o município tenha 156 mil habitantes, a sua sede tem apenas 54 mil. Detém o reconhecimento como o lugar onde nasceu Portugal, por ter acontecido ali a Batalha de São Mamede, em 1128, que libertou o Condado Portucalense do Reino de Leão, que passou a ser governado pelo primeiro rei dom Afonso Henriques. A condição de ser o berço de Portugal gera um orgulho nos vimaranenses – os naturais de Guimarães – visível na identidade da cidade e na forma como se expressam, desde a cultura ao futebol. Guimarães também é reconhecido pela UNESCO, desde 2001, como um sítio do Patrimônio Cultural Mundial.<sup>1</sup>

Quando o processo de preparação da Capital Europeia da Cultura iniciou em Guimarães, a indústria têxtil, que era o motor de sua economia, estava em crise, pois este segmento estava sendo atraído para a China e para o Norte da África. As grandes fábricas tinham sido fechadas na cidade e uma grande parcela da população, com baixas qualificações, estava desempregada. Os jovens migraram, a incidência de drogas aumentou, em particular no centro histórico, e junto veio a violência.

<sup>1</sup> Em setembro de 2023, portanto, depois da palestra de Carlos Martins, a área protegida da UNESCO em Guimarães foi ampliada consideravelmente, de 19,4 para 38,4 hectares, passando a englobar o conjunto dos antigos curtumes na zona baixa da cidade, a “Zona de Couros”.

Na ocasião, uma questão se impunha: por que investir em cultura com tantos problemas? Outra forma de dizer “*o que a cultura tem a ver com isso?*”

O argumento a favor da cultura foi construído e fortalecido aos poucos, combatendo vozes críticas, no sentido de o processo mostrar que a cultura “tem um papel de regeneração, de transformação positiva da cidade”.

Para tal, a dimensão estratégica foi estruturada em torno de três objetivos: regeneração social, regeneração econômica e regeneração urbana. E o processo do estabelecimento da dimensão estratégica de Guimarães buscou envolver a população a partir desses desafios.

*Como a cultura contribui com a regeneração social?* Pelo talento, pela criatividade, pela produção de ideias, de significados, de símbolos, a cultura favorece a inclusão e provoca uma ação positiva na cidadania, contribuindo para o enfrentamento das dificuldades da comunidade. O objetivo buscou envolver os cidadãos na participação das atividades culturais, criar mais públicos e novas organizações, apoiar o talento criativo a maximizar o seu potencial. A cidade criativa.

*Como a economia ganha com isso?* Como a produção artística e criativa pode criar novos negócios, novos empregos, mais renda, mais riqueza para a cidade? Pelo posicionamento da economia criativa no centro do renascimento econômico da cidade, alimentando oportunidades de emprego com alto valor agregado e promovendo a competitividade da cidade. A cidade como laboratório criativo.

*Como o espaço urbano pode acolher esta dinâmica?* Como aquela oportunidade pode tornar o lugar, a cidade, a arquitetura, os jardins, as praças mais confortáveis, mais lugares de encontro e menos lugares de problemas? A cidade como paisagem criativa.

Um conjunto de projetos foram elaborados e implementados ao longo daquele ano de 2012, que buscavam oferecer novas hipóteses de futuro aos cidadãos; apostavam em uma nova economia criativa, competitiva e inclusiva; e apostavam na cultura como ferramenta para resolver problemas urbanos. O saldo de Guimarães 2012 foi o seguinte:

- Cerca de 700 projetos desenvolvidos nos âmbitos local, regional, nacional e internacional;
- 25 mil profissionais envolvidos;
- 2 mil eventos produzidos;
- 20 mil habitantes da cidade estiveram em palco em diferentes espetáculos;
- Um processo de regeneração urbana realizado, com a adaptação de estruturas fabris existentes em espaços culturais e intervenções em espaços urbanos.

Carlos Martins enumerou uma série de eventos temporários e ganhos permanentes que a cidade pode contar a partir daquele ano. Em espaços culturais, ele citou o Centro Internacional das Artes José Guimarães, o Instituto de Design de Guimarães, ligado à Universidade do Minho, entre outros; criou-se uma bienal de arte têxtil, trazendo a dimensão artística à produção industrial, em vigor até os dias atuais.

Contudo, ele destacou a participação cidadã como a principal preocupação, incentivando a população a ocupar os espaços mais inusitados da cidade – de uma fonte de água transformada em piscina pública, passando pelo cinema de rua, aos espaços patrimoniais com arte contemporânea – e ser ela protagonista dos acontecimentos e acolhimento dos visitantes. “A cidade transformou-se aos olhos dos cidadãos”, afirmou.

Em termos de impactos, os principais números finais do evento mostraram:

- 1,5 milhão de participantes em eventos, ou dez vezes a população do município;
- 60% de crescimento nas entradas nos museus;
- 110% de crescimento da procura turística;
- € 167.000.000 de impacto na economia local;
- 2 mil postos de trabalho permanentes criados; e
- 1.158 notícias positivas na imprensa internacional.

O balanço final, para Carlos Martins, é o reforço da coesão social e do sentimento de pertencimento por parte da população de Guimarães.

Este sentimento é ilustrado, até hoje, na reprodução da identidade visual do evento: um coração geometrizado, em referência ao coração do Minho no norte de Portugal, comumente reproduzido em filigrana. O coração acompanhava a campanha intitulada “Tu fazes parte”. Já durante o evento, o coração foi trabalhado pelos promotores da Capital Europeia da Cultura em atividades com a comunidade e com as crianças. Espontaneamente, comerciantes e lojistas diversos começaram a adaptar a marca para seus próprios negócios. Outros a tatuaram em seus corpos. Cerca de 5 mil representações do símbolo de Guimarães 2012 foram catalogadas em livro.

Ao final, a Câmara Municipal de Guimarães adotou o símbolo como marca do município, podendo ser interpretada como a melhor representação da cultura no centro da política pública.



## Aveiro, um caso em processo

A cidade de Aveiro participou, entre 12 cidades, da fase de candidatura da próxima cidade portuguesa Capital Europeia da Cultura em 2027. O processo plural que envolveu tais cidades resultou em uma pré-seleção de quatro delas, culminando com Évora, no Alentejo, como vencedora.

A riqueza do envolvimento das cidades, nunca experimentado em Portugal, fez com que o Ministério da Cultura instituisse o programa nacional da Capital Portuguesa da Cultura, que passou a vigorar em 2024, com as três cidades não classificadas. Aveiro é a primeira delas.

Carlos Martins, mais uma vez, liderou o processo de construção da dimensão estratégica da cidade, buscando, igualmente, envolver a comunidade diante de outros desafios que se acentuam no século XXI.

Aveiro é uma cidade litorânea, sede de município de mesmo nome, com 55 mil habitantes no núcleo principal, 80 mil no município e 365 mil na região. A cidade tem uma paisagem urbana muito marcada pela relação do mar e da terra, contendo uma laguna que, muitas vezes, invadiu a cidade que é formada em 34% por água. *Ela tem uma dinâmica importante na região, possui uma universidade relevante, e sua economia é ligada às indústrias, que emprega 26% dos trabalhadores.*

Prevê-se que a cidade, até 2050, seja parcialmente ocupada pelo mar, que tende a subir cerca de 70 cm no período.

A pergunta estruturadora do percurso em torno da definição da dimensão estratégica da candidatura é novamente lançada: *o que a cultura tem a ver com isso?* Quais desafios do futuro têm a ver com a cultura?

Diante do desafio ambiental, os quatro elementos da natureza foram escolhidos para guiar a reflexão. O *slogan* que pautou a reflexão dizia “E isto muda tudo”.

“A cultura muda tudo” foi a proposta de valor para a cidade, que estabeleceu três dimensões para a estrutura do Plano Estratégico para a Cultura de Aveiro 2019-2030: a) criação; b) cidade; c) participação. A proposta acompanhava o convite ao envolvimento da população com a chamada *#vamosjuntos*.

O conceito dos quatro elementos da natureza – ar, terra, água e fogo – sustentava a narrativa de que eles estão presentes na formação e no cotidiano de Aveiro. A terra, a água e o fogo formaram o lugar, o ar é a sua identidade, e a cultura é o quinto elemento, que se relaciona com todos eles.

O texto do vídeo promocional da campanha, que mereceu ser reproduzido na apresentação de Carlos Martins, justificou de maneira muito clara a proposição da campanha e do *slogan*:

“No princípio éramos apenas a terra, a água, o ar e o fogo.

Quatro elementos que se fundiram para nos dar forma.

Até que um dia descobrimos o quinto elemento, a cultura.

E com ela passamos a transformar tudo, sobretudo a nós mesmos.

Da terra, colhemos o sal, que nos deu tanto a subsistência como a nossa essência.

A água levou-nos até outros povos para nos devolver diferentes;

O ar esculpiu a nossa paisagem e a nossa alma.

Quando a terra se revelou barro, usamos o fogo para lhe dar vida.

O quinto elemento é um alquimista que mistura, combina, transforma e recria.

Foi ele que nos fez chegar até aqui. É ele que nos vai levar ainda mais longe.

O quinto elemento é a cultura. E isto muda tudo”.

Considerando que a cultura muda tudo e se relaciona com tudo, a cada um dos quatro primeiros elementos foi associado um tema: a terra, à sustentabilidade; o ar, à democracia; o fogo, à inovação; e a água, à identidade. Estabeleceu-se, a partir daí, outras relações: a cultura e a identidade; a cultura e a democracia; a cultura e a inovação; e a cultura e a sustentabilidade.

Os artistas e os promotores culturais foram desafiados a idealizar projetos para essas relações e a responder quatro perguntas associadas a essas áreas: a) quem somos?; b) onde vivemos?; c) podemos viver juntos e em paz?; e d) como será o nosso futuro?

Para cada pergunta foi criada uma infraestrutura cultural, constituindo novos lugares de reflexão e vivências associadas aos projetos e àquelas questões: a) para a pergunta “quem somos?”, uma rede de Clubes de Cultura espalhada pela cidade e junto às comunidades; b) para a pergunta “onde vivemos?”, está sendo criado, junto à laguna de Aveiro, o *Laboratório dos Lugares com Vida*, um lugar de investigação das alterações climáticas e, ao mesmo tempo, de produção artística, um lugar novo de cultura, diferente das estruturas tradicionais; c) para a pergunta “podemos viver juntos e em paz?”, foi pensada a *Academia da Mudança Criativa*, um local que favorece a troca entre artistas de diferente países e debates sobre temas complexos da atualidade; e d) para a pergunta “como será o nosso futuro?”, foi idea-

lizada a *Fábrica da Inteligência Artística*, por entenderem que no mundo da inteligência artificial, a inteligência artística também vai poder alimentar o futuro. Um lugar de inovação, a partir do debate e do diálogo com a tecnologia.

Por meio de editais, projetos foram selecionados, com a condição de que respondessem àqueles desafios. E, durante o processo que antecedeu ao evento, alguns projetos já haviam sido experimentados. Carlos Martins enumerou alguns deles, e destacou dois deles: o festival Cidade Aberta, que consistiu em uma chamada pública para que todos os artistas se mostrassem em um dia e abrissem seus espaços em locais públicos; e o programa para trazer novos públicos, por meio de um princípio batizado de Inclusão, Diversidade, Equidade e Acessibilidade (IDEA). Para cada projeto apresentado, esses critérios precisam ser avaliados.

Embora a cidade não tenha sido selecionada para a Capital Europeia da Cultura, o programa será implementado pelo município, que agora conta com o incentivo da Capital Portuguesa da Cultura. O processo mobilizou a cidade, construiu capital cultural, lugares, projetos e conteúdos artísticos. “Isso é o mais importante para nós”, afirmou Carlos Martins. “O processo é o resultado”.

Caminhando para as conclusões, o convidado sintetizou os argumentos que foram apresentados e defendidos ao longo das exposições dos casos tratados por ele como sucessos.

A primeira dimensão dizia respeito à *visão de longo prazo*. O projeto apresentado possui uma dimensão estruturalmente estratégica que pretende transformar a cidade de forma estrutural. Isso implica em um trabalho de reflexão, pesquisa e produção de ideias. Também é um projeto que tem um resultado concreto para acontecer em uma determinada data. Ter um momento concreto e inadiável para fazer a estratégia acontecer é muito importante. Muitas vezes, na política pública, a estratégia se perde sem a visão de longo prazo. Os projetos desta natureza permitem “criar cenários futuros, escolher um caminho, executar um programa e medir o seu resultado no fim”. Princípio, meio e fim.

A segunda dimensão consistia na exigência de a cultura ser colocada como o *elemento central da política pública* para que uma cidade venha a ser Capital Europeia da Cultura. Nesse contexto, todos os setores da administração municipal precisam dialogar com a cultura, além de oferecer e gerar recursos para a cultura: técnicos, financeiros e humanos. “Isso permite um diálogo completamente diferente e uma centralidade da cultura na vida da cidade”, afirmou o palestrante.

Além das duas dimensões, ele destacou que por ser uma programação anual, havia lugar para todos por ser uma plataforma inclusiva e integradora, e acrescentou, “é um projeto que é simultaneamente hiper local e hiper global, internacional”.

Por fim, Carlos Martins reiterou o que foi dito ao início, que a cultura baiana é universal e que ele consome a nossa música com frequência. Além disso, ele defendeu que Salvador reforce a sua relação com o mundo e garanta que a aposta seja segura e transformadora. Se Salvador “já é capital cultural do Brasil, eu acredito que sim, por que é que não há de ser da América Latina? Por que é que não há de projetar a sua condição de cidade cultural para o mundo?”, encerrou Carlos Martins, deixando o desafio.





#### 4.4 Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio

Relatoria da palestra proferida por Pedro Tourinho, secretário municipal de Cultura e Turismo de Salvador.

**“O Centro Histórico de Salvador é uma responsabilidade de todos”.**

Pedro Tourinho

O secretário municipal de Cultura de Salvador, Pedro Tourinho, encerrou o ciclo de debates “Pensar a cidade” oferecendo parte do seu tempo de fala para o diálogo final com os presentes, por considerar que a iniciativa do “Pensar a cidade” é apenas mais um passo no processo de interlocução com os moradores e representantes dos movimentos sociais do Centro Histórico e Comércio de Salvador, devendo, assim, tornar privilegiado esse tempo de conversa.

O Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, instituído em abril de 2023, prevê, entre as suas estruturas de gestão, a criação do Fórum Permanente do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, uma instância de participação da sociedade civil com caráter consultivo e propositivo, para articulação e diálogo com os diversos atores sociais e institucionais locais.

Em sintonia com a expectativa final de Márcio Meirelles, segundo convidado do dia, quando ele manifestou sua esperança no fato de a Prefeitura Municipal de Salvador liderar um protagonismo no enfrentamento dos problemas do Centro Histórico de Salvador – diante do histórico de ausência e desarticulação dos poderes governamentais –, Pedro Tourinho afirmou que o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio era o retrato do posicionamento da prefeitura, por ter levado para si a responsabilidade sobre aquele território.

O secretário discorreu um pouco sobre responsabilidades compartilhadas e estabeleceu uma premissa:

*“O Centro Histórico de Salvador é uma responsabilidade de todos”.*

Contudo, a premissa foi exposta com alguma contradição. Ao mesmo tempo em que ele apelou para o compromisso compartilhado, ressentiu-se que, por muito tempo, a diluição das responsabilidades deu ensejo à falta de ação e à omissão de muitos dos atores, seja ele o governo estadual, o municipal, os empresários ou mesmo os moradores. Por outro lado, ele reconheceu a atitude e a persistência de outros atores, como o Grupo Cultural Olo-

dum, e sua atuação por mais de 40 anos no Pelourinho, conforme foi possível perceber na apresentação de Zulu Araújo no mesmo dia.

Para Pedro Tourinho, nenhuma cidade é bem resolvida no mundo sem que o seu centro histórico seja bem resolvido, por este ser “a base da identidade, da cultura e das relações” de uma população.

Em seguida, o secretário apresentou os três pilares que sustentam os propósitos do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador.

- *Habitação* – trata-se da questão central para a mudança que se espera no território, que leve em conta a população já instalada ali. O tema já tem sido objeto de estudos e projetos por parte da Fundação Mário Leal Ferreira, bem como de conversas e negociações com o Iphan e o Ministério da Cultura.
- *Gestão* – a Prefeitura Municipal de Salvador é a responsável por serviços básicos para a cidade, como limpeza, iluminação, ordenamento público e outras regulamentações. A criação do Distrito Cultural implicará oferecer um serviço de excelência por meio de um enfoque e um novo olhar que nortearão as ações a serem desenvolvidas de modo coordenado e articulado no território, e por meio do estabelecimento de uma estrutura de governança orientada para atingir seus objetivos. Para tal, já foram criadas equipes especiais de limpeza e manutenção para garantir “uma presença de gestão diferente e reforçada no Centro Histórico”.
- *Cultura* – considera-se a cultura como a costura que permitirá estabelecer as relações, os entendimentos, a consciência de pertencimento e a visão de potência daquela comunidade. É pela cultura que as diversidades e as particularidades sociais são reconhecidas e fortalecidas.

Estabelecidos os pilares do Distrito Cultural, o secretário de Cultura e Turismo apresentou algumas provocações e reflexões que têm guiado o seu trabalho. Foram elas:

- *A dicotomia entre a preservação e o desenvolvimento* – preocupa-se com o equilíbrio e a harmonia entre esses dois valores, para se conseguir preservar o que deve ser preservado, desde os elementos materiais às manifestações culturais e de identidade, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento econômico em um ambiente próspero e sustentável.
- *O decolonialismo* – ele defendeu não ser possível tratar do Centro Histórico e pensar sobre a cultura e as estruturas sociais dessa região da cidade, “sem pensar no combate à estrutura colonial, social, mental, econômica da nossa cidade e da nossa população”. Para Tourinho, a importância de avançar nessas questões, é tentar entender “os traços de racismo, colonialismo e dominação, além de uma inconsciência das próprias identidades”; e, conseqüentemente, oferecer novas abordagens para lidar com elas.



- *A prosperidade* – Tourinho chamou a atenção para a importância da economia criativa, uma economia intimamente ligada à cultura, como um dos grandes vetores de desenvolvimento no mundo. Uma economia que se relaciona com a identidade, com a criação de conteúdo, com a produtividade e com a criatividade como um todo.

Diante de tais provocações, o secretário acrescentou mais uma. Na sua opinião, há muitas cidades em que o crescimento da economia criativa coexiste com a desigualdade social, e questionou, “como trazer essa riqueza gerada para o ambiente da desigualdade social, sem acentuá-la?”. Ele reiterou o que foi amplamente defendido desde a primeira comunicação do “Pensar a cidade”, de que a cidade somente será boa para os turistas se for boa para os moradores. Não há melhoria do Centro Histórico com a retirada das pessoas que já o habitam, pois os moradores são a prioridade do Distrito Cultural. “A ‘cara’ de Salvador, a cultura da Bahia, do Brasil vem dessas comunidades”.

Foto: Secult Salvador







“Eu queria falar da minha emoção, da minha alegria, de voltar a pensar a cidade, uma cidade que eu não paro de pensar, especialmente no meu Centro Histórico. Mas queria parabenizar a Prefeitura por essa feliz iniciativa”.

*Clarindo Silva – Cantina da Lua*

“A cultura gera muito emprego. A cultura é trabalho, ressarcimento e união. É tanta coisa! A cultura... a colega falou ali. A cultura tira o povo da miséria, dá a autoestima, dá vida e dá riqueza”.

*Conceição – Ambulante da praia*

“A palavra mais bonita que eu encontrei aqui foi a palavra dessa senhora que estava sentada aqui. É a palavra que eu gostei bastante: capacitação. Essa palavra é forte, capacitação. A outra foi de Clarindo: educação patrimonial. Muito bonito! E eu tinha a outra: moradia. São coisas que eu quero chamar atenção”.

*Christian – Morador do Centro Histórico*



“Meu nome é Tássio Silva. Eu faço parte do Serviço de apoio Jurídico da UFBA, e faço parte da Manifesta Coletiva. Primeiramente, tenho o máximo respeito aos movimentos de luta por moradia aqui presente e aos movimentos sociais. Milton Santos diz algo muito interessante. Ele diz que o território se expande para além da dimensão física e encontra fundamento nos afetos e nas relações. Ele diz que o território é o chão, mas o sentimento de pertencer àquilo, a esse sentimento de território, é que fundamenta os modos de saber e fazer da população, que só pode acontecer porque estão onde estão com seus próprios moradores e moradoras. Dito isso, eu queria saber quais são os espaços de participação social dentro da estrutura do Distrito Cultural”.

*Tássio Silva – Serviço de Apoio Jurídico da UFBA*

“É esse momento de reflexão, reflexão conjunta, reflexão participativa, para construir coletivamente um pensamento sobre a cidade, um pensamento sobre o Centro Histórico de Salvador. E a gente só poderia fazer isso se estivéssemos aqui com essa representatividade, ou seja, com todos os segmentos que aqui estiveram da sociedade civil organizada, com representação de todos e vários segmentos, sobretudo com representantes daqui, de quem vive, trabalha e mora no Centro Histórico”.

*Tânia Scofield – Fundação Mário Leal Ferreira*

### III.

## A OFICINA PARTICIPATIVA

Na sequência do ciclo de debates “Pensar a cidade”, foi realizada uma Oficina Participativa com 36 participantes, distribuídos entre representantes dos movimentos sociais e moradores das comunidades dos bairros do Centro Histórico e Comércio de Salvador, empresários, funcionários públicos de diferentes órgãos municipais e a UNESCO do Brasil, para avaliação e encaminhamentos das questões discutidas nos quatro encontros.

A Oficina Participativa foi organizada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) devido à demanda que surgiu nos debates do “Pensar a cidade”. A assessoria e a condução da oficina ficaram sob a responsabilidade do arquiteto Leo Orellana, especialista em programas de revitalização de centros urbanos fundamentados em metodologias participativas, com o apoio da equipe técnica da Fundação na mediação dos grupos de trabalhos formados.

Os principais temas discutidos no “Pensar a cidade” – a cultura, a dimensão social e a habitação – sustentaram as dinâmicas participativas da oficina, mediante perguntas indutoras para cada tema trabalhado. Após as discussões e as apresentações dos resultados pelos grupos, estruturaram-se sínteses dispostas em subtemas e apresentadas a seguir.

O encontro aconteceu na manhã do dia 27 de julho de 2023, no auditório da Associação Baiana de Imprensa (ABI), seguido de almoço compartilhado.



## Cultura

Perguntas indutoras para reflexão:

*C.1 – O que pode ser feito para potencializar a cultura no Centro Histórico?*

*C.2 – Que ações efetivas devem ser articuladas entre os empresários, o poder público e a comunidade para reforçar os valores da cultura local?*

Síntese das discussões sobre o tema “cultura” disposta em subtemas:

### Gestão e governança: capacitação financeira, educação patrimonial e tecnológica

- Promoção de políticas públicas articuladas voltadas para valorização da diversidade e da cultura local.
- Pesquisa de prioridades da comunidade, empresários e poder público para desenvolver a cultura local articulada com ações entre órgãos públicos (educação, desenvolvimento econômico, assistência social etc.).
- Apoio financeiro para estruturação e qualificação de grupos culturais e artistas locais.
- Promoção da educação patrimonial para a comunidade local e visitantes.
- Promoção de eventos calendarizados e adequados ao território com ações de incentivo, apoio e acompanhamento das demandas sociais (calendário festivo e religioso).
- Promoção de políticas de fomento para o financiamento de artistas, associações e espaços culturais e comunitários.
- Criação de programas que possibilitem dar segurança jurídica e fundiária para os produtores culturais locais.
- Criação de espaços de capacitação para produtos genuinamente baianos (artesanato, comida etc.).
- Edital para artistas negros, LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência para ocuparem espaços institucionais e privados.
- Desburocratização de editais e concursos para premiações.
- Melhoria do comércio e serviços locais.
- Criação de um centro de cultura com acesso de moradores locais.
- Regulamentação do uso dos espaços públicos para realização de eventos.

### Comunicação: articulação entre a comunidade e os órgãos públicos

- Diálogo e atuação conjunta e planejada entre governo, comunidade, empresários e grupos culturais.

### Revitalização dos espaços existentes: degradados ou fechados

- Revitalização e criação de polos culturais, por exemplo: o Mercado de Santa Bárbara, cines Pax e Jandaia, Praça do Reggae, Terça da Benção, revitalização do Pelourinho Dia e Noite.
- Transformação de imóveis abandonados em equipamentos culturais.
- Requalificação dos espaços públicos com a participação social, inclusive dos “espaços esquecidos”.

### Criação de novos equipamentos culturais

- Necessidade de novos centros de cultura com acesso de moradores locais.
- Criação de escolas de música e artes.

### Divulgação dos eventos locais

- Mapeamento de todos os pontos de irradiação e divulgação de cultura por meio de um grande centro cultural digital.
- Divulgação da arte na sua diversidade e intercâmbio entre bairros por meio das diversas mídias.

### Acesso gratuito à cultura para a população local

- Garantia aos moradores locais de entrada gratuita aos centros culturais.

### Fortalecimento da cultura local

- Potencialização da cultura local e preservação da memória das manifestações culturais em todas as suas linguagens (dança, música, gastronomia, teatro, festas cívicas e religiosas, entre outras).
- Fortalecimento dos eventos culturais com reconhecimento dos espaços de memória, mapeamento das zonas de interesse cultural e mais investimentos em marketing.
- Incentivo para as manifestações culturais e artísticas que acontecem no espaço público.

## Dimensão social

Perguntas indutoras para reflexão:

*D.1 – O que cada um de nós pode fazer para o enfrentamento das questões sociais do Centro Antigo?*

*D.2 – Que ações podem ser desenvolvidas para inserir a população no mercado de trabalho e/ou proporcionar a geração de trabalho e renda?*

Síntese das discussões sobre o tema “dimensão social” disposta em subtemas:

### Políticas sociais

- O enfrentamento das questões sociais deve ser objeto de políticas públicas efetivas que possam garantir a proteção dos indivíduos para sua emancipação social, diminuindo a desigualdade.
- Compreensão da cultura local como fator de melhoria e ampliação das ações sociais e culturais já existentes.
- Diálogo permanente no território entre comunidades, poder público e a iniciativa privada.
- Implementação de políticas de redução de danos, ressocialização e garantia de direitos para pessoas vulnerabilizadas (moradores de ruas, dependentes químicos etc.).
- A segurança pública deve se orientar para o bem-estar da coletividade e envolver sempre o diálogo com as comunidades locais.
- Mobilização e organização da comunidade, mapeamento dos problemas e das ações necessárias e participação ativa nos espaços políticos.
- Fomento à sociedade civil para criação de grupos de trabalho e luta junto aos poderes públicos.
- Intermediação para que as necessidades das comunidades sejam transmitidas aos órgãos competentes para discussão de soluções com olhar humanista e integrativo.
- Destaque para a centralidade da questão social nos projetos urbanos do Centro Antigo de Salvador.
- Política municipal efetiva de segurança alimentar e nutricional.

- Como sujeitos, divulgar e buscar parcerias com ONGs para realização de ações emergenciais.

### Educação, capacitação e trabalho

- Investimento em educação, particularmente, em educação antirracista.
- Valorização da população ativa do Centro Antigo de Salvador com oferta de empregos e acesso à aquisição de bens e serviços.
- Divulgação de cursos para a população local e trabalhadores de cultura para manter postos de trabalho e novas colocações no mercado.
- Oferecimento de cursos de alta qualificação (na atualidade, são oferecidos apenas cursos como manicure, tecelagem, cozinheira, camareira, porteiro etc.).
- Ampliação da oferta de educação, emprego e cursos técnicos para a população local.

### Serviços públicos

- Solicitação às autoridades por soluções das pendências sociais e culturais (ações concretas) e denunciar irregularidades.
- Atração de equipamentos e serviços necessários à vida de um bairro: padarias, quitandas, farmácias etc.
- Estímulo à ocupação dos espaços públicos pela população e visitantes.
- Acesso gratuito aos equipamentos culturais da região: Casa do Carnaval, Casa da Música etc.
- Manutenção adequada das ruas, dos casarões e da iluminação pública.
- Saúde para a população: criação de postos de atendimento, limpeza urbana, orientação para cuidados domésticos, serviço de atenção especial para moradores de rua.
- Implantação de creche para a população local.

### Capacitação para o trabalho

- Capacitação de mão de obra local, especialmente em cursos profissionalizantes, técnicos e formações tecnológicas que afastem profissões de serventia.
- Inclusão da população em cursos de capacitação e aperfeiçoamento para atendimento das demandas locais.



- Promoção de cursos de qualificação, como: cursos de educação financeira, educação patrimonial, tecnologia, entre outros serviços como pintor, pedreiro, marceneiro, diaristas etc.
- Reabertura do Liceu de Artes e Ofícios para formação profissional técnica de jovens (carpinteiros, serralheiros, marceneiros etc.), de modo que eles possam atuar na reforma dos casarões com remuneração adequada, com vistas na revitalização do Centro Histórico de Salvador.
- Mapeamento de novas profissões e postos de trabalho que surgem das demandas do Centro Histórico.

#### **Inserção no mercado de trabalho**

- Criação de banco de dados de currículos da comunidade, com o objetivo de promover a inserção no mercado de trabalho.
- Mudança dos critérios de seleção de candidatos(as) ao mercado de trabalho.
- Criação de uma rede de trabalho junto aos moradores do território para diversificação e potencialização dos ofícios já realizados no local.
- Incentivos para que a iniciativa privada capacite e contrate a população local, mediante parceria com instituições de capacitação profissional.
- Absorção da mão de obra qualificada do morador local inexperiente (primeiro emprego) por meio de parcerias com empresários locais.

#### **Geração de trabalho e renda**

- Criação de políticas de incentivo para microempreendedores existentes e novos.
- Fortalecimento do turismo interno e externo.
- Oferta e divulgação de incentivos para atração de novos investimentos para o Centro Antigo de Salvador.
- Ordenamento de locais para o trabalho informal (a exemplo de feiras), com qualificação do produto e fiscalização.
- Reconhecimento e regulamentação das atividades de trancistas, pintores corporais e outras não regulamentadas existentes no Centro Histórico.
- Incentivo e divulgação das atividades dos empreendedores afrodescendentes.
- Realização de festivais, feiras com grande potência e divulgação nas áreas gastronômica, literária, música, dança, artesanato, artes plásticas, moda etc.

## **Habitação**

Perguntas indutoras da reflexão:

*H.1 – O que se deve incluir no projeto de habitação do Centro Antigo para atender a comunidade?*

*H.2 – O que se deve fazer no Centro Antigo para que uma moradia na região atenda às suas necessidades?*

Síntese das discussões sobre o tema “habitação” disposta em subtemas:

#### **Cidadão**

- Realização de cadastro socioeconômico dos moradores.
- Desenvolvimento de ações com a segurança pública para aproximar a comunidade, visando respeitá-la.
- Desenvolvimento de ações educativas com os turistas para respeitarem os moradores, assim como, os guias turísticos e as agências.
- Oferta de educação antirracista.
- Modificação da imagem de que o Centro Antigo de Salvador é um lugar apenas para turistas e torná-lo um lugar extraordinário para visitantes e moradores.
- Permanência da população originária no Centro Antigo de Salvador.
- Meios para garantir a manutenção do mercado de trabalho local;
- Estabelecimento de transportes verticais (para planos inclinados) em horários compatíveis com o cotidiano da população: horários de idas e vindas do trabalho, da escola etc. Atualmente, o Plano Inclinado do Pilar encerra seus serviços às 17h, portanto, a proposta é manter os planos inclinados funcionando até às 18h30.
- Ações conjuntas das esferas governamentais federal, estadual e municipal para o atendimento adequado à comunidade.
- Criação de emprego e renda para a população local.
- Manutenção permanente dos espaços comuns.

## Moradia

- Habitação com acessibilidade na edificação, com elevador, por exemplo.
- Garantia de moradia popular a preços acessíveis para a comunidade local e a todos aqueles que não a possuem, garantindo a sua regularização jurídica e a diversidade de segmentos sociais.
- Desenvolvimento de um programa de autorreforma mediante financiamento e capacitação, com educação patrimonial, com o objetivo de preparar os moradores para cuidar de seu patrimônio.
- Conclusão dos projetos habitacionais já existentes.
- Espaços na moradia que possam atender as diferentes demandas dos usuários ao longo do tempo (flexibilidade) e sejam adequados aos modos de vidas das famílias (multifuncionalidade).
- Aluguéis sociais.

## Habitabilidade

- Pensar a acessibilidade para todos os meios de transporte – utilizar carrinhos para pessoas com mobilidade reduzida – e infraestrutura de mobilidade adequada.
- Atração de equipamentos para o funcionamento de um bairro, muito além de restaurantes, pousadas e hotéis: padarias, açougue, quitanda, farmácia, lazer, escola, creche, serviços, segurança pública, mercado, horta comunitária etc.
- Localização dos equipamentos essenciais a distâncias adequadas para as diferentes faixas de renda e necessidades, para fixação das famílias no território.
- Garantia da manutenção dos equipamentos públicos e da infraestrutura urbana (pavimentação, iluminação, saneamento, mobilidade e acessibilidade).

## Outros

- Aplicar a Lei n. 8.553/2014, que dispõe sobre a arrecadação e a encampação de imóveis abandonados no Centro Antigo de Salvador, a fim de promover o uso habitacional para a população local.

## Lista dos participantes:

1. Adriana Cardoso de Freitas | FMLF
2. Ana Cristina da S. Caminha | Articulação Centro Antigo de Salvador
3. Ana Macedo Pimenta | FMLF
4. Andrea Aparecida de Aragão Bulcão | Pastoral da Cultura, Arquidiocese de São Salvador
5. Ângela Cristina Mattos de Magalhães | FMLF
6. Antônia M. dos Santos | Moradora do Pilar
7. Antonio Álvaro Faria Sant'anna | FMLF
8. Beatriz Cerqueira Lima | FMLF
9. Clarindo Silva | Cantina da Lua
10. Daiane Farias dos Santos | Secult
11. Daniel Telles Lopes | Amacap
12. Eliane Silva Lima | Centro Cultural Que Ladeira É Essa?
13. Elizabeth Fernandes | Secult
14. Eterine Abreu | SalvadorPar
15. Fagner Cordeiro Dantas | FMLF
16. Fernanda Campelo | Semdec
17. Fernanda Moscoso | MSTB/Articulação Centro Antigo de Salvador
18. Fernando Sérgio Barbosa Teixeira | FMLF
19. Glória Cláudia Bleichner Lopes | FMLF
20. Humberto Sturaro | Secult
21. José Nilson Cardoso | Albasa
22. Jussara Santana | Moradora do Centro Histórico
23. Leo Orellana | Sirchal
24. Márcia Brito | FMLF
25. Maria Dolores J. Martins | Moradora de Santo Antônio
26. Maria Virgínia Casado | UNESCO



27. Marly Gonçalves da Silva | FMLF/UNESCO
28. Maura Cristina da Silva | Articulação Centro Antigo de Salvador
29. Natália Baraúna | SalvadorPar
30. Patricia Reis de Matos Braz | Consultora FMLF/UNESCO
31. Sheila Maria Moreira de Souza | FMLF
32. Sidna Marla | Mercado São Miguel
33. Tânia Scofield | FMLF
34. Tássio Silva | Serviço de Assuntos Jurídicos, Manifesta Coletiva
35. Tatiana G. Souza | Moradora do Pilar
36. Valdemir Lopes | Associação Talles Boxe Arte e Disciplina



*Foto: Secult Salvador*





## IV.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo de debates “Pensar a cidade: reflexões para o Distrito Cultural do Centro Histórico e Salvador” foi proposto no sentido de tornar públicas as linhas de trabalho em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de Salvador para reversão do quadro de abandono e degradação das áreas centrais da cidade. Pautados pela transparência e pela busca de construção de consensos, entendemos ser fundamental dialogar com a comunidade local e outros atores sobre as possibilidades de ação naquele território.

O formato do “Pensar a cidade”, com espaçamento semanal, de certa forma ofereceu a possibilidade de os movimentos comunitários se organizarem e apresentarem seus entendimentos, reivindicações e proposições para a área, aqui exemplificado pelo Anexo III, que consiste no documento do Movimento Articulação do Centro Antigo de Salvador. Pode-se afirmar que a adesão ao processo está refletida também na Oficina Participativa, organizada após o encerramento do ciclo de debates como uma reivindicação legítima surgida naqueles dias. A síntese desse momento encontra-se consubstanciada na Parte III – A Oficina Participativa – desta publicação.

Outro aspecto importante no modelo do ciclo de debates foi o confronto da realidade de Salvador com outras experiências nacionais ou internacionais, que permitiu que os participantes percebessem o grau de amadurecimento dos estudos e mecanismos em desenvolvimento, avaliassem o quanto se necessita avançar e conhecessem os possíveis caminhos que ainda não haviam sido cogitados.

Esta publicação consiste em uma revisão do que foi discutido e contribui para um melhor entendimento do que foi apresentado na ocasião. Portanto, além de ser um registro do evento, ela representa um exercício de consolidação de ideias e diretrizes que podem apoiar nos próximos passos.

O que se conclui, neste estágio, é que há mais convergências do que divergências que necessitam de mais conversas, elucidações e escuta. Assim como é o caso da habitação, em que há um consenso, mas também há divergências sobre o aspecto de “para quem” a habitação se destina.

A Prefeitura Municipal de Salvador propõe estimular a habitação para os bairros do centro como algo plural, que viabilize melhores condições de vida para quem já os habita, especialmente para aqueles das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Por outro lado, é importante atrair novos públicos, passíveis de se adequarem às tipologias do patrimônio construído e reabilitado, a exemplo de outras experiências nacionais e internacionais em áreas centrais.

Qual seria esse novo público? Certamente, seria um público diverso. Contudo, quando os debates citaram, prioritariamente, a atração de servidores públicos para o bairro do



Comércio, notou-se alguma reação contrária a este grupo, talvez por uma associação com uma classe social abastada, com condições para viver em outros bairros de Salvador. Essa não é a realidade.

E se há o desejo de promover uma cidade de proximidade, onde o trabalho, a moradia e o lazer estejam próximos, um bom ponto de partida é contemplar também o funcionalismo público. Desde 2017, a Prefeitura Municipal de Salvador trouxe para o Comércio praticamente toda a sua estrutura municipal. E esse movimento já vem sendo traduzido em alterações extremamente positivas para área, com um incremento gradual do comércio de apoio aos serviços diurnos de uma área de negócios e trabalho.

Entretanto, pretende-se mais. Espera-se que se crie um dinamismo depois do horário laboral, nos finais de semana e feriados. E apenas a habitação poderá proporcionar tal dinamismo. Será necessário haver adequações físicas e jurídicas para tornar os bairros habitáveis, o que já vem sendo feito em Salvador, assim como as melhorias de praças e espaços públicos, além da reabilitação de imóveis para uso cultural, institucional e serviços. Pouco a pouco, as iniciativas empresariais têm recuperado e ocupado os espaços.

Observa-se pela experiência do Rio de Janeiro, o esforço de adequação da legislação para viabilizar as instalações, por exemplo, de escolas e hospitais em áreas onde o código de obras e o zoneamento anteriores não permitiam. Além disso, foram observados os exemplos de incentivo à instalação de negócios e serviços culturais, que podem funcionar em horários alternativos, com o objetivo de fazer o território funcionar após às 18 horas.

A presença e a circulação de pessoas nas ruas devem ser consideradas como fatores de combate à insegurança, outro ponto muito discutido no ciclo de debates. Abandono e insegurança estão intimamente ligados, portanto, se há o desejo de se estabelecer de forma simples uma relação de causalidade entre eles, torna-se difícil identificar sua origem, pois o abandono provoca a insegurança e vice-versa.

A habitação pautou todo o ciclo de debates, desde o primeiro momento, quando foi possível ter uma visão abrangente da reinvenção da Cidade do Porto, em Portugal, assentada na reabilitação urbana, na promoção da habitação para classes sociais distintas, no investimento público sem descartar o investimento privado e, sobretudo, na promoção da cultura como elemento estruturante da estratégia municipal para o desenvolvimento da cidade.

Em seguida, o tema da vulnerabilidade social aflorou no debate, devido ao aumento de pessoas que vivem nas ruas, de toxicodependentes e de pessoas sem trabalho. A reivindicação de ações para promover a inserção de pessoas no mercado de trabalho veio acompanhada por pedidos de qualificação. Entretanto, o que se reteve nesse processo de escuta foi que os atuais modelos de capacitação parecem não responder às necessidades do mercado

nem aos anseios da população que a reivindica. Esse um tema requer uma atenção especial e amadurecimento para contemplar as mudanças em curso dos modos e das relações de trabalho.

Ainda sobre a dimensão social do Distrito Cultural, todos os palestrantes que abordaram o tema convergiram para o enfoque intersetorial para lidar com a vulnerabilidade das pessoas em situações mais desfavorecidas, em especial entre as áreas de saúde, assistência social e trabalho. A experiência bem-sucedida, embora curta, na região da Luz, em São Paulo, conhecida como “Cracolândia”, apresentada por Mariana Chiesa, foi estruturada pela via do trabalho. Destacou-se também nesse debate, corroborada nas reflexões da Oficina Participativa, a preocupação em evitar abordagens repressivas e racistas por parte das autoridades de controle.

Como já referido, a plateia era formada, essencialmente, por moradores da área e personalidades atuantes no Centro Histórico, como Clarindo Silva, importante comerciante e proprietário da Cantina da Lua no Terreiro de Jesus, que esteve presente nas quatro sessões do evento. Algumas reivindicações foram repetidamente manifestadas. Nesse público observou-se o sentido de pertencimento à região com expressões como: o território é negro e repleto de histórias e vivências que devem pautar qualquer intervenção; a habitação deve ser para quem já ocupa a região, sem remoção de pessoas, como feito outrora; deve-se garantir a escuta do povo negro, em especial da mulher negra, grupo predominante nos lares soteropolitanos; as pessoas do lugar devem ser priorizadas em relação aos turistas.

Por fim, no processo de resgate do território compreendido pelo Distrito Cultural, os debates destacaram que a cultura deve ser encarada como elemento central da política pública e como um projeto de longo prazo. A presença de Carlinhos Brown com o seu Museu do Ritmo sinalizou boas perspectivas para a área do Pilar, no bairro do Comércio, podendo surgir dali projetos de formação e inserção no mercado de trabalho da cultura, repetindo a experiência do Candeal. Os exemplos do Grupo Cultural Olodum e do Bando de Teatro Olodum, presentes no Pelourinho, também renovaram o entendimento de que o grande capital de Salvador é a sua gente, com sua história densa e diversa, reconhecida em todo o mundo.

### **Tocando em frente**

A Prefeitura Municipal de Salvador dará seguimento à estratégia de retorno ao Centro Histórico e Comércio, que tem se mostrado acertada. Criar uma cidade de proximidade, onde trabalho e o emprego estejam relativamente juntos, é a maneira mais adequada para garantir a permanência do povo negro na região, ao mesmo tempo em que fomenta novas dinâmicas.



A habitação assume, portanto, um papel essencial no conjunto dos projetos em implementação. Neste sentido, há em atenção soluções distintas para moradia em todas as suas variantes, com prioridade para aquelas ZEIS. Trata-se de um trabalho lento que requer persistência.

As condições de habitabilidade são asseguradas apenas com a garantia da moradia a preços acessíveis, mas também com a melhoria das condições de uso do território, tais como: o transporte adequado; os equipamentos essenciais para fixação das famílias, como creches, escolas e serviços de saúde; e a manutenção dos equipamentos públicos e da infraestrutura urbana (pavimentação, iluminação, saneamento, mobilidade e acessibilidade).

Foram apresentados os trabalhos de valorização da cultura local com a abertura de novos equipamentos culturais, com o destaque para a Casa das Histórias e o Arquivo Municipal; e com o cuidado com o patrimônio local, como a restauração do Mercado Modelo e a do Elevador Lacerda.

O turismo sempre contará com o incentivo e promoção do governo local, mas é fundamental diversificar as atividades e os serviços múltiplos, criando um ambiente dinâmico e atrativo para novos negócios, produtores de emprego e renda. A mudança do centro administrativo municipal para a região central já tem apresentado efeitos, com a dinamização de pequenos comércios e serviços, como os restaurantes. Além de assegurar um ambiente propício ao trabalho é necessário também ofertar capacitação variada, em sintonia com as novas demandas do mundo dos negócios, buscando a promoção social pelo acesso a postos de trabalho qualificados.

Todas essas frentes de trabalho estão sendo implementadas de forma intersetorial, princípio que ficou bastante evidente nas experiências apresentadas no “Pensar a cidade”, que deve ser fortalecido cada vez mais. A criação do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio vem reforçar a governança da região, com suas frentes estratégicas, que incluem a zeladoria, mas também as estruturas de gestão, de forma inclusiva, com espaço para articulação e diálogo com os diversos atores sociais e institucionais locais.

Segue-se com a esperança e, sobretudo, com o trabalho pela melhoria da qualidade do Centro Histórico de Salvador e do bairro do Comércio para transformá-lo em lugar bom para se viver, conviver e trabalhar, tendo a moradia e a cultura como estratégias centrais.



*Foto: Secult Salvador*





## PALESTRANTES E MEDIADORES

Angela Maria Gonçalves



Concluiu sua licenciatura de Psicologia pela Universidade Santa Úrsula, RJ, em 1976; seu bacharelado em Psicologia Clínica pela Universidade Santa Úrsula, RJ, em 1977; sua especialização em Epidemiologia aplicada aos Programas de Saúde da Criança e do Adolescente pela Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde, RJ, em 1995; e sua especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia em 2005. Ela assumiu a Coordenação de Estudos e Desenvolvimento da Gestão Penal (Cedegep/SJDH) do Governo da Bahia de 2009 até 2010. Ela foi superintendente de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo da Bahia de 2011 a 2014. Desde 2016, Ângela integra a equipe do Projeto Axé para o Desenvolvimento de Projeção e apoia o processo formativo e de acompanhamento de pessoas e equipes. Ela é membro do Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas. Além disso, ela ministra palestras e é facilitadora na Grande Formação, Escola de Mães e na formação continuada de agentes sociais e públicos na ação Caminhos Formativos, parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia.

Ana Paula Matos



Professora, advogada e servidora concursada da Petrobras. Atualmente, Ana Paula atua como vice-prefeita da cidade de Salvador. A gestora é pós-graduada em Finanças Corporativas e mestre em Administração pela UFBA.

Ela iniciou sua trajetória na gestão municipal como diretora geral de Educação, em 2013. Entre 2021 e 2022, ela foi chefe de Gabinete da Vice-Prefeitura, presidente do Instituto de Previdência Municipal, secretária das Prefeituras-Bairro e secretária de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza, cargo ocupado por duas vezes, além de exercer a função de secretária de Governo. Ana Paula também foi professora de Relações Internacionais e na atualidade atua, cumulativamente, como secretária municipal de Saúde.



Beatriz Cerqueira Lima



Tem formação em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduação e mestrado profissional em Administração Pública. Atualmente, é diretora de Planejamento da Fundação Mário Leal Ferreira, responsável pelos estudos realizados no Centro Antigo, coordenadora da cooperação técnica com a UNESCO, onde foram realizados diversos projetos para habitação, mobilidade e normatização. Ela foi diretora do Centro Antigo de Salvador pela Conder e responsável pelo Escritório de Referência do Centro Antigo, quando elaborou o seu Plano de Reabilitação, experiência que resultou em duas publicações técnicas e uma premiação pela Caixa Econômica Federal como uma das dez melhores práticas (2006-2014). Ela foi responsável pela publicação do “Guia de arquitetura e urbanismo”, em cooperação com a UFBA e com a Junta de Andalucia. Foi gerente nacional de Desenvolvimento Urbano da CEF (2003-2006) e atuou junto ao Ministério das Cidades na elaboração dos programas de reabilitação de centros das cidades, regularização fundiária e planos urbanísticos. Também foi responsável pelo projeto ambiental corporativo e pelo programa de gerenciamento de projetos e obras. Além disso, foi gerente de Desenvolvimento Urbano no Escritório de Negócios da CEF de Salvador, responsável pelo financiamento ao setor público nas áreas de habitação, desenvolvimento urbano e saneamento.

Carlinhos Brown



É compositor, cantor, arranjador, multi-instrumentista, artista visual e arte-educador. Ele é responsável por reposicionar a música percussiva no cenário nacional e consagrado por suas revitalizações rítmicas e pela exuberância das suas performances. Brown é um nome fundamental para a música e a cultura brasileira e mundial. Está entre os precursores do movimento Axé Music, criou o grupo Timbalada, Os Zárabes, a Bolacha Maria, o Vai Quem Vem, a Pracatum, o Guetho Square, o histórico e lendário estúdio Ilha dos Sapos, o Museu do Ritmo, o Selo/Editora Candyall Music, entre outros milhares de projetos. Ele contabiliza mais de 800 canções registradas e mais de mil gravações cadastradas no banco de dados do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Ao longo de uma potente trajetória artística, o mestre Carlinhos Brown já formou mais de 15 mil músicos espalhados pelo mundo, sempre desenvolvendo ricas e significativas conexões com suas raízes ancestrais. Em fevereiro de 2022, lançou novo álbum batizado “SIM. ZÁS”, com releituras inéditas de grandes clássicos autorais carnavalescos, trazendo novos arranjos. Entre 2020 e 2021, o músico lançou outros quatro álbuns: “Axé Inventions – Àjàlà”; “Umbalista” e “Umbalista Verão”, que reúnem grandes sucessos e versões inéditas em sua voz de composições autorais consolidadas na voz de outros artistas; além do álbum infantil “Paxuá e Paramim. Entre os diversos prêmios recebidos em toda carreira, destacam-se um Prêmio Goya, dois Grammys Latinos e oito indicações, além do troféu entregue em reconhecimento à sua atuação como arte-educador pela Sociedade Internacional de Educação Musical (ISME). Ele é embaixador ibero-americano para a Cultura e embaixador da Justiça Restaurativa da Bahia.





Carlos Martins



É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e pós-graduado em Turismo Cultural pela Universidade de Barcelona. Frequentou o Programa de Doutoramento em Geografia pela Universidade do Porto. É fundador e sócio-gerente de diversas empresas ligadas à cultura, turismo, desenvolvimento territorial e conteúdos digitais, tais como a Opium, LDA, empresa dedicada ao planeamento cultural, territorial e económico. Foi vereador da Cultura, Turismo e Desenvolvimento Económico do Município de Santa Maria da Feira (1999-2005) e presidente da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira S.A. (2000-2004). Foi coordenador da candidatura e diretor executivo de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura e da Fundação Cidade de Guimarães. (2009-2013). Foi coordenador da candidatura de Braga, a Cidade Criativa da UNESCO em Media Arts (2016-2017). Foi coordenador da candidatura de Aveiro à Capital Europeia da Cultura em 2027. Desenvolveu e coordenou muitos estudos, entre eles o estudo macroeconómico “Desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas no norte de Portugal”. Foi coautor do “Plano de gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial da UNESCO” (2007) e coordenador do projeto Lugares Património Mundial do Centro, promovido pela Entidade Regional de Turismo do Centro e do projeto Plano de Desenvolvimento Turístico da Ria Formosa, desenvolvido pelo Turismo de Portugal.

Fernanda Lordêlo



É advogada e secretária de Política para Mulheres, Infância e Juventude na Prefeitura de Salvador. Ela possui especialização e mestrado, além de formação técnica em química pela Escola Técnica Federal da Bahia. Atuou como coordenadora de cursos superiores e cursos técnicos, coordenou o centro de cidadania da Unifacs e foi gerente académica da Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Artes e Humanidades da mesma instituição. Ela também é consultora em projetos sociais e educacionais e atuante em causas comunitárias e sociais, e membro do Conselho de Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos da Unifacs.



Leo Orellana



É um arquiteto chileno-francês com mais de 35 anos de experiência em gestão e realização de projetos nas áreas de arquitetura, urbanismo e Património Cultural. Ele participou do projeto do Parc de La Villette (Paris), o primeiro parque cultural urbano de grande dimensão (55 ha), da autoria do arquiteto Bernard Tscheler. Em 1997, Orellana criou e desenvolveu os Seminários Internacionais sobre a Revitalização dos Centros Históricos da América Latina e Caribe (Sirchal) na Direção de Arquitetura e Património do Ministério da Cultura e da Comunicação da França, em associação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, a Maison de l’America Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a União Internacional dos Arquitetos (UIA). Desde 2006, ele atua como consultor independente em programas de revitalização de centros urbanos em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, fundamentados em metodologias participativas. O arquiteto realizou missões para a UNESCO, o BID, a União Europeia (UE), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), assim como para várias fundações e municípios, no âmbito das questões do património, do desenvolvimento urbano e da revitalização dos centros urbanos e históricos. Ele foi nomeado Chevalier des Arts et des Lettres em Paris, em 2000, pelo seu empenho “na promoção da arquitetura e do património cultural, bem como no desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral entre a França e a América Latina”. É diretor-geral e fundador da Sirchal.



Paulo Ermida Gonzalez



É economista e servidor público estadual concursado. Ele foi diretor da SEI e contribuiu nos processos de desenvolvimento metodológico e tecnológico da instituição. Paulo está à disposição da Prefeitura Municipal do Salvador e contribuiu nos projetos de reforma da Barra e da Comunidade Guerreira Zeferina. Na atualidade, Paulo é diretor do projeto Salvador Social. Ele também já desenvolveu trabalhos de consultoria nas áreas de meio-ambiente, desenvolvimento urbano e econômico.

Mariana Chiesa



É advogada, mestre e doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Ela é professora da pós-graduação da FGV Law e da graduação no curso de direito do Insper, foi chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e, atualmente, é conselheira representante da OAB do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo (Conseas). Mariana foi conselheira da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP) e vice-presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB-SP. Ela é a atual vice-presidente da comissão de Direito Administrativo da OAB-SP. A advogada participou da primeira turma do Women's Leadership Network Program da Columbia University e detém certificação pelo Banco Mundial como profissional especializada em parcerias público-privadas.



Patricia Reis de Matos Braz



É arquiteta e especialista em patrimônio cultural pela Universidade Federal da Bahia e é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Ela foi coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil (2012-2017) e oficial de projetos na mesma Organização (2008-2012), onde, entre vários projetos, contribuiu com a implementação do Museu de Congonhas, em Minas Gerais, e com o Programa PAC Cidades Históricas. De 1999 a 2008, ela fez parte da Coordenação do Programa Monumenta, Programa Nacional de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano do Ministério da Cultura do Brasil, responsável pela coordenação de atividades de fomento às atividades econômicas, educacionais e de formação profissional nos sítios históricos, bem como apoio à implementação do Programa em Ouro Preto, Patrimônio Mundial. Em Portugal, desde 2017, Patricia desenvolve seu doutorado na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, e contou com bolsa de pesquisa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Entre 2022 e 2023, ela trabalhou na Câmara de Guimarães, no âmbito do Projeto Hereditas – Atlas da Paisagem Cultural. Desde 2020 ela é membro do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FAUP). Na atualidade, trabalha no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.



Pedro Baganha



Licenciado em arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1996. Em 2011, obteve o seu grau de mestre pela mesma faculdade, onde também frequentou o Programa de Doutoramento em Arquitectura em 2013. Profissional liberal, entre 1996 e 2013, ele coordenou equipas multidisciplinares na elaboração, desenvolvimento e gestão integral de projetos urbanísticos, habitacionais, de serviços e industriais. Integrou o projeto do Metro do Porto, tendo coordenado o projeto de inserção urbana em Vila Nova de Gaia entre 1999 e 2009. Foi adjunto do vereador do Urbanismo na Câmara Municipal do Porto entre 2013 e 2016. E, em 2017, foi administrador executivo da GO Porto, EM – Gestão e Obras do Porto. Desde 2021, ele é presidente do Conselho de Administração dessa empresa. Desde 2019, preside também o Conselho de Administração da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM S.A., e, desde 2021, o da Domus Social, EM. Desde 2017, Pedro Baganha é vereador da Câmara Municipal do Porto, cargo eletivo como parte do executivo municipal, e assumiu como responsável pelas áreas do Urbanismo e do Espaço Público e Patrimônio no mandato 2017-2021. Atualmente, ele tutela as áreas de Urbanismo e Espaço Público e Habitação.

Pedro Tourinho



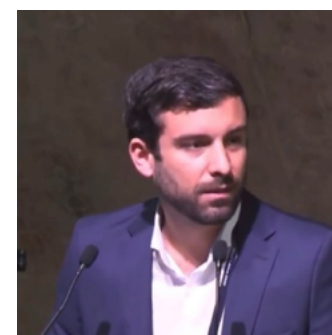
Nascido em Salvador, formou-se em Comunicação Social e é especialista em entretenimento e mídia. É fundador da Soko, premiada agência de relações públicas, e da MAP Brasil, agência responsável pela gestão da carreira e pelos cuidados com a imagem de algumas das personalidades mais importantes do país. Com mais de meio milhão de seguidores em suas redes, Tourinho recebeu prêmios por seu trabalho em diversos festivais do Brasil e do mundo e foi o único brasileiro indicado como líder do futuro em entretenimento pela revista britânica “Screen Daily”. Atualmente, ele exerce o cargo de secretário de Cultura e Turismo de Salvador.

Tânia Scofield



É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAU-FBA), onde também obteve o título de mestra em Urbanismo. É pós-graduada em Desenvolvimento Urbano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com prêmios nacionais de melhor projeto de urbanização de favela e de melhor projeto para o desenvolvimento urbano do Subúrbio Ferroviário de Salvador, ela tem como suas principais áreas de interesse a habitação de interesse social e as políticas públicas para o desenvolvimento urbano e planejamento. Desde 2013, Tânia ocupa o cargo de presidente da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), órgão da Prefeitura Municipal de Salvador responsável pelo planejamento urbano da cidade e pela elaboração de planos e projetos urbanísticos e arquitetônicos. Na condição de presidente, ela introduziu o processo participativo como metodologia para elaboração de todos os planos e projetos da FMLF.

Thiago Dias



É advogado formado pelo Ibmecc, pós-graduado pela Columbia University e portador do Parker School Certificate in International and Comparative Law. Na academia, dedicou seus estudos a políticas públicas de defesa, segurança pública e direitos humanos. Ele possui experiência nos três níveis da administração pública brasileira e no terceiro setor, e trabalhou para a organização Human Rights Watch, no Rio de Janeiro e em Nova York.

Zulu Araújo



Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, também é mestre em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) da UFBA e doutorando em Relações Internacionais na mesma universidade. Além de arquiteto, ele também é gestor público e produtor cultural, com experiência na gestão de diversos eventos culturais no Brasil e no exterior. Em 1981, tornou-se militante do movimento negro brasileiro, com trajetória marcada por trabalhos de promoção, pesquisa e divulgação da cultura afro-brasileira em diversas entidades e instituições nos âmbitos municipal, estadual e federal. Entre 1987 e 1989, Zulu ocupou diversos cargos na Secretaria de Cultura da Bahia, entre eles a direção do Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR). Ele foi diretor de Cultura e conselheiro do Grupo Cultural Olodum de 1990 a 1996 e assessor cultural do Grupo Cultural Malê de 1995 a 1997; e em 1998 e 1999, tornou-se assessor especial da presidência da Fundação Cultural do Estado da Bahia, atuando como administrador e coordenador cultural da Praça do Reggae, no bairro do Pelourinho. Em 2003, Zulu foi o responsável pela Diretoria de Promoção, Estudos, Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares (FCP), passando a dirigir o órgão entre 2006 e 2010. Entre 2011 e 2012, foi diretor da Casa da Cultura da América Latina da Universidade de Brasília (UnB) e, em 2012, coordenador geral do Festival Latino-americano e Africano de Arte e Cultura (Flaac). Desde 2015, Zulu é diretor-geral da Fundação Pedro Calmon (FPC), vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult), responsável por coordenar o sistema de arquivos e bibliotecas públicas do estado da Bahia e pelas políticas de livro, leitura e memória. Ele foi distinguido com a Ordem do Mérito Rio Branco, no grau de comendador do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil; com a Comenda da Ordem do Mérito dos Palmares, no grau de comendador, Governo do Estado de Alagoas; e recebeu medalha do mérito Marechal Argolo – Visconde de Itaparica, Polícia Militar do Estado da Bahia.

Márcio Meirelles



É diretor teatral, cenógrafo e figurinista desde 1972. Foi diretor do Teatro Castro Alves entre 1987 e 1991. Em 1990, ele e Chica Carelli criaram o Bando de Teatro Olodum, que ele dirigiu até 2013 e para o qual criou espetáculos como os da Trilogia do Pelô (1991/1994), Cabaré da Rrrrraça (1997) e Bença (2010). Em 2007, foi lançado o filme “Ó pai, ó!” e a série televisiva de mesmo nome, baseados na “Trilogia do Pelô”, tendo o elenco do Bando participado dos dois projetos. Em 1994, Meirelles coordenou o projeto de reforma e revitalização do Teatro Vila Velha, foi seu diretor artístico até 1998 e, até 2006, na nova forma institucional que propôs, fez parte do colegiado gestor do teatro. Ele é ganhador de vários prêmios, foi condecorado como Cavaleiro da Ordem do Mérito da Bahia em 1990, homenageado pelo Troféu Copene de Teatro pelo conjunto de seu trabalho em 1999 e indicado para o Prêmio Shell, no Rio, pela direção de “Candaces – a reconstrução do fogo”, em 2003. Meirelles participa de projetos de colaboração internacional com a Cena Lusófona (Portugal) e instituições de outros países. De 2007 a 2010, ele foi secretário de Cultura do Estado da Bahia. Em julho de 2011, ele assumiu a direção artística do Teatro Vila Velha. E em 2013, ele criou a Universidade Livre de Teatro Vila Velha para a formação de artistas alinhados com a estética, os processos e a política construídos e praticados no teatro. Em 2019, recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Comenda 2 de Julho, pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Ele já encenou mais de 100 peças de teatro.



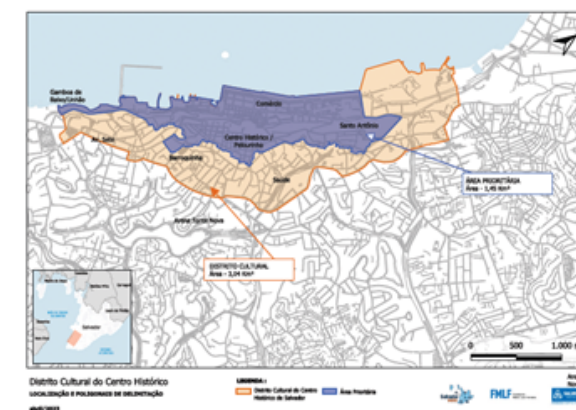
# ANEXOS

## ANEXO I

DECRETO Nº 36.870 de 27 de abril de 2023

## ANEXOS

- |                                     |                                                           |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| a)                                  | Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT;       |
| b)                                  | Fundação Gregório de Mattos - FGM;                        |
| c)                                  | Empresa Salvador Turismo - SALTUR;                        |
| d)                                  | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano -          |
| SEDUR;                              |                                                           |
| e)                                  | Fundação Mario Leal Ferreira - FMLF;                      |
| f)                                  | Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP;            |
| g)                                  | Empresa de Limpeza Urbana de Salvador - LIMPURB;          |
| h)                                  | Guarda Civil Municipal - GCM;                             |
| i)                                  | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - |
| SEINFRA;                            |                                                           |
| j)                                  | Superintendência de Obras Públicas - SUCOP                |
| k)                                  | Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade - SEMAN;     |
| l)                                  | Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador -         |
| DESAL                               |                                                           |
| m)                                  | Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à        |
| Pobreza, Esportes e Lazer - SEMPRE; |                                                           |
| n)                                  | Secretaria Municipal da Saúde - SMS;                      |





## ANEXOS

## ANEXO II

Perguntas e respostas frequentes sobre o  
Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio

## Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio

### Perguntas e respostas frequentes

#### 1. O que é um distrito cultural?

A classificação como distrito cultural vem sendo aplicada em vários países a territórios de uma cidade que abrigam concentrações significativas de instituições culturais, espaços artísticos, galerias, museus, teatros, estúdios, artistas independentes. São também lugares de realização de manifestações culturais, festivais e eventos, coincidindo, frequentemente, com centros urbanos e núcleos históricos de valor patrimonial.

Estabelecer um distrito cultural pressupõe organizar, coordenar e estimular as atividades que ali acontecem, otimizando esforços em prol de um objetivo comum da comunidade daquela área. São lugares frequentemente considerados centros de inovação cultural e criativa e, muitas vezes, desempenham um papel importante na revitalização urbana, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

#### 2. A criação de um distrito é uma iniciativa do poder público, da comunidade ou do setor privado?

A criação de um distrito cultural pode partir de um desses atores ou como resultado da colaboração entre eles.

De um lado, o poder público lida diretamente com instrumentos legais, informacionais e de planejamento para identificar o potencial de um futuro distrito cultural e para ele direcionar políticas, regulamentos que promovam seu desenvolvimento, incentivos para estimular e atrair organizações culturais, melhorias de infraestrutura e acessibilidade, entre outros.

O setor privado e as organizações da sociedade civil, por sua vez, exercem um papel crucial na formação e no desenvolvimento do distrito. Contribuem com a identificação de necessidades e potenciais do local, com formas de conciliar as atividades culturais e econômicas com a manutenção da moradia e dos modos de vida locais, assim como com investimentos na recuperação de edifícios históricos, na instalação de novos negócios, no apoio à infraestrutura cultural, entre outros. Este conjunto de iniciativas pode atrair novos moradores, visitantes e negócios para a área de interesse.

#### 3. O que é o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador?

É uma área geográfica definida pela Prefeitura Municipal de Salvador pelo Decreto n. 36.870, de 27 de abril de 2023, cujo objetivo é centralizar, organizar e melhorar a governança do Centro Histórico e Comércio, potencializando-a como um lugar de atividades plurais, lugar de viver e conviver.

#### 4. E por que Salvador merece ter um distrito cultural?

Salvador é internacionalmente reconhecida pela sua gente, sua música e seu patrimônio material e imaterial. O seu Centro Histórico foi reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1985 e integra, desde 2015, a Rede de Cidades Criativas da mesma organização internacional. A cidade, depois da pandemia, foi o destino brasileiro mais visitado em 2022. Atributos não lhe faltam para justificar os esforços em torno da reabilitação de suas áreas centrais, tornando-as lugares bons para se viver e visitar, tendo a cultura como elemento central da estratégia.

#### 5. Qual é a área geográfica e os bairros que fazem parte do Distrito Cultural?

A área do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador corresponde ao Centro Histórico, tombado pelo Iphan e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial, incluída sua área de entorno.

Traduzindo para a nomenclatura de bairros, mais conhecida por todos, temos, prioritariamente, a região com maior densidade de atividades e equipamentos culturais da cidade, ou seja, o Centro Histórico, do Pelourinho ao Santo Antônio, seguindo para o Comércio e para a frente marítima, do Mercado Modelo até o Unhão e a região do Dois de Julho. Além disso, estão incluídos bairros como a Saúde e o entorno da Baixa dos Sapateiros até a Avenida Sete.

#### 6. Quais são as estruturas de gestão?

O Decreto n. 36.869/2023 instituiu três estruturas de governança:

- o Comitê Executivo do Centro Histórico e Comércio, para coordenar a regulamentação, implantação e gestão dos procedimentos estratégicos operacionais e administrativos do Distrito Cultural;
- o Gabinete Operacional do Centro Histórico e Comércio, para gerir as ações estratégicas de desenvolvimento do DCCHC e operacionalizar os serviços públicos necessários à sua manutenção; e



- o Fórum Permanente do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio, instância de participação da sociedade civil com caráter consultivo e propositivo, para articulação e diálogo com os diversos atores sociais e institucionais locais.

7. *Essas estruturas já estão formadas e funcionando?*

O Comitê Executivo do Centro Histórico e Comércio será formado pelos dirigentes de todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do município e presidido pelo secretário municipal de Cultura e Turismo e, na sua ausência, pelo chefe da Casa Civil. Tal instância já conta com dirigentes indicados e em condições de funcionamento.

O Gabinete Operacional do Centro Histórico e Comércio será formado por servidores de diversos órgãos municipais. Neste momento, seus membros estão em processo de indicação, mas, na prática, já existe uma equipe atuante.

O Fórum Permanente do Distrito Histórico e Comércio terá sua composição e estrutura de funcionamento estabelecidas a partir das primeiras interações e em estreita colaboração com as comunidades e empreendedores do Distrito Cultural. Caberá ao Comitê Executivo oferecer as condições para apoiar as discussões que levarão à composição do Fórum.

O ciclo de debates “Pensar a cidade” representa a primeira oportunidade de uma interação abrangente entre o Comitê Executivo e a comunidade.

8. *O que, de concreto, pode ser feito a partir da organização do Distrito Cultural?*

O esforço conjunto em torno da criação do Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio é contribuir para a melhoria da qualidade desse território enquanto lugar bom para se viver, conviver, trabalhar, tendo a moradia e a cultura como estratégias centrais.

Nesse sentido, um conjunto de proposições estão organizadas em três grandes frentes de trabalho:

- Cultura, visando dinamizar e garantir a manutenção dos equipamentos culturais; organizar e fortalecer o calendário de programação cultural anual; promover a cidade como destino turístico, reestabelecendo a confiança do turista. Trata-se de um componente estruturante coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo.
- Zeladoria, fundamental para articular as ações de segurança pública, manutenção dos espaços públicos, equipamentos municipais e patrimônio histórico; limpeza urbana, entre outros;

- Desenvolvimento urbano, econômico e habitação, que envolva um programa de moradias, ordenamento e melhoria da qualidade do espaço público, melhoria das condições de mobilidade e fomento ao desenvolvimento de negócios e serviços, dentre outros.

9. *Se quase todas estas frentes já fazem parte da atuação municipal, de onde virão as melhorias?*

As melhorias virão por meio da definição de um enfoque e um novo olhar que nortearão as ações a serem desenvolvidas de modo coordenado e articulado neste território, por meio do estabelecimento de uma estrutura de governança orientada à tais objetivos.

10. *E qual é a contribuição deste ciclo de debates?*

O ciclo de debates “Pensar a cidade” deve ser entendido como parte das ações de interação do Comitê Executivo com a comunidade, num processo de compreensão dos problemas da área e, sobretudo, das potencialidades a serem exploradas para a dinamização do Comércio e do Centro Histórico. No último debate, vamos tratar de cultura e cidades, conhecendo exemplos de ações em distritos culturais já estabelecidos pelo mundo. Além disso, vamos conhecer também algumas estratégias de longo prazo, onde a cultura tem um papel preponderante na dinâmica de determinados territórios.

11. *A UNESCO está entre os parceiros da iniciativa. Qual será seu papel na concepção e na operacionalização do Distrito Cultural?*

A UNESCO é parceira de Salvador há várias décadas e teve sua parceria aprofundada desde que o Centro Histórico entrou para a Lista do Patrimônio Mundial.

A Fundação Mário Leal Ferreira vem, nos últimos anos, implementando ações de cooperação com a UNESCO para tratar de temas relacionados ao Centro Antigo, em especial na produção de estudos contendo a proposição de regulamentação para as áreas reconhecidas como patrimônio cultural.

Na sequência destes estudos, a UNESCO contribuiu diretamente com a concepção do ciclo de debates “Pensar a cidade”, de onde virão subsídios para propostas e projetos a serem implementados no âmbito do Distrito Cultural e que, por sua vez, formarão um novo acordo de cooperação técnica entre a FMLF e a Organização.

# ANEXOS

## ANEXO III

Documento do Movimento Articulação do Centro Antigo de Salvador



## O patrimônio somos nós, a gente!

*“Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade*

*Somos nós a alegria da cidade*

*Apesar de tanto não, tanta marginalidade*

*Somos nós a alegria da cidade”*

**Lazzo Matumbi**

Atravessadas/os, ainda, pela experiência de estar nas ruas no **Dois de Julho**, no início do mês, espaço que não abrimos mão, a *Articulação do Centro Antigo de Salvador* ressalta por meio deste documento, nossas denúncias e nossas propostas para a cidade, a nossa cidade. Enfatizamos, hoje e sempre, que a construção de soluções para a insegurança e miserabilidade histórica do Centro Antigo só serão legítimas com a escuta radical do povo negro que vive e trabalha nesse território. Porque o **Patrimônio somos nós. Cultura viva!**

Temos observado nos últimos anos, a destinação de investimentos milionários por parte do poder público junto à iniciativa privada para implementar projetos urbanísticos de “melhoria” da infraestrutura local, aliados aos programas de incentivos fiscais voltados a atrair o setor turístico e imobiliário para a região. Esse processo tem se dado sem que haja uma construção conjunta com a população local, em sua grande maioria negra, no sentido de garantir sua permanência no território, sobretudo junto às famílias e movimentos sociais ligados à luta por moradia digna. Esse processo tem nome e precisa ser ecoado em alto e bom som: **racismo institucional!**

O turista vem ver a diáspora africana, com seu modo de vida culturalmente histórico.

O Pelourinho é o palco dos ofícios tradicionais do povo preto, seja por meio das baianas de acarajé em seus trajes tradicionais, as/os vendedoras/es ambulantes mercando as fitas do Senhor do Bonfim, as trancistas e os seus penteados pelas ruas dos Pelourinho, as grandes rodas de capoeiras ocupando as praças. No entanto, se faz evidente que a população oriunda do Centro Antigo de Salvador é refém dos baixos investimentos em políticas públicas efetivas que enfrentam as questões sociais presentes neste território.

O *Programa Salvador 360*, lançado em 2017, previa o investimento de cerca de R\$ 200 milhões em melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos, monumentos e casarões antigos do Centro, além da requalificação do sistema viário. No entanto, o programa recebeu críticas da sociedade civil por não contemplar a população local na sua estratégia de revitalização. Igualmente, o *Programa Revitalizar* (Lei n. 9.215/2017), incentiva a requalificação e reforma de casarões antigos, além de conceder benefícios fiscais, como isen-

ção e redução de impostos para abrigar redes hoteleiras, restaurantes, galerias e lojas de alto padrão de consumo, ao invés de incentivar o cumprimento da função social da propriedade e legitimar a população negra local que habita o território.

Esse contexto, então, intensificou o processo violento de expulsão das(os) moradoras(es) históricos dessa região, tendo em vista que, ao invés de haver uma potencialização do patrimônio imaterial, conjuntura que estabelece diante da cultura negra ali presente, a desigualdade social passou a ser cada vez mais fomentada neste espaço. Assim, diante da ausência histórica de políticas públicas – voltadas à implementação de programas de habitação de interesse social e de equipamentos de saúde educação, oferta de empregos e lazer no Centro destinadas à população negra local, vivenciamos o aumento da escassez e da precarização das condições de vida no Centro Antigo de Salvador que geram disputas e acirramentos das relações.

Ademais, ressalta que esses processos se intensificaram durante a *pandemia da Covid-19*, através da flexibilização de legislações urbanísticas, a ampliação de benefícios fiscais para o setor turístico-imobiliário e o aumento dos despejos. Do mesmo modo, não se pode deixar de destacar que vivenciamos no cenário nacional o aumento da fome, da falta de moradia, na concentração de renda nas mãos de poucos, no índice de desemprego e no preço dos alimentos que agravaram as condições de vida e aumento das desigualdades sociais no país.

**Diante o contexto e da iminência do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, nos posicionamos, mais uma vez, em defesa da participação popular e da garantia plena ao direito social à moradia. A habitação é uma necessidade humana básica e que precisa ser dia a dia satisfeita para a reprodução da própria vida humana. O poder público, por sua vez, tem a responsabilidade e dever de garantir moradia para famílias e a população que, historicamente, tiveram retiradas as possibilidades e condições objetivas para tal – visando garantir o direito à igualdade formal e material.**

**Queremos e disputamos um PDDU que não olhe para o capital privado, mas, sim, olhe para sua gente, sobretudo, as que não são vistas e são impedidas de estar nos espaços de incidência política, sob pena de produção de um plano que não se encaixe na realidade social e descumpra preceitos constitucionais, essenciais para desenvolvimento social e cultural de uma cidade.**

**As nossas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) precisam ser reconhecidas, não enquanto lugares de deficiência, mas, sim, de potência! A regularização e garantia da segurança jurídica e fundiária precisa estar na ordem do dia de maneira interseccional nas mais diversas ações do poder público, todos os dias. Afinal, em cada território, em cada ZEIS, existem características intrínsecas e orgânicas que só acontecem da maneira**

**que acontecem por estar onde estão, que por sua vez, influencia na dinâmica de toda a cidade.**

**Não esqueceremos, denunciemos e exijamos, em todos os espaços que tiver uma de nós, reparação aos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita do Tororó, ZEIS 1, que foram expulsos pela Prefeitura de Salvador para viabilizar a construção de um estacionamento do Shopping Nova Lapa no lugar de suas casas e história! Essa luta não acabou!**

Além disso, sabemos que as estratégias que vêm sendo discutidas e implementadas para mitigar os problemas da “violência” no Centro Histórico de Salvador, a exemplo do aumento do aparato da Guarda Municipal, não atuam sobre a causa, mas, sim, sobre os efeitos do problema. Portanto, reforça que medidas desse tipo, servem apenas como meio de potencializar ainda mais os casos de violência, os quais passaram a se instaurar nesse espaço por conta da falta de políticas públicas que vejam essa parte da sociedade como digna de exercer os direitos fundamentais expressos em constituição, além de aumentar a sensação de insegurança nas localidades.

**A polícia, para o povo negro, nunca foi sinônimo de segurança, mas sim executora de um processo violento e política de guerra aos nossos territórios negros. Não esqueceremos, denunciemos e exijamos, em todos os espaços que tiver uma de nós, justiça por Alexandre dos Santos, Cleverson Guimarães, Patrick Sapucaia e todos os jovens negros que tombaram!**

Apontamos, portanto, a necessidade de que a Prefeitura de Salvador passe a investir verdadeiramente em políticas públicas que perpassam a questão social e racial geral desse contexto populacional e territorial, entendendo que as(os) moradoras(es) históricos desse território são quem o dá vida. Dessa forma, cabe asseverar a necessidade de olhar para o Centro Antigo com o respeito devido, implementando meios de efetivação de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, lazer e esportes, assim como concretizar reformas e qualificação dos casarões para moradia popular, trabalho e geração de renda, pois só assim o problema de violência pública será sanado de verdade.

**Se o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador visa fazer jus a sua finalidade é necessário que o poder público, todos eles, olhe para a sua gente! É a gente que mora que dá vida às ruas e sustentação aos imóveis. A gente é o maior patrimônio do nosso território! Por isso, nenhuma decisão está em harmonia com a práxis, nenhuma decisão é legítima, se nós não participamos de todos os processos. Nada sobre nós sem nós! Exigimos estar nas mesas dos debates e nos espaços de tomada de decisões, como também na construção do documento final, que será escrito a partir do dia 26 de julho, para cumprirmos o nosso papel legal de fiscalização e incidência!**

Resgatamos a palavra de Lazzo Matumbi, para lembrar que apesar de tanta dor que invade o território e a gente do Centro Antigo de Salvador, somos nós a alegria da cidade!

Garantir os direitos, liberdades e dignidade, portanto, assim como a memória e a nossa participação social nos projetos urbanísticos é o meio urgente para a efetivação de uma cidade justa e democrática.

**Contra o projeto de horror orquestrado pelo capital privado, disputamos e ocupamos todos os espaços, como meio de afirmação, organização e publicidade das questões raciais e sociais do nosso território!**

**Contra a marginalização e estigmatização, apostamos nos nossos modos de fazeres e saberes, a cultura preta, como caminhos de apresentação de horizontes para as meninas e os meninos do nosso território e entorno e disputas de narrativas!**

**Contra o concreto cinza e entulhos, as cores e as memórias dos nossos ancestrais como espada e escudo na luta pela justiça social!**

**Contra a especulação imobiliária, a vida!**





Em julho de 2023, a Fundação Mário Leal Ferreira e a Representação da UNESCO no Brasil realizaram o ciclo de debates *“Pensar a Cidade: reflexões para o Distrito Cultural do Centro Histórico e Salvador”*. Foram quatro encontros que abordaram temas decisivos para o presente e o futuro das áreas centrais da capital baiana: reabilitação urbana, habitação, dimensão social e vulnerabilidades, além da cultura.

A partir do diálogo entre experiências locais, nacionais e internacionais e a escuta atenta da comunidade local — especialmente das mulheres negras que protagonizam a vida do Centro Histórico — o ciclo revelou consensos, divergências e propostas para reinventar o território sem perder de vista a sua memória, identidade e diversidade.

Este livro é fruto desse processo: registra, organiza e projeta os principais resultados do debate público, transformando-os em diretrizes e horizontes para uma Salvador viva, plural e de proximidade. Mais do que um testemunho, é um convite à reflexão sobre como queremos habitar e construir juntos a cidade.

Pensar a cidade é, acima de tudo, reinventá-la a partir da sua gente.







ÁREA PRIORITÁRIA

DISTRITO CULTURAL DO CENTRO  
HISTÓRICO DE SALVADOR



COOPERAÇÃO

